

DENILSON BOTELHO

“A pátria que quisera  
ter era um mito”  
- Uma introdução ao pensamento  
político de Lima Barreto

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de História do Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Estadual de Campinas, sob  
orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Este exemplar corresponde à  
redação final da Dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em:

05/03/96 .

Banca: Prof. Dr. Sidney Chalhoub  
Prof. Dra. Rachel Soihet  
Prof. Dr. Edgar De Decca

*Schalhoub*  
*Rachel Soihet*  
*Edgar De Decca*

B657p

27173/BC

Março de 1996

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

B657p

**Botelho, Denilson**

"A pátria que quisera ter era um mito: uma introdução ao pensamento político de Lima Barreto / Denilson Botelho -- Campinas, SP: [s.n.], 1996.

**Orientador: Sidney Chalhoub.**

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Barreto, Affonso Henriques de Lima, 1881-1922. 2. Política. 3. Imprensa - Rio de Janeiro (RJ). 4. Brasil-História - República Velha, 1889-1930. I. Chalhoub, Sidney. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

DENILSON BOTELHO

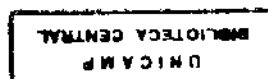
“A pátria que quisera ter  
era um mito”

- Uma introdução ao pensamento  
político de Lima Barreto

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas - 1996



#### Nota explicativa sobre o título da dissertação:

Metido numa masmorra da Ilha das Cobras, as últimas elocubrações de Policarpo Quaresma - personagem de romance - fazem lembrar um pouco do que o próprio Lima Barreto teria sentido em algumas ocasiões em sua vida, como nas passagens pelo Hospício. Nesses instantes de profundas incertezas e, até mesmo, de falta de perspectiva, vinham-lhe reflexões sobre o sentido que dera a sua vida. Um tanto quanto perplexo, se perguntava se era esse o pagamento que recebia em troca da dedicação com que estudava, lia e escrevia para tentar entender a sociedade em que vivia e, quem sabe, contribuir para sua melhoria e sua transformação.

Porque estava preso? (...) Iria morrer, quem sabe se naquela noite mesmo? E que tinha ele feito de sua vida? Nada. Levara toda ela atrás da miragem de estudar a pátria, por amá-la e querê-la muito, no intuito de contribuir para a sua felicidade e prosperidade. Gastara a sua mocidade nisso, a sua virilidade também; e, agora que estava na velhice, como ela o recompensava, como ela o premiava, como ela o condecorava? Matando-o. E o que não deixara de ver, de gozar, de fruir, na sua vida? Tudo. Não brincara, não pandegara, não amara (...).

A pátria que quisera ter era um mito.  
( BARRETO, A. H. de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte, Livraria Garnier, 1989, p. 239-341.)

Aos meus pais  
Adilson e Maria Angela

## Agradecimentos

A elaboração de um trabalho desta natureza jamais pode prescindir do apoio e do auxílio de diversas pessoas. É necessário, portanto, tornar público o meu sincero agradecimento a todos. Apenas convém esclarecer que toda a colaboração que recebi contribuiu bastante para os méritos que esta dissertação possa conter, mas suas deficiências e limitações são com certeza de minha exclusiva responsabilidade.

Inicialmente preciso agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq por ter me honrado com a concessão de bolsa durante estes 24 meses, viabilizando financeiramente esta pesquisa.

Na Universidade Federal Fluminense desenvolvi meu primeiro trabalho sobre Lima Barreto, que consistiu numa monografia de final de curso elaborada sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Margarida Neves. Dela recebi todo o incentivo para prosseguir minhas pesquisas. Aliás, foi em suas aulas e nas do Prof. Ilmar de Mattos que vivi alguns dos momentos mais prazerosos de minha formação.

Do Prof. Marcelo Badaró guardo também as melhores recordações e lhe serei sempre grato por ter acreditado em mim desde os primeiros instantes em que me interessei por História. Foi com ele que aprendi a me movimentar no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional. Nessa época recebi de suas mãos um presente que seria determinante nas minhas escolhas acadêmicas: o livro *Literatura como missão*, de Nicolau Sevcenko.

Mais tarde, a idéia de transformar Lima Barreto em objeto de pesquisa ganhou corpo nas aulas da Prof<sup>a</sup> Gladys Ribeiro, junto a quem tive a oportunidade de adquirir um longo aprendizado sobre o ofício do historiador, atuando como bolsista de iniciação científica em suas pesquisas sobre os portugueses e o período da independência.

No Programa de Pós-Graduação de História da UNICAMP encontrei o melhor ambiente possível para o desenvolvimento deste

trabalho. Entre os colegas que ingressaram nos cursos do mestrado e do doutorado em março de 1994 houve um permanente clima de companheirismo, que não poucas vezes resultou em sugestões e colaborações incorporadas ao texto final desta dissertação. Agradeço a todos e se não cito nomes é porque temo cometer injustiças. Porém, não posso deixar de mencionar alguns deles.

Aldrin representou a grata descoberta de uma nova amizade. Além disso, pareceu sempre atento aos meus interesses e volta e meia me indicava uma ou outra leitura. Não esqueço também os estímulos inúmeras vezes recebido.

Leonardo, ingressando no doutorado naquele mesmo março de 1994, foi sempre muito receptivo em relação a minha investida numa seara que ele já dominava e lhe era bastante familiar: este vasto mundo das letras e dos literatos. Agradeço-lhe a generosidade do tratamento e das palavras encorajadoras que frequentemente me dirigiu.

A carioca Luciana compartilhou comigo as idas e vindas semanais a Campinas e amenizou o tédio das noites mal dormidas nas "confortáveis" poltronas da Viação Cometa.

Os cursos que fiz com os Professores Leila Algranti, Michael Hall, Cláudio Batalha e Maria Clementina Cunha, e os debates ocorridos no âmbito da Linha de Pesquisa de História Social da Cultura, foram-me também de grande valia. O curso sobre "micro-história" e biografia foi particularmente estimulante, não só devido a hábil condução da Prof<sup>a</sup> Clementina, mas também pela participação do conjunto de alunos ali reunidos.

O atendimento que recebi do pessoal da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH sempre foi gentil e atencioso, particularmente o da funcionária Marli.

Existem amigos que são como irmãos. Este é o caso de Rique e Álvaro, parceiros inseparáveis desde 1988, quando iniciamos a Graduação em História na UFF. A amizade que temos tornou-me capaz de perseguir e realizar alguns sonhos, como esta dissertação sobre Lima Barreto.

Alvaro, hoje igualmente mestrando na Unicamp, deu-me apoio decisivo nos últimos meses da redação deste trabalho, ajudando-me a superar a angústia, a ansiedade e as dificuldades surgidas na reta final. Sem isso, posso afirmar com segurança, ainda não teria chegado ao fim desta jornada.

Dayse, minha irmã, mais uma vez mostrou-se presente e sensível às minhas necessidades. Entre as colaborações que dela recebi, destaco a mais importante: o financiamento familiar para a compra de uma ferramenta indispensável, um computador.

O trabalhador portuário Adilson e a dona de casa Maria Ângela - meus pais - são motivo de muito orgulho e gratidão para mim. À maneira deles, sempre se desdobraram ao longo de boa parte de suas vidas para dar aos filhos o melhor do que fosse acessível as nossas condições de vida, elegendo como item principal a educação e os estudos. Nos momentos mais difíceis que até hoje enfrentei, sempre estiveram ao meu lado, prontos a me erguer a cabeça em busca do melhor caminho a ser tomado.

Sei que sempre quiseram ver Dayse e eu frequentando uma faculdade e se formando. Isso eles já conseguiram. Um curso de pós-graduação é algo que talvez lhes escape à compreensão, mas ainda assim devo-lhes o fato de ter cursado o mestrado e dedico-lhes este trabalho.

Sidney Chalhoub concedeu-me o privilégio de orientar este trabalho. À admiração que já nutria pelos seus livros vieram somar-se o prazer de encaminhar minhas reflexões e minha pesquisa sob a orientação de alguém que conhece bem a obra de Lima Barreto. Sua dedicação e atitude encorajadora foram vitais para mim. Se meu mestrado foi concluído no curto prazo de dois anos, devo isso em grande parte ao meu orientador, não pelas pressões que podia ter exercido, mas sim pelo estímulo permanente com que me contagiou.

Por fim, agradeço àquela com quem há pouco mais de um ano partilho intensamente o meu dia-a-dia, porque venho descobrindo que o amor pode ter um significado mais profundo e maduro ao lado da Gladys. Dela também recebi apoio decisivo na concretização deste trabalho e faltam-me palavras para descrever o



quanto lhe sou grato por isso e pela compreensão e carinho com que me aturou nos momentos de maior tensão que vivi nos últimos meses.

## RESUMO

Esta dissertação consiste na construção do perfil político de Lima Barreto, a partir de um segmento da obra deste escritor até hoje pouco explorado do ponto de vista da história: seus artigos e crônicas publicados na imprensa do Rio de Janeiro entre 1904 e 1922. Em meio a um *corpus* constituído por mais de 500 textos, foram pesquisados aqueles que permitem delinear o perfil de suas idéias políticas e suscitam uma reflexão histórica inserida no contexto da República Velha.

O resultado alcançado está muito próximo do que nos últimos anos tem sido chamado de “micro-história”, na medida em que trata de reconstruir, a partir da observação de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social. A trajetória individual do Lima Barreto cronista e articulista é assim apresentada como objeto de reflexão e do olhar da história social.

Inicialmente o trabalho compõem-se de um esboço biográfico que ressalta aspectos relevantes da história de vida de Lima Barreto, aspectos esses que permitam compreender suas idéias políticas. Em seguida, são tratadas questões referentes à política nacional que são discutidas pelo escritor. A crítica às administrações municipais, às eleições, à precariedade da cidadania existente no período, o papel político do Congresso Nacional, o movimento operário e a exclusão política e social vivida pela maior parte da população brasileira são então abordados.

As posições que Lima Barreto toma em relação ao capitalismo, ao anarquismo e ao socialismo conduzem a uma discussão a respeito do conceito de propriedade e da questão fundiária no Brasil, cujo marco é a publicação de um artigo que ficaria conhecido como “manifesto maximalista”.

Por fim, vemos como o escritor critica uma certa concepção despolitizadora do ato de governar que vai se sedimentando na Primeira República, ao propor que o exercício da administração pública se transforme numa função de competência exclusiva de técnicos e cientistas, assumindo, desta forma, um suposto caráter de neutralidade e objetividade.

## SUMMARY

This essay consists of building up Lima Barreto political profile, referring to a part of his works until nowadays under explored from the historical point-of-view : his articles and chronicles published in the Rio de Janeiro press between 1904 and 1922. Among a "*corpus*" of more than 500 texts, there were detached those who allow not only a profile design of his political ideas but also those who give birth to a historical reflection within the Old Republic context.

The result of this study is very close to what have been, in these later years, called "micro-history", mainly due to the reconstruction, from the careful observation of a particular situation, of the way people behave in the social world. The individual journey of Lima Barreto, as a chronicler and a journalist, stands for an object for reflection and for a way of looking to the social history.

To begin with, the essay is composed of a biographical draft which projects important aspects of Lima Barreto's life history, so that such aspects allow a comprehension of his political ideas. Then, some questions related to the national politics discussed by the writer are presented. Afterwards, his criticism towards the city administrations, the elections, the poor citizenship existing at that time, the political role developed by the National Congress, the laborers movement and the social and political excluded part of the major of the Brazilian people would then live.

Lima Barreto's attitudes towards capitalism, anarchism and socialism lead to a discussion on the concepts of property and land distribution in Brazil, which main boundary is the publication of an article that would become known as "manifesto maximalista".

By the end, it is possible to see how the writer criticizes a certain depoliticizing conception of the act of govern that goes on its settlement during the First Republic, by proposing the public administration be changed into a function exclusively performed by technicians and cientists, assuming thus a supposed trace of neutrality and objectiveness.

# Índice

Introdução	p. 1
Capítulo 1: Um certo Afonso	p. 29
Capítulo 2: A Primeira República nos artigos e crônicas de Lima Barreto	p. 72
Capítulo 3: Sobre "a pátria que quisera ter"	p. 107
Capítulo 4: "A superstição do doutor"	p. 143
Epílogo	p. 170
Bibliografia	p. 175
Anexos: Relação dos artigos e crônicas Tabelas	p. 182

# Introdução

“Vamos ser sinceros: não será possível proceder-se à revisão da nossa história republicana, (...) trabalho que tanto se impõe, sem recorrer aos romances, contos, crônicas e artigos de Lima Barreto.

“Escritor eminentemente memorialista, (...) ele anotou, registrou, fixou, comentou ou criticou todos os grandes acontecimentos da vida republicana”. (BARBOSA, Francisco de Assis. “Prefácio” in BARRETO, A. H. de Lima. Recordações do Escrivão Isaías Caminha. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 15)

“A crônica na qual o historiador pode buscar indícios reveladores do tempo vivido, na leitura que dele oferece cada um dos cronistas, não seria aquela em que as ‘idéias’ deste mesmo tempo vivido se condensam e se oferecem à interpretação?” (NEVES, Margarida de Souza. “História da crônica. Crônica da história” in RESENDE, Beatriz (Org.). Cronistas do Rio. Rio de Janeiro, José Olympio/Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 1995. p. 31)

Não levou muito tempo para que eu viesse a ter uma opinião semelhante a de Francisco de Assis Barbosa em relação a obra de Lima Barreto. Cursava ainda a graduação e ao estudar o período que se convencionou chamar de República Velha, deparei-me com o escritor. Pouco a pouco fui percorrendo os seus escritos reunidos em dezessete volumes publicados pela editora Brasiliense e cada vez mais eu me certificava de que ali se encontrava um vasto e

interessantíssimo material a ser explorado numa perspectiva histórica. Então, a oportunidade de cursar o mestrado trouxe-me o desafio de fazer história a partir dos textos de Lima Barreto.

Para começo de conversa, alguns esclarecimentos são necessários e introduções prestam-se bem a isso. Uma constatação básica deu origem a minha pesquisa: verifiquei nos romances, contos, crônicas e artigos de Lima Barreto em geral, a inegável existência de um certo conteúdo político. Ou seja, constatei que frequentemente o escritor fazia referências diretas e indiretas, objetivas e subjetivas, aos acontecimentos políticos da época em que viveu (1881 - 1922). Veio-me então o interesse em traçar um perfil político de Lima Barreto e de suas idéias no contexto do período republicano do início do século, procurando trazer à luz o que um perfil político de um literato pode oferecer para a compreensão do período.

Dito assim, resumidamente em poucas palavras, não parece tarefa cuja execução apresente grandes dificuldades. Mas a verdade é que elas foram muitas. Primeiramente porque a política não aparece nas obras deste escritor de forma organizada e coerente, estando os artigos em que expressa estas suas idéias reunidos em um ou dois volumes, os quais podemos comodamente percorrer para conhecer o que pensava Lima Barreto sobre o seu tempo. Sua leitura política dos acontecimentos encontra-se dispersa em meio aos textos ficcionais e não-ficcionais que produziu. Um leitor menos atento talvez sequer perceba as inúmeras vezes em que o escritor aborda questões de ordem política. Aliás, a crítica literária, a

sociologia ou mesmo a história podem até já ter percebido a presença da política em sua obra, mas até o momento não foram capazes de construir um perfil detalhado de suas idéias neste campo. Foi então que me propus a fazê-lo.

No entanto, a construção deste perfil político implicou em algumas escolhas que me vi forçado a fazer. Uma delas diz respeito às fontes de que me utilizei. Na impossibilidade de, num curto espaço de tempo, abordar todos os escritos de Lima Barreto, incluindo seus romances, contos, sátiras, crônicas, artigos, correspondências e diários, limitei-me a pesquisar os textos publicados na imprensa, mais precisamente seus artigos e crônicas - o que me exime, por ora, de tratar mais detidamente da relação entre história e literatura. Trata-se de um extenso material que encontra-se reunido e publicado em nada menos de seis volumes: *Coisas do Reino do Jambon*, *Bagatelas*, *Feiras e Mafuás*, *Vida Urbana*, *Marginália* e *Impressões de Leitura*, somando um total de 508 artigos e crônicas<sup>1</sup>.

Foi dentro desse universo, do qual geralmente se tem feito um uso secundário nos estudos sobre o escritor e sua obra, que passei a selecionar os textos em que tratava direta ou indiretamente de questões de natureza política. Feito isso, eu tinha em mãos um verdadeiro quebra-cabeças, cujas peças nem sempre se encaixam e cuja montagem exigiu uma articulação que resultou nesta dissertação<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver tabela em anexo.

<sup>2</sup> Ver em anexo listagem dos artigos e crônicas utilizados na dissertação.

Aliás, essa articulação empreendida do ponto de vista da história, consistiu em atribuir uma racionalidade e uma lógica às idéias do escritor que não estão dadas nos artigos e crônicas utilizados. Não basta que o leitor se disponha a folhear as páginas dos seis volumes acima citados para que delas lhe salte pronto e acabado o perfil político de Lima Barreto. Foi a partir de uma pesquisa sistemática desse material publicado em jornais e revistas que me foi possível, enquanto historiador, imprimir uma lógica e um sentido às suas idéias.

Antes de prosseguir, cabe um comentário importante sobre as escolhas que fiz, pois devo admitir que estas foram em grande medida premidas pela força das mudanças que vimos enfrentando no âmbito da pós-graduação no Brasil.

Esta dissertação é resultado de um mestrado realizado em apenas dois anos, prazo que coincide com o “mestrado profissionalizante” preconizado pelo governo federal<sup>3</sup>. Entretanto, não é minha intenção justificar os limites e deficiências que o leitor venha encontrar nesta dissertação em face do curto espaço de tempo em que foi elaborada. Os problemas e limitações que o leitor venha a observar neste trabalho são de minha exclusiva responsabilidade e

---

<sup>3</sup> Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 13/01/1996, o Ministro da Educação Paulo Renato Souza teceu os seguintes comentários sobre o estado em que se encontra o ensino de pós-graduação: “Já mudamos coisas importantes, como o critério de distribuição de bolsas para estimular maior produtividade no sistema de pós-graduação. Os cursos que tenham resultados baixos em termos de proporção entre número de bolsas e término de doutorado terão as bolsas congeladas. Os aumentos vão para quem consegue formar mais mestres e doutores em relação ao número de bolsas que recebem. Definimos também, regras para o mestrado profissionalizante, que é um mestrado mais curto, voltado para o mercado de trabalho. Nos Estados Unidos existe o *Master at Business Administration*”.



serei grato aos que puderem apontá-los. Naturalmente as exigências que se impunham a um mestrado feito em três, quatro, cinco anos, como outrora, certamente tornaram-se incompatíveis com sua realização em exíguos 24 meses.

Voltando à questão das fontes, é importante atentar para o processo histórico de formação desse *corpus* constituído dos artigos e crônicas. Desde a sua publicação na imprensa carioca do início do século até a reunião desse material na edição das obras completas do escritor, um longo caminho foi percorrido<sup>4</sup>.

A primeira coletânea de artigos e crônicas, intitulada *Bagatelas*, surge logo após a morte do escritor, em 1923. Ainda em vida, Lima Barreto teria oportunidade de ver publicados os seus romances, o volume *Os Bruzundangas*, de conteúdo satírico, e também *Histórias e Sonhos*, um livro de contos. Passam-se duas décadas até que a idéia da reedição de suas obras seja planejada, em 1943, pela organização editorial O Livro de Bolso, sediada em São Paulo. A iniciativa de Rui Arruda previa a publicação de oito volumes que incluíam os romances e mais os três volumes acima citados, mas apenas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* foram publicados.

---

<sup>4</sup> Nos parágrafos seguintes há uma descrição desse caminho baseada em: BARBOSA, Francisco de Assis. "Prefácio" in BARRETO, A. H. de Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 9-27. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1988. SANTOS, Affonso Carlos Marques. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, RIOARTE, 1983. Vol. 2, p. 344-67. BARRETO, A. H. de Lima. *Correspondência ativa e passiva*. São Paulo, Brasiliense, 1956. Tomos I e II.

Em 1945, Zélio Valverde, jovem proprietário de uma casa editorial, concebe um audacioso plano de publicar as obras completas de Lima Barreto, fazendo com que cada volume fosse aberto por um ensaio a respeito do escritor. Foi nessa ocasião que R. Magalhães Júnior acabou realizando um trabalho inestimável de pesquisa em jornais e revistas da Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional, do qual resultou boa parte do material que viria a integrar os volumes de artigos e crônicas - os quais utilizo nesta dissertação. O restante viria do próprio arquivo particular do escritor, recolhido em um armário, na casa da irmã de Lima Barreto, no subúrbio de Todos os Santos, antes que fosse devorado pelo tempo ou se extraviasse de vez, como acabou acontecendo com os mais de oitocentos volumes da "Limana" - expressão que o próprio escritor criara para denominar sua biblioteca.

O projeto de edição das obras completas parecia fadado ao fracasso, pois Valverde teve de liquidar sua editora antes mesmo de iniciá-lo. Porém, o editor preocupou-se em aproximar a família do escritor de uma poderosa editora americana, a W. M. Jackson Inc., cujo representante A. H. Robertson logo se dispôs a firmar um contrato para a edição das obras de Lima Barreto em dez volumes. Associada à Editora Mérito e à Gráfica Editora Brasileira, a Jackson Inc. fez com que entre 1948 e 1953 fossem aparecendo os dez volumes.

Mas, ainda não tínhamos as obras completas de fato, pois como observou Barbosa, "muita coisa importante ficara de fora,

notadamente da sua atividade de jornalista”<sup>5</sup>. Além disso, com o afastamento de Robertson da empresa, surgira um novo obstáculo, digamos assim, de cunho ideológico. Novamente é Barbosa quem explica o ocorrido:

“Os quatro primeiros volumes foram publicados, de acordo com o plano inicial, precedidos de prefácios, obedecendo a uma revisão mais atenta e cuidadosa. Os demais deixam muito a desejar, dada a má vontade manifesta dos editores, desgostosos do ‘mau negócio’ que haviam feito, principalmente pelo tom antiamericanista de certas passagens da obra do romancista”<sup>6</sup>.

Embora não tenha ocorrido qualquer interferência dos editores americanos na revisão das provas dos livros, a W. M. Jackson Inc. estava descontente com o conteúdo dessas obras, tanto é que fez questão de não renovar o contrato de publicação das mesmas.

Foi então que as obras completas encontraram seu editor. Segundo Sérgio Buarque, isso se deu também devido a fatores de ordem ideológica, só que dessa vez na direção oposta aos obstáculos surgidos anteriormente. À frente da editora Brasiliense, Caio Prado Júnior adquiriu os direitos autorais até então de posse dos herdeiros do escritor e levou a cabo a edição definitiva em dezessete volumes, em 1956. Naquela época, preocupado em combater uma onda de exaltação excessiva à obra de Lima Barreto, que levava seus admiradores a compará-lo com Machado de Assis, Sérgio Buarque adverte:

---

<sup>5</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. “Prefácio” in BARRETO, A. H. de Lima. Recordações do escrívão Isaías Caminha. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 23.

<sup>6</sup> *ibid.*, p. 23.

“A verdade é que Lima Barreto não teve o gênio que nele suspeitam alguns dos seus admiradores e nem é possível, sem injustiça, sobrepô-lo ao autor de Brás Cubas.

“Há contudo outros motivos, frequentemente extraliterários, para essa exaltação, e quando leio, por exemplo, que Caio Prado Júnior considera a obra de Lima Barreto a de ‘um dos maiores, sob muitos aspectos, do maior romancista brasileiro’, tenho certeza de que estes ‘muitos aspectos’ não são precisamente os que se devam estimar em primeiro plano no trato da literatura de imaginação”<sup>7</sup>.

Como é notória a militância de esquerda de Caio Prado Júnior, tendo sido inclusive eleito deputado estadual em São Paulo, em 1947, pelo Partido Comunista do Brasil<sup>8</sup>, tudo leva a crer que as convicções ideológicas do editor foram, de certa forma, determinantes para que pudéssemos ter acesso a edição mais bem cuidada das obras completas de Lima Barreto. A Sérgio Buarque não passou despercebida a natureza política dos tais “aspectos” extraliterários que sedimentavam a admiração de Caio Prado Júnior pelo autor de *Clara dos Anjos*, um entusiasta da revolução russa de 1917, malquisto pelos editores americanos.

De posse das informações básicas sobre as fontes que veremos analisadas, convém dizer a que veio este trabalho e porque veio. Para isso, é necessário sabermos um pouco sobre o que já se estudou a respeito de Lima Barreto e de sua obra, de modo que

---

<sup>7</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Em torno de Lima Barreto” in *Cobra de Vidro*. São Paulo, Perspectiva, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 132. Este artigo foi parcialmente publicado pela primeira vez no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, em 23 e 30/01/1949, tornando-se em seguida prefácio da *Clara dos Anjos* na edição da Editora Brasiliense de 1956.

<sup>8</sup> D’INCAO, Maria Angela (Org.). *História e ideal; ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Editora Unesp, Editora Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989. p. 487.

possamos ir mostrando ao leitor como este trabalho se insere na historiografia e na bibliografia sobre o tema.

Muito já se pesquisou e publicou sobre Lima Barreto; até quem se pergunte se ainda restou algo a dizer. Acredito que os próprios estudos já produzidos estão aí a apontar novas frentes a serem abertas, novos caminhos a serem trilhados. Sevcenko, por exemplo, em seu vasto trabalho sobre a literatura militante de Euclides da Cunha e Lima Barreto<sup>9</sup>, sugere um filão a ser explorado. Referindo-se à produção intelectual desses dois escritores, observa nas páginas finais do seu livro: “Suas obras exprimem projetos de construção e condução do Estado-Nação republicano obstados e rejeitados pelas oligarquias situacionistas, mas rigorosamente inferidos das condições históricas mais significativas do período”<sup>10</sup>. Se esta constatação está correta, e creio que de fato está, pode-se então afirmar que existe na obra de Lima Barreto um projeto político de Nação, um projeto político para o Brasil, ainda que incipiente, construído a partir das condições históricas a que esteve submetido, a partir do contexto histórico em que viveu. Ora, o que o leitor irá encontrar nas páginas que se seguem é exatamente o perfil político de Lima Barreto e de suas idéias, de onde será possível localizar o Brasil desejado pelo escritor, de onde será possível extrair o “projeto de construção e condução do Estado-Nação” a que se refere Sevcenko.

---

<sup>9</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

<sup>10</sup> *ibid.*, p. 209.

Ainda que este historiador não tenha se proposto a traçar perfil político algum, não há como negar o enorme proveito que tirei de seu trabalho. Além da detalhada contextualização do Rio de Janeiro da Belle Époque e da recriação problematizadora do ambiente intelectual em que Lima Barreto e Euclides da Cunha se fizeram escritores<sup>11</sup>, podemos encontrar em Sevckenko um mapeamento circunstanciado de algumas idéias cultivadas por Barreto e Cunha, enriquecido de uma análise comparativa entre ambos. Aborda, por exemplo, a influência da doutrina positivista e do humanismo na produção literária em questão e o antagonismo das suas concepções de ciência, raça e civilização.

Embora os dois tenham tido uma formação positivista em comum, já que Euclides fora aluno de Benjamin Constant no Colégio Aquino e na Escola Militar da Praia Vermelha e Lima frequentara as prédicas dominicais de Teixeira Mendes na Igreja Positivista do Brasil, a assimilação que fizeram da doutrina foi diversa em um e outro. Se Euclides acatava como válida e estimulante a hegemonia inglesa e norte-americana sobre o mundo, Lima já não admitia a suposta superioridade racial do europeu e da sua civilização. O autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* acreditava que as novidades científicas vindas da Europa estavam impregnadas de preconceito e superstições, enquanto o repórter de Canudos manteve-se mais preso ao cientificismo intransigente trazido com o positivismo. Na mesma linha desse cientificismo, Euclides louvaria a reforma do ensino superior segundo o modelo comtiano, que levaria à formação de uma

---

<sup>11</sup> *ibid.*, Cf. Capítulos I e II.

elite dirigente altamente capacitada. Já Lima Barreto deplorava a própria Universidade enquanto instituição de ensino acadêmico, pois via a elite ali formada como uma casta privilegiada que ocupava de modo espúrio os cargos dirigentes do país<sup>12</sup>.

E por aí vai o mapeamento empreendido por Sevcenko, que trata ainda de outras questões, como a reação de ambos ao advento do regime republicano, visto que Euclides não só acreditava no novo regime, como por ele lutava e o defendia, enquanto Lima demonstrava “profundo desgosto com a nova ordem, que considerava fonte de todos os infortúnios que acometiam a nação”<sup>13</sup>. Nossa opção todavia, foi pela construção do perfil político de Lima Barreto explorando os artigos e crônicas escritos no calor dos acontecimentos, através dos quais é possível entrever a dimensão que o escritor conferia aos episódios de seu tempo. Minha intenção foi flagrar a reflexão cotidiana do cronista/articulista, para dela extrair sua leitura política dos acontecimentos e ir compondo um painel de suas idéias. Dessa forma foi possível, por exemplo, explicar melhor a reação de Lima Barreto ao advento da República e compreender que não se tratava simplesmente de creditar ao novo regime “todos os infortúnios que acometiam a nação”. A complexidade dessa questão o leitor terá oportunidade de avaliar mais adiante.

Mas, Lima Barreto também já foi objeto de reflexão para outros historiadores. Francisco de Assis Barbosa realizou uma

---

<sup>12</sup> ibid., p. 119-28.

<sup>13</sup> ibid., p. 125

biografia portentosa do escritor<sup>14</sup>. Trata-se de uma obra tradicional neste gênero, que segue passo a passo a ordem cronológica da sua trajetória de vida, acrescida de um incontestável rigor documental. Mas como toda biografia desse estilo, não teve a intenção de realçar um ou outro aspecto, mas sim de fornecer um histórico quase milimétrico de cada episódio da vida de Lima Barreto. A biografia de Barbosa é leitura inicial obrigatória para quem quiser pesquisar o que quer que seja sobre Lima Barreto.

Em vista do exposto, abro aqui um breve parêntese, já que é importante assinalar que não houve de minha parte sequer o desejo de fazer no primeiro capítulo uma biografia do escritor. O que há ali é apenas um esboço biográfico propositalmente tendencioso. Em primeiro lugar, porque suponho que hajam leitores que não necessariamente tenham lido a biografia mais completa de Lima Barreto, escrita por Francisco de Assis Barbosa. Pensando nesses leitores, redigi ali não um resumo da biografia de Barbosa, mas um perfil biográfico do escritor que tende a pôr em relevo a presença da política na sua vida, ou seja, em sendo o primeiro capítulo, fui alinhavando aspectos da sua biografia que ajudam a compor o perfil político almejado. Boa parte do que se encontra neste capítulo é retomado de maneira mais cuidadosa nos capítulos seguintes.

Cabe registrar também que tomei a liberdade de intitular o primeiro capítulo de “Um certo Afonso” porque reconstituí a

---

<sup>14</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1988.



trajetória do escritor desde o anonimato - quando ele era apenas um Afonso a mais em meio à população carioca - até que ele se consolidasse no ofício de escritor - quando tornou-se mais conhecido pelos dois últimos nomes, Lima Barreto. Não estou portanto desconsiderando a erudição de meus pares ou mesmo a de eventuais leitores, pressupondo que desconheçam a obra e a figura de Lima Barreto. Bem sei que não estou a lhes apresentar um escritor desconhecido, pois naturalmente todos pelo menos já ouviram falar neste autor, cuja leitura se tornou obrigatória aos nossos vestibulandos. Mas peço apenas que me permitam tomar a liberdade de apresentá-los a Lima Barreto da maneira que mais me apetece e que melhor coaduna-se com os objetivos desta dissertação.

Se há algum traço de biografia neste trabalho, ele se dá nos moldes que os teóricos da micro-história vêm sustentando atualmente. Ao contrário das biografias tradicionais tão em moda no momento, cuja autoria freqüentemente tem estado sob a responsabilidade de jornalistas, tratei de escolher uma porta de entrada na vida de Lima Barreto, que se constitui num tema bem delimitado: o que me interessa, como já foi dito, são as idéias e o perfil político do escritor.

Outro historiador que já se dedicou a analisar a obra de Lima Barreto foi Sergio Buarque de Holanda<sup>15</sup>. A bem da verdade, é bom dizer que trata-se de um artigo do tempo em que a atividade

---

15 HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Em torno de Lima Barreto" in *Cobra de Vidro*. São Paulo, Perspectiva, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. p. 131-46. Este artigo foi parcialmente publicado pela primeira vez no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, em 23 e 30/01/1949, tornando-se em seguida prefácio da *Clara dos Anjos* na edição da Editora Brasiliense de 1956

intelectual de Sérgio Buarque estava mais voltada para a crítica literária - daí resultando uma certa decepção para nós historiadores. Não há muito o que comentar sobre este artigo que classifica a obra do escritor de “literatura de vingança” e não vai muito além da constatação de que somente nos seus melhores momentos Lima Barreto conseguiu ultrapassar o tom da “confissão mal escondida”<sup>16</sup> e transformar suas amarguras íntimas, seus ressentimentos e malogros pessoais em arte. Nota-se que o crítico literário e futuro historiador encontrava-se imbuído de preocupações de ordem estética, querendo determinar se estava ou não diante de uma manifestação artística. Ao compará-lo com Machado de Assis, vinha-lhe a certeza de que “os escritos de Lima Barreto foram, todos eles, uma confissão mal disfarçada. (...) Deste pode-se dizer que não conseguiu forças para vencer, ou sutilezas para esconder, à maneira de Machado, o estigma que o humilhava”<sup>17</sup>.

Talvez o que convenha destacar, ainda no campo das querelas literárias, seja o fato pitoresco de Sérgio Buarque ter conhecido o escritor em 1922, seu último ano de vida. Naquela oportunidade, chamara-lhe a atenção o

“seu despreço, em mais de uma ocasião manifestado, pela obra de Machado de Assis. Achava-a ou ao menos pretendia achá-la muito inferior à de Aluísio Azevedo, que afirmava ser o nosso maior romancista. É muito possível que entrasse em tais manifestações menos uma convicção firmada do que o ressentimento de quem, zeloso ao extremo da própria originalidade, não tolerava de bom grado as filiações literárias que esboçava a crítica do tempo. Não é talvez descabido, a esse respeito, notar que num inventário

---

<sup>16</sup> *ibid.*, p. 132.

<sup>17</sup> *ibid.*, p. 134-5.

dos livros da biblioteca de Lima Barreto, organizado em 1917 (...) não consta nenhum livro e Aluísio Azevedo, ao passo que lá estão as obras mais conhecidas de Machado”<sup>18</sup>.

Como se vê, não há porque exigir do Sérgio Buarque, crítico literário, um artigo de cunho historiográfico. Não sendo de grande utilidade para nós saber que Lima Barreto considerava Machado um romancista menor que Aluísio, embora possivelmente devorasse os livros do mesmo Machado na intimidade do lar, sem sequer possuir um exemplar de Aluísio em suas estantes; passemos então adiante.

Tomando como objeto de análise e interpretação uma pequena parte da obra ficcional de Lima Barreto - *Aventuras do Doutor Bogóloff e Numa e a Ninfa*<sup>19</sup> -, Paula Beiguelman<sup>20</sup> constrói um quadro de referências sobre o contexto histórico da Primeira República, onde procura situar o Lima Barreto. Assim, é como se tomasse o leitor pela mão e o fosse guiando por esta obra do escritor, fornecendo-lhe a todo instante o referencial histórico necessário para informar a sua leitura. Aliás, como ela própria admite, ao invés do seu livro intitular-se *Por que Lima Barreto*, na

---

<sup>18</sup> *ibid.*, p. 134.

<sup>19</sup> Os quatro fascículos que compõem as *Aventuras do Doutor Bogóloff* foram escritos em 1912 e apenas os dois primeiros foram publicados no mesmo ano. A série aparece completa em BARRETO, A. H. de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo, 1956. p. 197-284. *Numa e a Ninfa* foi inicialmente título de um conto provavelmente escrito também em 1912 e incluído em *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 284-90. Já o romance com o mesmo título foi escrito em outubro de 1914, posteriormente sendo publicado em folhetins por *A Noite*, entre 15 de março e 26 de julho de 1915. As *Aventuras do Doutor Bogóloff* e o conto *Numa e a Ninfa* foram então incorporados ao romance que circulou em 1917 e posteriormente integrou as *Obras Completas da Brasiliense*. *Numa e a Ninfa*. São Paulo, Brasiliense, 1956. Cf. BEIGUELMAN, Paula. *Por que Lima Barreto*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

<sup>20</sup> BEIGUELMAN, P. *op. cit.*

verdade deveria chamar-se “como ler”<sup>21</sup> Lima Barreto, pois a autora procura inserir os textos ficcionais no tempo cronológico em que foram produzidos e ao qual se remetem. Ou seja, seu trabalho consiste em manter o leitor ciente das questões mais pungentes vividas por volta de 1910: a sucessão presidencial de Afonso Pena, a candidatura de Rui Barbosa, a Campanha Civilista, a eleição do Marechal Hermes da Fonseca e o papel político desempenhado por Pinheiro Machado, entre outras.

Assim, ao restringir-se a um trabalho de contextualização, o livro de Paula Beiguelman reacende o interesse dos historiadores pela obra do escritor, particularmente aquela de cunho ficcional, porém sequer aborda os artigos e crônicas abordados nesta dissertação.

Um dos trabalhos mais completos sobre a obra de Lima Barreto foi escrito por Antonio Arnoni Prado<sup>22</sup>. Sua versão original foi defendida como dissertação de mestrado em 1975 e mais de dez anos depois foi ampliada, incorporando estudos e pesquisas desenvolvidos nesse intervalo de tempo<sup>23</sup>. Temos então uma análise bastante rica que venceu o desafio de empreender uma reflexão sobre a obra como um todo - diários, contos, romances, crônicas e artigos.

De minha parte, limitei-me a estudar exclusivamente o que Prado chama de “escritos circunstanciais”, ou seja, os seus artigos e crônicas publicados na imprensa. Mas o que distingue

---

<sup>21</sup> *ibid.*, p. 7.

<sup>22</sup> PRADO, Antonio Arnoni. Lima Barreto; o crítico e a crise. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

<sup>23</sup> *ibid.*, p. XIII-XIV (“Nota sobre a edição”).

nossos trabalhos não é apenas o recorte diferente do *corpus* a ser analisado, mas sim os objetivos que temos ao abordarmos a obra de Lima Barreto.

A preocupação central de Prado foi identificar o projeto literário do escritor, enquanto a minha foi contruir o seu perfil político. Porém, ao perseguir o projeto literário de Lima Barreto, Prado, assim como Sevcenko, detecta a existência simultânea de um projeto político em sua obra e delinea o seu escopo ideológico. No mapeamento de suas idéias políticas conclui que

“o ódio ao espírito burguês e à exploração do trabalho encolhe-se na visão humanitária que valoriza a bondade natural do opressor, fazendo com que o projeto político não vá além de um ensaio, um itinerário para a ruptura que permanece no enunciado”<sup>24</sup>.

O projeto político pode até ter sido incipiente e não ter passado do ensaio e do enunciado, todavia o próprio mapeamento das posições políticas do escritor que Prado realiza não respalda a afirmação seguinte:

“Em sua rebeldia brilha a intuição que acompanha a virada e esmiuça as contradições que moviam o sistema, como a questão agrária, a acumulação capitalista nos grandes centros, a revisão do direito de propriedade, a reforma do ensino e a derrubada das instituições civis inspiradas nos fundamentos da Igreja, como o casamento, a herança e a família. Mas não se pode dizer por isso que tenha proposto uma reflexão histórica mais aprofundada acerca dessas questões, nem mesmo quando aponta os pactos laterais que sustentavam a ideologia”<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> *ibid.*, p. 71.

<sup>25</sup> *ibid.*, p. 70.

Ora, o que mais surpreende nos artigos e crônicas de Lima Barreto é exatamente a reflexão histórica que suscitam acerca de questões como as que o próprio Prado enumera. O que o leitor verá nos capítulos que compõem esta dissertação é exatamente o modo surpreendente como Lima Barreto expõe e articula suas idéias políticas - é bem verdade que não ao ponto de constituírem-se num projeto político minimamente estruturado, como verificou Prado. Por enquanto, essa surpresa é só promessa que espero seja cumprida ao final deste trabalho, para os tiverem paciência de lê-lo.

E zeloso, justamente, em não amofinar o leitor logo na introdução, vou encerrando por aqui este breve balanço bibliográfico a respeito do que já se escreveu sobre Lima Barreto. Poderia destacar ainda diversos outros trabalhos e se não o faço não é porque desdenhe do restante da bibliografia, mas porque considero que em estando relacionada ao final da dissertação já é prova de que de algum modo dela me servi. E o que não consta na bibliografia também não deixa de ser importante, mas devo admitir que por ora dele não fiz uso, seja por opção ou omissão. Além disso, faço minhas as palavras de quem disse que “seria extremamente deselegante andar por aí, mostrando com um dedo intrometido, em cada parágrafo, o meu interlocutor preferencial”<sup>26</sup>.

Mas se ressaltamos o lugar que pretendemos ocupar em meio aos trabalhos sobre Lima Barreto, talvez seja importante

---

<sup>26</sup> RIBEIRO, Luis Filipe M. de Souza. **Mulheres de papel**. Tese de Doutorado em História, ICHÉ/UFF. Niterói, 1994. p. 13.

esclarecer porque as idéias políticas do escritor justificam a realização de uma investigação a partir do campo da história. Afinal, por que traçar um perfil político de Lima Barreto torna-se importante do ponto de vista historiográfico?

Esta incursão pela vida e obra do escritor tem como objetivo mostrar que a abordagem da trajetória de um indivíduo é capaz de, no mínimo, fornecer um testemunho sobre o seu tempo. Em se tratando de alguém que dedicou boa parte de suas energias a registrar por escrito o seu modo de ver e entender a sociedade republicana do início do século, tais escritos o transformam num objeto verdadeiramente atraente para o historiador. A análise de sua presença constante nas páginas de jornais e revistas oferece a possibilidade de enriquecer o conhecimento histórico que temos acerca do período em questão, transformando-o em algo mais palpável do que os modelos explicativos mais abrangentes e abstratos sobre a República Velha.

Naturalmente voltar ao passado perseguindo a trajetória de um indivíduo, seja ele um anônimo cidadão ou um escritor conhecido, impõe certas limitações, porém ao mesmo tempo permite construir uma versão diferente e original sobre uma determinada época. É certo que esta dissertação apresenta limitações outras, que não são aquelas impostas pela trajetória de Lima Barreto, mas que se podem atribuir ao autor do trabalho que ora lhes apresento.

Entretanto, acredito que Afonso, o anônimo mulato suburbano que se transformou no escritor Lima Barreto, nos fornece através dos seus textos a possibilidade de lidar com o real enquanto

construção, e nos instiga a reconstruir uma outra versão para aquele período, à luz dos seus escritos.

"Mais importante do que perseguir a verdade, como se ela existisse em estado puro e natural, é tentar reconstruir as várias versões sobre um mesmo fato ou processo histórico. As visões diferentes dão conta da complexidade das realidades e permitem o acesso ao real como construção. O real encontra-se no meio das diferentes leituras que dão cabo do que existiu ou poderia ter existido"<sup>27</sup>.

Uma tal perspectiva teórico-metodológica tem suscitado algumas discussões. Quando se coloca ao historiador o desafio de fazer o que se têm chamado de "micro-história", coloca-se simultaneamente uma das questões mais discutidas ultimamente pela historiografia: estaríamos em meio a um processo de fragmentação do campo do historiador?

Chartier considera que a discussão em torno desta questão é na verdade um falso debate<sup>28</sup>. A "micro-história" dispõe-se a reconstruir, a partir da observação de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, nas suas alianças e seus enfrentamentos, através das dependências que os ligam e os conflitos que os opõem.

"O objeto da história não é pois, no mais, as estruturas e os mecanismos que regem, fora toda apreensão subjetiva, as relações sociais, mas as racionalidades e estratégias das

---

<sup>27</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos; os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1990. p. 39.

<sup>28</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1990, p. 17-18. Cf. também CHARTIER, R. *Le Monde comme représentation*. in *Annales; Économies, Sociétés, Civilisations*, nº 6, p. 1513, novembre-décembre 1989.



comunidades, dos parentescos, das famílias, dos indivíduos. Uma forma inédita de história social assim se afirma, centrada sobre as incoerências existentes entre e dentro dos diferentes sistemas de normas de uma sociedade. A atenção deslocou-se das regras impostas aos seus usos, das condutas obrigatórias às decisões permitidas pelos recursos próprios de cada um, seu poder social, suas posses econômicas, seu acesso à informação. Habituada a construir os coletivos (categorias sócio-profissionais, classes, grupos), a história das sociedades aprendeu a olhar a pequena escala das biografias <<ordinárias>> e os processos dinâmicos: negociações, transações, trocas, conflitos, etc"<sup>29</sup>.

Na opinião de Giovanni Levi, a discussão que se utiliza da contraposição todo/parte também não é muito produtiva para a história. Este autor vê a crise política pós-68 na raiz das transformações da historiografia. A suposta crise da historiografia engendrada pela fragmentação é uma crise política que, por sua vez, traz para dentro da história uma idéia de polissemia, antes renegada<sup>30</sup>.

Falso debate ou discussão improdutiva, o que também parece estar em jogo para a história é a noção de determinação. Uma certa historiografia de cunho estruturalista - dominante até os anos 60/70 -, que se julgava capaz de determinar com segurança o rumo dos acontecimentos de um período estudado, pouco a pouco viu-se questionada por uma história que reconhece para os indivíduos um campo de ação autônomo.

Seria aparentemente fácil, e ao mesmo tempo empobrecedor, "encaixar" Lima Barreto e tudo que ele produziu

---

<sup>29</sup> CHARTIER, R. *Le temps des doutes*. in *Le Monde*, 18/03/1993.

<sup>30</sup> LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. in BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história; novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1992.

dentro de uma leitura a rigor estruturalista. Este não é o meu propósito, embora pareça ser o de Frederic Jameson, quando descreve sua proposta de abordagem da literatura numa perspectiva histórica. A estrutura, no caso, vem "mascarada" pela expressão *inconsciente político*, cunhada pelo autor.

"(...) Somente o marxismo pode nos oferecer um relato adequado do *mistério* essencial do passado cultural. (...) Esse mistério só pode ser restabelecido se a aventura humana for única; só assim - e não por meio das divagações dos anacrônicos ou das projeções dos modernistas - podemos vislumbrar as exigências vitais que nos são feitas por questões há muito esquecidas (...). Essas questões, com relação a nós, só podem recuperar sua urgência original se forem recontadas dentro da unidade de uma única e grande história coletiva; apenas se, mesmo sob uma forma disfarçada e simbólica, forem vistas como algo que compartilha de um único tema fundamental - para o marxismo, a luta coletiva para se alcançar um reino de liberdade a partir de um reino da necessidade; apenas se forem apreendidas como episódios vitais de uma única trama vasta e incompleta (...). É quando detectamos os traços dessa narrativa ininterrupta, quando trazemos para a superfície do texto a realidade reprimida e oculta dessa história fundamental, que a doutrina de um inconsciente político encontra sua função e sua necessidade"<sup>31</sup>.

Definitivamente não me cabe extrair da obra de Lima Barreto a realidade reprimida e oculta que ela esconde, e muito menos consigo situar o escritor dentro de uma única e grande história coletiva, cuja marcha inexorável visa alcançar um reino de liberdade a partir de um reino da necessidade. Os historiadores têm procurado compreender o funcionamento das sociedades sem se submeter a uma disposição hierarquizada das práticas e

---

<sup>31</sup> JAMESON, Fredric. *O inconsciente político; a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo, Ática, 1992. p. 17-18.

temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas) e sem que se dê primazia a um conjunto de determinações, sejam elas técnicas, econômicas ou demográficas.

"Daí, as tentativas feitas de decifrar de outro modo as sociedades, penetrando no labirinto das relações e das tensões que se constituem a partir de um ponto de entrada particular (um evento, obscuro ou maior, o relato de uma vida, uma rede de práticas específicas) e considerando que não há experiência ou estrutura que não seja produzida pelas representações e pelos indivíduos e grupos que dão sentido ao seu mundo"<sup>32</sup>.

Assim, é que temos visto surgir nos últimos anos, tanto no Brasil como em outros países, diversos estudos que comungam desta mesma perspectiva. Ginzburg<sup>33</sup> perseguiu a trajetória do desconhecido moleiro friulano Menocchio; percebeu a convergência de suas posições com a de grupos de intelectuais dos mais refinados de seu tempo e reconstruiu o cotidiano, as idéias e os valores culturais de uma sociedade sob o signo da Inquisição, no século XVI.

Duby<sup>34</sup> penetrou no universo da Idade Média, mais especificamente no cotidiano das sociedades inglesa e francesa dos séculos XII e XIII, através da história de Guilherme, que de simples cavaleiro andante francês, alcança a glória de ser celebrado por toda a nobreza da Europa como o maior cavaleiro do mundo.

---

<sup>32</sup> CHARTIER., R. *Le Monde comme représentation*. in *Annales; Économies, Sociétés, Civilisations*, nº 6, p. 1508, novembre-décembre 1989.

<sup>33</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

<sup>34</sup> DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro, Graal, 1987.

Davis<sup>35</sup> colocou em pauta um questionamento acerca da concepção que cada um de nós tem da história, abordando basicamente um "estranho" episódio na vida de um camponês do Languedoc, no século XVI. Num certo dia, Martin Guerre abandona mulher, filho e propriedade e durante anos não há notícias suas. Em meio ao seu desaparecimento, um impostor simula o seu retorno e retoma o seu lugar na família. Quando o verdadeiro Martin retorna, vê-se na contingência de levar o impostor à justiça para provar a farsa. Ao construir sua argumentação para explicar o que ocorreu, Davis propõe uma questão de fundo: a história é algo que está dado, pronto e "gravado" no passado, a espera do historiador que se disponha a revelá-la através de suas provas documentais e fontes ou é um campo de possibilidades?<sup>36</sup>

No Brasil, por exemplo, Chalhoub<sup>37</sup> recuperou parte da trajetória de Antonio Domingos Guimarães, ou, o Zé Galego, e outros "ilustres" desconhecidos, para pesquisar o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro do início do século e a consolidação do capitalismo no país. Ribeiro<sup>38</sup>, imbuída da mesma intenção, direcionou sua pesquisa para os não menos "ilustres" desconhecidos Torquato Pereira Simões, Carlos Esteves de Oliveira e outros, ampliando suas reflexões a fim de abordar os imigrantes portugueses

---

35 DAVIS, Natalie Zemon. O retorno de Martin Guerre. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

36 GINZBURG, Carlo. *Provas e possibilidades à margem de <<Il ritorno de Martin Guerre>>*, de Natalie Zemon Davis. in *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1989. p. 179-202.

37 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim; o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

38 RIBEIRO, G. S. *op. cit.*

na disputa pelo mercado de trabalho do Rio de Janeiro, no mesmo período. Compreender o papel dos portugueses nesta sociedade e no processo de assimilação da ideologia do trabalho, permitiu à autora formular sua explicação sobre a recriação do antilusitanismo. Ambos trabalhos parecem seguir uma mesma motivação:

"(...) o historiador cria condições para a percepção do real como construção, como "invenção" de seres humanos concretos em processo de interação e luta entre si. Em outras palavras, a história nos instiga a pensar o social - passado, presente e futuro - como processo tecido na contradição e na luta, e não como "anestesia", como "mesmice", isto é, como ponto de chegada necessário de um caminhar linear, harmônico e teleológico"<sup>39</sup>.

Com relação a Lima Barreto e sua obra, convém deixar emergir sua trajetória, livre de modelos previamente concebidos. Há que se considerar primeiramente quem é este escritor, o que ele pretendeu escrever, de que recursos ele dispôs para produzir o que produziu, e o que, efetivamente, ele escreveu. Rompendo com o conceito de sujeito universal e abstrato para pensar a individualidade nas suas variações históricas, é possível considerar a leitura como um processo de construção de sentido e de interpretação, e assim fazer "uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem". Investigar a construção de sentido nos textos significa também admitir que "as inteligências não são

---

<sup>39</sup> CHALHOUB, S. op. cit., p. 232.

desencarnadas", mas construídas "na descontinuidade das trajetórias históricas"<sup>40</sup>.

Ao longo de todo este trabalho, em que me enfrontei no estudo desse conjunto de mais de 500 artigos e crônicas, fiz surgir um Lima Barreto, creio eu, ainda pouco explorado e conhecido. Em meio aos seus escritos, procurei conferir ao seu discurso uma lógica, uma racionalidade e uma compreensão histórica que emergisse desses fragmentos do dia-a-dia que o cronista/articulista produziu. Esse tipo de abordagem e orientação metodológica tem cada vez mais encontrado respaldo em diversos trabalhos, como observa Todorov:

"Passar pelo discurso para chegar ao mundo é talvez um desvio de caminho, mas nem por isso deixa de levar a ele (e traz, ademais, outras vantagens). (...) Os discursos são, eles mesmos, acontecimentos, motores da história, e não apenas suas representações. É preciso evitar aqui a alternativa do tudo ou nada. Sozinhas as idéias não fazem história, as forças sociais e econômicas também agem; mas as idéias não apenas puro efeito passivo. De início tornam os atos possíveis; em seguida, permitem que sejam aceitos: trata-se, afinal de contas, de atos decisivos. Se eu não acreditasse nisso, por que teria escrito este texto, cujo objetivo é também agir sobre os comportamentos?"<sup>41</sup>

Com isso, é bom deixar claro que houve uma opção deliberada, de minha parte, em deixar o próprio Lima Barreto falar. Dando vez e voz ao escritor, fui tecendo um perfil político que pouco a pouco foi se moldando. E aí talvez fique devendo ao leitor um diálogo mais permanente com outras fontes. Seria importante ter acompanhado mais detidamente a repercussão dos temas enfocados

---

<sup>40</sup> CHARTIER, 1990, p.24-27.

<sup>41</sup> TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros; a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1993. Vol. 1, p. 14-5.

por Lima Barreto, na imprensa do período. Da mesma forma, seria interessante ouvir os interlocutores do debate proposto pelo escritor, assim como teria grande valia um estudo mais detalhado da sua biblioteca, a "Limana", a fim de compreender melhor o que lia Lima Barreto e qual era o seu universo intelectual. Contudo, me vi forçado a adiar essas e outras frentes de trabalho para uma outra etapa de meus estudos - quiçá, o doutorado -, tendo em vista os exíguos 24 meses de que dispunha. Mas creio que tais limitações não depõem contra esta dissertação, pois o perfil político de Lima Barreto que dela emerge, a partir de uma pesquisa sistemática em seus artigos e crônicas, já é um bom começo. Todavia, não há como negar que ainda há muito por ser feito.

Creio que podemos encerrar por aqui essas considerações iniciais. Devo apenas apresentar sucintamente os capítulos que se encontram nas páginas seguintes.

O capítulo 1 consiste num esboço biográfico, cujas características já foram descritas nesta introdução. No capítulo 2 são tratadas questões referentes à política nacional e é possível compreender como o escritor reage diante das práticas políticas vigentes no período da República Velha. A crítica às administrações municipais, as eleições, a precariedade da cidadania existente no período, o papel político do Congresso Nacional, o movimento operário e a exclusão política e social vivida pela maior parte da população brasileira são abordados.

O capítulo 3 aprofunda uma definição mais apurada do perfil político de Lima Barreto ao analisar a posição que toma em

relação ao capitalismo, ao anarquismo e ao socialismo. Entre os artigos e crônicas aqui enfocados, destaca-se o que ficou conhecido como “manifesto maximalista”. Neste capítulo é possível acompanhar a discussão empreendida pelo escritor à respeito do conceito de propriedade e da questão fundiária no Brasil.

O quarto e último capítulo surgiu a partir dos textos em que Lima Barreto aborda o que chama de “superstição do doutor” e de “doutoromania”, que representa a forma como se passam a se relacionar ciência e poder no país. A análise dessa aliança entre ciência e poder permite ao escritor detectar o uso político que alguns indivíduos passam a fazer do conhecimento científico e dos títulos acadêmicos, como instrumento de ascensão social e, mais importante, permite desvendar o processo pelo qual a ciência passa a desautorizar e desqualificar a política enquanto esfera de decisões. Ou seja, veremos como Lima Barreto aborda a concepção despolitizadora do ato de governar que vai se sedimentando, em nome de uma administração que se propõe a ser supostamente neutra, objetiva, técnica e, porque não, “científica”, imprimindo um caráter apolítico às práticas administrativas e às decisões dos governos.



# 1. Um certo Afonso

"Eu quero ser escritor, porque quero e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queimei os meus navios; deixei tudo, tudo, por essas coisas de letras". (BARRETO, A. H. de Lima. *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 294)

"Nunca, na minha vida, tentei coisa mais desinteressada do que o escrever as minhas confusas emoções e pobres julgamentos; e nunca esperei desse meu ato senão aquilo que, entre nós, a literatura pode dar dignamente, limpamente. A fortuna, eu a deixei para os outros. (...) Fazendo literatura, não espero fortuna nem empregos". (BARRETO, A. H. de Lima. *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 138)

O carioca Afonso bem que podia gabar-se de conhecer como poucos a cidade em que vivia. Por vezes saía do subúrbio de Todos os Santos, onde morava, tomava o trem até a Estação D. Pedro II, no centro, e dali embarcava num bonde rumo à zona sul, cruzando assim o Rio de Janeiro de um extremo a outro. Entretanto, a intimidade com a geografia e as ruas da cidade foi paulatinamente conquistada nas várias ocasiões em que cumpria este e outros percursos, não sobre os trilhos dos trens ou bondes, mas sim a pé. Sem pressa, muitas vezes vagando pela noite adentro, suas caminhadas eram interrompidas para uma ou algumas doses de parati, tomadas nos bares ou numa vendinha suburbana qualquer.

O subúrbio, aliás, ele conhecia como a palma da mão. Desde 1902, quando a família se transferiu da Ilha do Governador para a rua Vinte e Quatro de Maio, no Engenho Novo, Afonso foi ganhando mais e mais intimidade com aquelas bandas da cidade. Já no ano seguinte tinha um novo endereço: Todos os Santos. Primeiro à rua Boa Vista, e de 1913 em diante, à rua Major Mascarenhas. A esta última residência chegou até a dar um nome sugestivo e provocador: "para enfezar Copacabana denominei 'Vila Quilombo'".<sup>1</sup>

Funcionário público, amanuense concursado da Secretaria da Guerra, Afonso construiu com muito sacrifício o seu "Quilombo" de Todos os Santos:

"Olha o 'Quilombo' a serra dos Órgãos e, dos fundos, por cima do casario suburbano, avistam-se as montanhas do Andaraí. É preciso ficar sabido que o meu 'Quilombo' se ergue na extremidade de uma pequena eminência sobre a velha Estrada Real de Santa Cruz: embaixo, na ponte, passa, relinchando, zumbindo, chocalhando, o bonde elétrico de Inhaúma, cujo cemitério vejo logo ao amanhecer, quando desperto, para bem me lembrar da minha precíval condição de homem; e à esquerda, a 'lombada' cai a pique, devido a um corte para a passagem de um ramal férreo".<sup>2</sup>

O suburbano funcionário público Afonso, talvez tentasse aplacar a dor da frustração de não poder viver exclusivamente daquilo

---

<sup>1</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Bailes e divertimentos suburbanos" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 61. (*Gazeta de Notícias*, 07/02/1922). Os artigos e crônicas aqui citados aparecem primeiramente com a referência bibliográfica das obras em que foram publicados e, em seguida, entre parenteses, está indicado o periódico no qual se deu originalmente a sua publicação e a data da mesma. No caso de não ter sido identificado o periódico, aparece apenas a data ou a indicação de que não consta data ou período em que o artigo ou crônica foi publicado. Este procedimento visa remeter o leitor, inicialmente, aos livros onde se encontram os textos citados, dado que os livros são mais acessíveis do que os periódicos cariocas do início do século. De qualquer modo, sempre que possível, constam também os periódicos e as datas de publicação dos artigos e crônicas citados.

<sup>2</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Graças a Deus!" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 176. (*Careta*, 17/09/1921).

que mais gostava - escrever -, entregando-se progressivamente à bebida. Por trás daquela mesa, no escritório da repartição pública, escondia-se um escritor inquieto e apaixonado pelas letras.

É bem verdade que nem sempre fora assim. Aos 16 anos, quando ingressara na Escola Politécnica, de certa forma, a vida se apresentava promissora. Não pelo que a Politécnica em si pudesse representar para o seu futuro, pois Afonso não percebia ali um ambiente que lhe fosse favorável<sup>3</sup>. Antes mesmo que o mestre Licínio Cardoso insistisse em reprová-lo seguidas vezes na cadeira de Mecânica Racional, ele já enveredava por outros caminhos.

"Desde muito que eu desejava abandonar o meu curso. Aquela atmosfera da escola superior não me agradava (...). Todos os meus colegas, filhos de graúdos de toda sorte, que me tratavam, quando me tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava, se não me asfixiava (...).

"Os últimos anos, passeio-os pelos corredores da escola a discutir (...) ou a ler na Biblioteca Nacional ou Municipal; mas sobretudo na própria escola".<sup>4</sup>

Sua permanência na Politécnica devia-se principalmente ao desejo do pai em vê-lo formado. Era por isso que se obrigava a frequentá-la, embora estivesse totalmente insatisfeito com as tais ciências exatas. Naturalmente, tamanha insatisfação canalizava as atenções do jovem Afonso para outras direções, como as prateleiras das bibliotecas, onde se entregava à leitura e já tinha até seus autores preferidos: Condorcet, Voltaire e outros. Em 1902, com o surgimento da

---

<sup>3</sup> BARBOSA, F. de A. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 81-89.

<sup>4</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Henrique Rocha" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 195. (Publicado em 22/06/1919).

moléstia crônica do pai, que perturbado mentalmente aposentou-se e manteve-se pelos vinte anos seguintes em estado de permanente insanidade, confinado dentro de casa, chegara o momento de tomar o curso da vida em suas próprias mãos.

"Vivia eu nesse conflito moral desde os meus dezenove anos, quando aos vinte e um, meu pai adoeceu sem remédio, até hoje. Estava livre, mas, por que preço, meu Deus! Enfim ... Não seria mais doutor em cousa alguma nem precisaria andar agarrado às abas da casaca do doutor Frontin. Ia me fazer por mim mesmo, em campo muito mais vasto e mais geral!

"Bastos Tigre, que já por aquela época, fundava jornalecos e revistecas, convidou-me para fazer uma destas - *O Diabo* - com Amorim Junior, Malagutti e ele.

"Esta pequena revista deu quatro ou cinco números, e fez o seu sucesso de estima. Comecei, então, a conhecer uma porção de artistas, de poetas, de filósofos, de crônistas, jornalistas, repórteres, etc".<sup>5</sup>

Com o pai doente e a família para sustentar, viu no concurso público para amanuense o meio pelo qual poderia tentar garantir ao menos a sobrevivência dos seus. E daí por diante levou uma vida dupla que só o seu inseparável parati podia ajudá-lo a enfrentar: durante quase quinze anos dividiu-se entre a burocracia esterilizante da Secretaria da Guerra e a dedicação apaixonada ao mundo das letras.

Em 1915, temos uma confissão sobre o quanto se sente amargurado em não poder sobreviver exclusivamente às custas de sua vocação:

"O que todos nós desejamos, o que todos nós queremos, é tirar da nossa vocação aquilo com que viver. (...) Todo o nosso desejo é viver de acordo com a nossa consciência, com as nossas

---

<sup>5</sup> *ibid.* p. 196. *O Diabo* teve apenas quatro números e o primeiro circulou em 12/08/1903. Um ano antes já escrevia n' *A Lanterna*, um jornal de estudantes, e com o mesmo Bastos Tigre já editara um periódico de vida efêmera: *A Quinzena Alegre*. Cf. BARBOSA, *op. cit.*, p. 77 e 112.

inclinações; e, quando se sonha desde menino semelhante ideal, tudo quanto o não sirva, nos constringe, nos aborrece, nos mata e aniquila".<sup>6</sup>

Levando a vida assim, plena de angústias, a meio caminho entre ser burocrata e ser escritor, sentindo a todo instante o peso da responsabilidade de prover sua família, sem descuidar-se do espaço de criação e de luta que a literatura representava, Afonso por duas vezes foi levado ao hospício. Dessa experiência surgiu um conto, um diário, um romance inacabado<sup>7</sup> e uma revolta sem tamanho contra este tipo de intromissão do Estado em sua vida particular, por ele entendido como um seqüestro de sua cidadania.<sup>8</sup>

Ocorre que nas duas internações, a primeira de 18 de agosto a 13 de outubro de 1914 e a segunda de 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920, foi pelos braços da polícia que Afonso foi conduzido ao Hospício Nacional dos Alienados, na Praia Vermelha. Na primeira internação, a traumática experiência de ser enfiado num carro-forte - semelhante a uma masmorra ambulante - e brutalmente metido no hospício, foi posteriormente recriada numa narrativa ficcional: o conto *Como o "homem" chegou*, texto ao mesmo tempo mórbido e irônico. Durante a segunda internação, iniciada num dia de natal, Afonso compôs um doloroso e dilacerante diário a partir do qual elaborou um romance não concluído: *O Cemitério do Vivos*.

---

<sup>6</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Um fato" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 90 (*Correio da Noite*, em 09/03/1915).

<sup>7</sup> Estas três obras, incluindo o conto *Como o "homem" chegou*, encontram-se reunidas em BARRETO, A. H. de Lima. *Diário do hospício; o cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro, Secret. Mun. de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1988.

<sup>8</sup> BOTELHO, Denilson. *A fábrica de loucos da República Velha: loucura, cidadania e exclusão no Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Niterói, 1993. (Monografia de conclusão do Curso de Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF)

Assim sendo, sua verve literária jamais se abatera. Parece que escrever dava sentido à sua vida, e assim foi que produziu pelo menos seis romances, dezenas de contos e publicou mais de 500 artigos e crônicas em 27 jornais e revistas do início do século<sup>9</sup>. Não fosse o seu precoce falecimento aos 41 anos de idade, em 1922, possivelmente teria ido muito mais longe. Deixou de desenvolver, por exemplo, o projeto de escrever uma *História da escravidão negra no Brasil*<sup>10</sup>, acalentado desde 1903, quando era apenas um jovem de 22 anos.

O romancista foi presença constante nas páginas de diversos periódicos. *Careta*, *A.B.C.*, *Correio da Noite*, *Hoje*, *A Lanterna* e *O Debate*, entre outros, que o digam. Vá lá que não assinasse artigos nos grandes órgãos da imprensa carioca da época, mas inegavelmente seu contato com os leitores foi bastante frequente e assíduo. Se não havia espaço para Afonso em jornais como o *Correio da Manhã* e *O País*, restava-lhe a pequena imprensa.

Afonso, cabe notar, não costumava assinar Afonso. Como escritor, tornou-se mais conhecido pelo sobrenome herdado do pai: Lima Barreto<sup>11</sup>. Segundo seus amigos e seu biógrafo, foi um boêmio curioso.

"Lima Barreto desnorteava quase sempre os companheiros de farra. Não raro, desaparecia do grupo e ia beber sozinho, longe de todos, o seu parati. É que sentia necessidade de andar, bebericando aqui, ali, acolá, mais adiante, vencendo enormes distâncias a pé, até mais não poder, tonto de álcool e morto de cansaço.

---

<sup>9</sup> Ver tabela em anexo.

<sup>10</sup> BARRETO, A. H. de Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 33.

<sup>11</sup> Afonso Henriques de Lima Barreto era filho de João Henriques de Lima Barreto e Amália Augusta de Lima Barreto. Nasceu em 13 de maio de 1881. Sua avó, Geraldina Leocádia da Conceição, mãe de Amália, havia sido escrava. Cf. BARBOSA, *op. cit.*, p. 23 e p. 296.

Caía nas sarjetas e assim se deixava ficar, dormindo a sono solto, como qualquer pobre diabo das ruas"<sup>12</sup>.

Nóbrega da Cunha, que mais tarde foi diretor político do Diário de Notícias<sup>13</sup>, conta um pouco sobre os hábitos do escritor e sua convivência com ele:

"Conheci-o por volta de 1916. O primeiro ponto de parada de Lima Barreto em suas andanças e bebericagens pelos bares urbanos era um barzinho da rua Sachet (entre as ruas 7 de Setembro e do Ouvidor). O barzinho era de três portas, um balcão, uma sala curta, um mictório. Ali serviam-se café e bebidas. No mesmo prédio havia uma livraria pequena, de Francisco Schetino (cujo filho era poeta), onde se vendiam jornais, revistas e, principalmente, publicações estrangeiras e de literatura e obras de interesse geral. (...) Aquele era o primeiro ponto, a livraria, na passagem de Lima Barreto. Lima, em geral saía da Careta, na rua 7 de Setembro.

(...) Pedia parati. Recusava qualquer outra bebida alcoólica, inclusive cerveja. (...) Passava rapidamente pela livraria, demorando-se de cinco a dez minutos. E dirigia-se ao bar, onde, conforme os presentes, às vezes, ficava pouco tempo, e outras, passava até as cinco horas da tarde, entretido na conversação com os companheiros"<sup>14</sup>.

Tratava-se de um boêmio andarilho. Nas rodas intelectuais que freqüentava, certamente era o único ou um dos poucos que morava no subúrbio. Isso conferia-lhe uma visão de mundo singular, advinda da convivência com os moradores daquelas partes da cidade, quais sejam, operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, funcionários públicos e aquela gente que sobrevive de prestar serviços

---

<sup>12</sup> BARBOSA, *op. cit.*, p. 179.

<sup>13</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 427.

<sup>14</sup> ANTÔNIO, João. *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 21-23. A antiga rua Sachet é atualmente conhecida como Travessa do Ouvidor.

ocasionais ou de biscates. Transformados em personagens, parte deles circula pelo romance *Clara dos Anjos*<sup>15</sup>, dando vida ao que Lima Barreto chama de "refúgio dos infelizes"<sup>16</sup> - expressão pela qual se refere ao subúrbio. O depoimento de Nóbrega da Cunha confirma esse dado: "o escritor demonstrava claramente que tinha amizade àqueles tipos humildes e muito pobres"<sup>17</sup>. Num bar lateral da Estação D. Pedro II, onde eram raros os intelectuais, "Lima conhecia vários malandros e capoeiras da época, mas não parecia gente de sua intimidade"<sup>18</sup>.

Também no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, o escritor discorre com familiaridade sobre a realidade das pessoas simples dos subúrbios do Rio de Janeiro:

"(...) Os subúrbios têm mais aspectos interessantes, sem falar no namoro epidêmico e no espiritismo endêmico; as casas de cômodos (quem as suporia lá!) constituem um deles bem inédito. Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nestes caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino.

Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar. Às vezes num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem"<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> BARRETO, A. H. de Lima. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Livraria Garnier, 1989.

<sup>16</sup> *ibid.*

<sup>17</sup> ANTÔNIO, *op. cit.*, p. 45.

<sup>18</sup> ANTÔNIO, *op. cit.*, p. 50.

<sup>19</sup> BARRETO, A. H. de Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 132-133.



O olhar atento de Lima Barreto sobre esta miséria banida das regiões centrais da cidade, instalada em casas de cômodo que o poder público não supunha existirem no subúrbio, em verdadeiros "caixotins humanos" onde famílias inteiras se amontoam, transforma as baixas camadas da população em objeto dos mais freqüentes na sua narrativa, seja ela ficcional ou não. Está presente em sua obra o desafio de tentar compreender e explicar a miséria e o infortúnio do povo brasileiro. E esta explicação ele crê que deva ser buscada na própria sociedade da época e nos modos pelos quais ela se configura, nos seus conflitos e nas suas contradições. É o que consta, por exemplo, numa *Breve Notícia* publicada nas páginas iniciais das *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, onde o escritor demonstra de que modo se predispõe a enfrentar o racismo e o preconceito racial que ele próprio sofreu inúmeras vezes na vida:

"Não é meu propósito também fazer uma obra de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno"<sup>20</sup>.

De fato, ocorre que o escritor mantém com essa população pobre, miserável e suburbana do Rio de Janeiro do início do século, uma relação complexa. Ao mesmo tempo em que ele próprio se diz um homem do povo, não abre mão de defender para si uma condição diferente e, por que não, superior a estes indivíduos aos quais se julga irmanado - pelo

---

<sup>20</sup> BARRETO, A. H. de Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 42.

menos no que diz respeito às condições de vida material e financeira. Nesse sentido, é possível observarmos como, numa mesma crônica, o próprio escritor é capaz de afirmar simultaneamente tais características. Embora admita ser "um pobre-diabo 'pronto', sem prestígio, sem beleza e sem amor", ressalta:

"nasci pobre, mas gosto de mármore, estátuas, quadros e tapetes. Tenho o direito a isso pela minha educação e instrução. O que elas transformaram na minha natureza, a culpa não é minha; é daqueles que, com sacrifício e generosidade, me trouxeram".<sup>21</sup>

Os escritos de Lima Barreto dão mesmo testemunhos irrefutáveis da sua pobreza. Tendo recebido, por exemplo, um livro de arte culinária para emitir opinião sobre suas receitas, um pouco dos seus hábitos de vida são revelados nestes comentários:

"Em verdade, (...) eu digo (...) que não posso julgar dos seus processos de fabricar azeites.

"Sou muito pobre e tudo aquilo que está no (...) livro custava-me os olhos da cara.

"Conquanto seja eu solteiro e não tenha esperança de me casar mais, gostei muito de saber o que é alcatra, chã de dentro e outras peças de carne de que eu não tinha notícia".<sup>22</sup>

Mas, é por muito pouco que Lima Barreto não chega a se irritar com os seus vizinhos de subúrbio. Embora compartilhe com eles as modestas condições de vida, não suporta o assédio das crianças a lhe

---

<sup>21</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Carta aberta, ao jeito dos bilhetes de João do Rio" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 241. (*Careta*, em 13/11/1920). Ainda sobre a complexa relação que mantém a população pobre do subúrbio, ver BARRETO, A. H. de Lima. *Diário íntimo*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 76.

<sup>22</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Arte culinária" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 142. (*Careta*, 13/11/1920).

pedirem livros, dos marmanjos que querem cartas para as namoradas, das moçoilas ansiosas por alguns versos e dos poetas incipientes. Em 1921, cria um diálogo imaginário numa crônica para a *Careta*, no qual um escritor suburbano desabafa com um amigo sobre o quanto a literatura tornou-se um tormento em sua vida. Insatisfeito com tais demandas, reclama: "se ainda fosse um acadêmico sisudo - vá! - mas não sou nem mais nem menos que um autor pobre, modesto e simples".<sup>23</sup>

É também a muito custo que resiste em censurar um bloco carnavalesco de Todos os Santos, curiosamente denominado "Rapaduras Gostosas". E só não dá vazão à censura porque, em última instância, identifica-se com aquela gente que põe o bloco nas ruas a desfilar. Lima Barreto entende que por maior que seja a sua instrução, não pode arvorar-se a fazer julgamentos precipitados e desdenhosos de uma gente que dispõe das mesmas condições de vida que ele. Reconhecendo no "Rapaduras Gostosas" a mais genuína manifestação artística popular, o escritor dobra a língua:

"Eu não sei bem porque quiseram tal nome, mas nada objetei-lhes e calei toda a crítica irreverente ou tola à semelhante manifestação de arte popular. Diabo! Eu sou povo também (...). Sou essencialmente homem do povo e criticar manifestações artísticas de pessoas da mesma condição que a minha, pode parecer pretensão e soberbia. Guardei a crítica e convenci-me de que podia haver rapaduras amargas".<sup>24</sup>

Sendo "povo" ou "homem do povo", interessava-lhe sobretudo entender as causas de tanta miséria e desigualdade social vivida por boa

---

<sup>23</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Atribulações de um autor" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 114. (*Careta*, 10/09/1921).

<sup>24</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Legião da Mulher Brasileira" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 67. (*A.B.C.*, 27/03/1920).

parte dos brasileiros daquela época. Não só refletir sobre as causas lhe absorvia, ousava também pensar nas soluções, em como resolver as contradições que se apresentavam de maneira tão gritante pelas ruas da cidade ou mesmo na região onde morava. Seria o regime republicano responsável por todos os males? Seriam os políticos e seus modos de fazer política os principais alçozes do empobrecido povo brasileiro? São questões que permeiam os escritos de Lima Barreto. Da mesma forma, quem os lê, se pergunta sobre, afinal, o que ele propunha, que propostas formulava para alcançar a superação dos grandes problemas nacionais e a cidadania plena para todos. O socialismo? O anarquismo? O maximalismo?

Como sugere João Antônio<sup>25</sup>, Lima Barreto foi capaz de construir uma visão sobre a sociedade brasileira do início do século e através dos seus estudos procurou adotar critérios filosóficos e sociais para pensar. Foi capaz ainda de construir um pensamento, uma reflexão, um julgamento sobre a nossa vida urbana e rural, sobre os diferentes tipos da nossa população. Consciente do que significava viver no Rio de Janeiro, cidade que reconhecia não só como capital política do país, mas também "espiritual", como dizia, desenvolveu ao longo do tempo uma longa e sensível investigação sobre os sonhos, as decepções, os hábitos e os anseios da gente simples de que sempre esteve cercado em seu convívio<sup>26</sup>. Disso chega mesmo a nos dar notícia:

---

<sup>25</sup> ANTÔNIO, *op. cit.*, p. 13-16.

<sup>26</sup> Aveso a compromissos sociais como discursos e conferências, preferia o anonimato das ruas: "apesar de ser um sujeito sociável e que passo, das vinte e quatro horas do dia, mais de quatorze na rua, conversando com pessoas de todas as condições e classes, nunca fui homem de sociedade: sou um bicho do mato". BARRETO, A. H. de Lima. "O destino da literatura" in *Impressões de leitura*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 54-55. (*Revista Sousa Cruz*, out./nov. 1921).

"O que elas [as linhas deste artigo, DB] visam, é explicar as razões porque fui levado a procurar, na conversa com homens e raparigas do povo, obter narrações, contos, etc. de origem popular, sem mesmo indagar se eles foram publicados, e dar nesta revista o resultado das minhas conversações com gente de toda a parte.

"Sou homem da cidade, nasci, criei-me, eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que a nossa cidade não é só a capital política do país, mas também a espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros, revelado tudo isso na sua arte anônima e popular.

"Queira Deus que leve avante o meu inquérito! Amém".<sup>27</sup>

O que são os mais de 500 artigos publicados pelo escritor, senão um transbordamento desse "inquérito" empreendido durante anos ou um painel de suas reflexões críticas sobre a República recém-inaugurada no país? Tendo escolhido a literatura como trincheira de luta e como instrumento privilegiado de sua militância, Lima Barreto construiu uma leitura do seu tempo marcada por um denso conteúdo de crítica à sociedade burguesa em que vivia, como se percebe no trecho seguinte:

"(...) O que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática, é muita abdicação de nós mesmos, é um apagamento da nossa individualidade particular, é um enriquecimento de idéias e sentimentos comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos seus fariseus e saduceus, um sossego de morte da consciência.

---

<sup>27</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Recordações da Gazeta Literária" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 246. (*Hoje*, 20/03/1919).

"(...) A grosseria dos processos, a 'embromação' mútua, a hipocrisia e a bajulação, a dependência canina, é o que pede a nossa época para dar felicidade ao jeito burguês".<sup>28</sup>

Se desaprovava os políticos e os modos de fazer política no Brasil, em geral, Lima Barreto não abria mão de sua concepção do que deveria ser a política. Ainda que lhe atribuísse a vaga finalidade de promover o bem estar geral dos povos, defendia a necessidade de discutir e pensar em projetos mais abrangentes, até mesmo fundamentados em alguma ideologia capaz de lhes conferir sustentação. O que não aceitava era que se fizesse da política apenas um lamentável e corriqueiro revesamento de nomes e interesses pessoais nos mais importantes postos do Estado ou do Legislativo.

A tumultuada eleição presidencial de 1922 só veio a reforçar este ponto de vista do escritor. O candidato das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, o governador mineiro Artur Bernardes, viu seus opositores lhe atribuírem a suposta autoria de cartas em que menosprezava e denegria o Exército. Posteriormente comprovou-se a falsidade de tais cartas, cujo objetivo principal era incitar as Forças Armadas contra Bernardes e tentar impedir, pelo uso da força, que chegasse à presidência. Mesmo assim, Nilo Peçanha foi derrotado e os anos que se seguiram foram marcados por seguidas decretações de estado de sítio.<sup>29</sup> Era esse nível de disputa pessoal pelo poder, ou de grupos políticos que não apresentavam nem debatiam projetos de

---

<sup>28</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A matemática não falha" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 177-178. (07/12/1918)

<sup>29</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/Fundo do Desenvolvimento da Educação, 1995. pp. 305-318.

governo, que Lima Barreto reprovava e, em contrapartida, propunha um novo regime, como mostra este artigo publicado em julho do mesmo ano:

"Nunca me meti em política, isto é, o que se chama política no Brasil. Para mim a política, conforme Bossuet, tem por fim tornar a vida cômoda e os povos felizes. Desde menino, pobre e oprimido, que vejo a 'política' do Brasil ser justamente o contrário. Ela tende para tornar a vida incômoda e os povos infelizes. Todas as medidas de que os políticos lançam mão são nesse intuito.

"(...) Por estas e outras eu sou completamente avesso a negócios de política, porque não acredito nela e muito menos nos políticos.

"(...) Só admito que se morra em matéria de política quando se o faça por uma idéia que interesse um grande grupo humano.

"(...) Estou convencido de que seja Paulo, Sancho ou Martinho que governe, esta vida será sempre uma miséria.

Seria capaz de deixar-me matar, para implantar aqui o régimen maximalista; mas a favor de Fagundes ou de Brederodes não dou um pinga do meu sangue.

Tenho para mim que se deve experimentar um 'tábua rasa' no régimen social e político que nos governa; mas mudar só de nomes de governantes nada adianta para a felicidade de todos nós"<sup>30</sup>.

Ainda em 1921, quando mal se iniciara a turbulenta disputa eleitoral entre Bernardes e Peçanha, Lima Barreto expressava na *Careta* estes mesmos princípios:

"Esse negócio de ser este ou aquele cidadão presidente da república não tem para mim a mínima importância.

"De resto, eu não tenho nenhuma fé nos princípios republicanos. Agora mesmo nesta questão de candidatura à presidência, vi como eles são elásticos. Vejo que se baralham nas asseverações, escritos e gestos dos seus próceres coisas

---

<sup>30</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Palavras dum simples". *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 58-59. (*Hoje*, 22.07.1922). Segundo inventário que o escritor fez de sua própria biblioteca, em 1º de setembro de 1917, o volume *Discours sur l'Histoire Universelle*, de Jacques B. Bossuet, constava entre os seus livros. Cf. BARBOSA, *op. cit.*, p.288.

antagônicas com as suas asseverações, escritos e gestos de poucos anos atrás".<sup>31</sup>

À sua revelia, o rótulo de maximalista lhe foi atribuído quando, em 1918, influenciado pela Revolução Russa e pelas idéias socialistas, escreveu um artigo no A.B.C., propondo um "ajuste de contas" à sociedade brasileira. Em síntese, formulava quatro medidas que julgava necessário pôr em prática para dar início a uma revolução social no Brasil: suprimir a dívida interna, confiscar os bens das ordens religiosas, extinguir os testamentos ou o direito de testar e estabelecer o divórcio completo e sumário<sup>32</sup>. E então

"(...) tacharam-no logo de manifesto maximalista. O artigo não tinha esse pomposo intuito, mas, sendo tomado por tal eu deixei que ele assim corresse mundo e fui desde logo classificado e apontado como maximalista"<sup>33</sup>.

Suprimir a dívida interna era pôr fim às artimanhas engendradas pelos financistas, através de apólices, títulos, hipotecas, câmbio, etc. Os recursos do Estado não deveriam prestar-se a finalidades deste tipo. O confisco dos bens das ordens religiosas, o fim do direito de testar e o estabelecimento do divórcio seguem um mesmo princípio básico, conforme o "manifesto" de Lima Barreto: a propriedade deve ser socializada, transformada num bem comum, e não em fonte de poder e riqueza para uns poucos privilegiados ou para algumas ordens

---

<sup>31</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Voto feminino". *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 57-58 (*Careta*, 09.07.1921).

<sup>32</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "No ajuste de contas". *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1961. p. 88-96. (*A.B.C.*, 11.05.1918).

<sup>33</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo". *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 157-165. (01.03.1919).



religiosas, e muito menos deve servir à cobiça de casamentos realizados por conveniência.

"A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar para ele, de terras e outros bens tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum"<sup>34</sup>.

O fato é que na mesma época em que veio à luz o "manifesto maximalista", o seu autor já admitia ser mesmo de algum modo um maximalista, pois é assim que o vemos se posicionar na *Lanterna*: "nada entendo de leis, nem quero entender. Sou radicalmente contra elas, pois me julgo de algum jeito maximalista".<sup>35</sup>

Depois de publicado o dito manifesto, Lima Barreto parece ter acompanhado atentamente a sua repercussão na imprensa, bem com as críticas que lhe foram endereçadas. Tanto é que no ano seguinte dedica um artigo a responder os críticos do maximalismo e retoma o debate desses ideais que a Revolução Russa de 1917 havia lhe inspirado. O escritor, aliás, faz questão de ressaltar que defende os ideais e não que se faça aqui a aplicação de fórmulas revolucionárias estranhas ao contexto e à especificidade do caso brasileiro: "Digo ideais e não as fórmulas e medidas especiais, porquanto, desde o começo, tinha visto que elas não podiam ser as mesmas em todos os países".<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "No ajuste de contas". *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 90. (A.B.C., 11.05.1918).

<sup>35</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "As formigas e o prefeito". *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 142. (*Lanterna*, 04.05.1918).

<sup>36</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo". *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 161. (01.03.1919).

Nos críticos ele não vê a exposição de argumentos consistentes e capazes de enfrentar as idéias maximalistas. Nota apenas que insistem em repetir leviandades e acusações que nada contribuem para um debate em torno de propostas, demonstrando assim o quanto se sentem ameaçados pelo maximalismo.

"(...) Os nossos sabichões não têm nem uma espécie de argumento para contrapor aos apresentados pelos que têm meditado sobre as questões sociais e vêem na revolução russa, uma das mais originais e profundas que se tem verificado nas sociedades humanas.

"(...) Os que são ricos, de fato, e aqueles que se querem fazer ricos, à custa de um proxenetismo familiar qualquer, sentindo-se ameaçados pelo maximalismo, (...) deviam se tivessem um pingão de massa cinzenta no cérebro, procurar esmagar os seus inimigos com argumentos verdadeiramente científicos e hauridos nas ciências sociais. Não fazem tal, entretanto (...)"<sup>37</sup>

Na mesma época em que veio à público o manifesto maximalista, Tristão da Cunha se insere na lista dos detratores desta doutrina com um artigo intitulado "Maximalismo", movimento ao qual atribui a intenção de impor uma ditadura de classe a uma civilização formada no esforço para a liberdade.

"Muito mal se pode fazer aos homens antes que descubram, como o pobre russo, que da anunciada igualdade de fortunas só sai a igualdade da miséria. É melhor evitar a experiência.

"Há ainda um fator psicológico, e não sei se é o mais decisivo (...), a saber, a guerra à propriedade individual. Desta dizem alguns que é o roubo (...). Mas, acima de tudo, a propriedade é a ambição, o grande estímulo do esforço pessoal. (...) Um instinto natural (...). A propriedade é o sonho"<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> *ibid.* p. 157-158.

<sup>38</sup> CUNHA, Tristão da. "Maximalismo" in *Obras de Tristão da Cunha*. Rio de Janeiro, Agir; Brasília, INL, 1979. Vol. 1, p. 203-4. Este artigo foi escrito e publicado entre 1919 e 1920. José Maria Tristão Leitão da Cunha (1878-1942) foi escritor e colaborou em diversos órgãos da imprensa, tendo sido um dos fundadores do jornal *O Dia*.

A preocupação de Tristão da Cunha com a manutenção da propriedade privada estende-se à questão eleitoral. Julga o sufrágio universal um equívoco, pois iguala o sábio ao tolo, o herói ao tratante. Considera a oligarquia a melhor forma de governo que a humanidade já teve e lamenta-se:

“Remy de Gourmont admirava entre todos o sistema do Sacro Colégio, designado pelo papa para criar outro papa depois dele morto. Nós, no secular, já não temos Sacro Colégio, nem para lá caminhamos”<sup>39</sup>.

Também naquele mesmo momento, Gilberto Amado considera a propaganda maximalista supérflua. Na base do seu argumento está a tese de que todas as transformações vividas no país nos últimos tempos ocorreram sem conflitos, o que se deve ao caráter pacífico e passivo dos brasileiros. Além disso,

“No terreno das idéias e dos sentimentos, o Brasil é país reflexo, espelho da vida e das formas que o esforço dos homens vai criando e afeiçoando em outros ambientes (...).

“Se o maximalismo vencer na França, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, nós o adotaremos aqui, de um dia para outro, haja ou não haja preparo ou propaganda.

“(…) O que qualquer destas nações, realizadoras da nossa história, fizer, nós faremos. Fazer originalmente, porém, nos é impossível”<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> CUNHA, Tristão da. “Verdade eleitoral”. in *op. cit.*, p. 246. Este artigo foi escrito e publicado entre 1921 e 1922.

<sup>40</sup> AMADO, Gilberto. “A propaganda maximalista e sua superfluidade” in *Aparências e realidades*. São Paulo, Monteiro Lobato & Cia., 1922. p. 113-20. Gilberto Amado (1887-1969) foi diplomata e escritor, tendo sido membro da Academia Brasileira de Letras.

Diante de argumentos como esses<sup>+1</sup>, que defendem a propriedade privada por se tratar de um fator psicológico ou que atribui à sociedade brasileira uma estranha vocação para o mimetismo, Lima Barreto não estava muito longe da verdade ao classificá-los de levianos. Sua postura política independente o conduz a avançar um diagnóstico sobre a situação do país:

"em resumo, porém, se pode dizer que todo o mal está no capitalismo, na insensibilidade moral da burguesia, na sua ganância sem freio de espécie alguma, que só vê na vida dinheiro, dinheiro, morra quem morrer, sofra quem sofrer".<sup>+2</sup>

Sendo assim, se o capitalismo encerra todos os males da época, Lima Barreto defende que o Brasil tenha a sua própria e necessária revolução:

"(...) Cabe bem aos homens de coração desejar e apelar para uma convulsão violenta que destrone e dissolva de vez essa *societas sceleris* de políticos, comerciantes, industriais, prostitutas, jornalistas *ad hoc*, que nos saqueiam, nos esfaimam, emboscados atrás das leis republicanas. É preciso, pois não há outro meio de exterminá-la.

"Se a convulsão não trazer ao mundo o reino da felicidade, pelo menos substituirá a camada podre, ruim, má, exploradora, sem ideal, sem gosto, perversa, sem inteligência, inimiga do saber, desleal, vesga que nos governa, por uma outra, até agora recalcada, que virá com outras idéias, com outra visão da vida, com outros sentimentos para com os homens, expulsando esses Shylocks que estão aí, com os seus bancos, casas de penhores e umas trapalhadas financeiras, para engazopar o povo. A vida do homem e o progresso da humanidade pedem mais do que dinheiro, caixas-fortes atestadas em moedas, casarões imbecis com lambrequins vulgares. Pedem sonho, pedem arte, pedem cultura, pedem caridade, piedade, pedem

---

<sup>+1</sup> Na mesma linha de raciocínio de CUNHA e AMADO, poderíamos citar ainda: COELHO NETO, Henrique Maximiano. "Elle!..." in *O meu dia*. Porto, Chardron, 1922. p. 201-4. Artigo publicado em 15/04/1920. CAMPOS, Humberto de. "A locomotiva de Trotsky" in *Mealheiro de Agripa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936. p. 212-5.

<sup>+2</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo". *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 163. (01.03.1919).

amor, pedem felicidade; e esta, a não ser que se seja um burguês burro intoxicado de ganância, ninguém pode ter, quando se vê cercado da fome, da dor, da moléstia, da miséria de quase toda uma grande população".<sup>43</sup>

Ao invocar uma convulsão social que venha a destronar uma elite insensível que governa o país, o escritor está defendendo a implementação de um projeto maximalista pela via revolucionária, embora admita que a simples substituição de um grupo por outro não necessariamente será capaz de trazer "ao mundo o reino da felicidade". O maximalismo surge apenas como um caminho no sentido de minorar aquilo que Lima Barreto considera intolerável: a brutal desigualdade social existente no Brasil. Na sua opinião é inconcebível que o progresso aprofunde cada vez mais as desigualdades econômico-sociais entre pessoas que fazem parte de uma mesma sociedade e convivem cotidianamente nas mesmas ruas, praças e cidades.

Para além do maximalismo ou do socialismo, Lima Barreto cultiva um modo de pensar independente, que prescinde da implantação deste ou daquele regime político institucional. O escritor quer repensar a sociedade em que vive e as relações sociais nela vigentes.

"É chegada, no mundo, a hora de reformarmos a sociedade, a humanidade, não politicamente que nada adianta, mas socialmente que é tudo.

"Temos que rever os fundamentos da pátria, da família, do Estado, da propriedade; temos que rever os fundamentos da arte e da ciência (...)"<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> *ibid.* p. 164.

<sup>44</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Volto ao Camões" in *Impressões de leitura*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 165. (A.B.C., 27.04.1918).

Para empreender uma revisão de tais fundamentos, Lima Barreto não abre mão de sua independência: "sou escritor e, se outro mérito não tenho, me gabo de ser independente".<sup>45</sup> Sendo literato, atribui-se então a missão de estabelecer, através dos seus escritos, um traço de união, uma ligação harmônica entre os homens, capaz de soldar suas almas<sup>46</sup>. Ou seja, o escritor vê na arte literária um veículo eficaz de disseminação dos sentimentos de união e solidariedade entre os homens. Crê que seja o destino da literatura tornar-se um meio quase perfeito de comunicação, através do qual se somem e multiplicam a força de pensamento do indivíduo, capaz de levar as pessoas a se associarem em torno de ideais coletivos.

"(...) Quanto mais esse poder de associação for mais perfeito; quanto mais compreendermos os outros que nos parecem, à primeira vista, mais diferentes, mais intensa será a ligação entre os homens, e mais nos amaremos mutuamente, ganhando com isso a nossa inteligência, não só a coletiva como a individual (...).

"Fazendo-nos assim tudo compreender; entrando no segredo das vidas e das cousas, a Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade, com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos; e, por aí, nós nos chegaremos a amar mais perfeitamente (...). O Amor sabe governar com sabedoria, e acerto (...).

"Atualmente, nesta hora de tristes apreensões para o mundo inteiro, não devemos deixar de pregar, seja como for, o ideal de fraternidade, e de justiça entre os homens e de um sincero entendimento entre eles.

"E o destino da Literatura é tornar sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal de poucos a todos, para que ela cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina".<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A Maçã e a polícia" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 74. (*Careta*, 11.03.1922).

<sup>46</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O destino da literatura" in *Impressões de leitura*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 62. (*Revista Sousa Cruz*, out./nov.1921).

<sup>47</sup> *ibid.* p. 66-68.

No afã de dar a sua contribuição para as mudanças que quer ver se realizarem, vários aspectos da sociedade brasileira são enfocados nos artigos e crônicas do escritor, revelando sua exaustiva preocupação em refletir sobre os problemas do país, bem como sobre possíveis soluções para os mesmos.

Indignava-se, por exemplo, com a concentração de extensas propriedades rurais improdutivas nas mãos de poucos homens. Julgava imprescindível enfrentar os latifundiários para encontrar soluções para o problema agrário existente no Brasil. Sem isso, qualquer outra medida parecia-lhe de alcance limitado. Até concordava com Monteiro Lobato na premência de um saneamento para o interior, ou no combate à "velha praga"<sup>48</sup>, mas achava que

"Não é possível compreender que um tipo bronco, egoísta e mau, residente no Flamengo ou em São Clemente, num casarão monstruoso e que não sabe plantar um pé de couve, tenha a propriedade de quarenta ou sessenta fazendas nos Estados próximos, (...) enquanto, nos lugares em que estão tais latifúndios, há centenas de pessoas que não têm um palmo de terra para fincar quatro paus e erguer um rancho de sapê, cultivando nos fundos uma quadra de aipim e batata-doce"<sup>49</sup>.

O saneamento defendido por Lima Barreto tem um caráter mais abrangente e representa uma espécie de solução maximalista para a questão agrária no início do século:

"A solução do saneamento do interior do Brasil, no meu fraco entender, joga com muitos outros dados. Há a parte de engenharia: dessecamento de pântanos, regularização de cursos

---

<sup>48</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo, 1918.

<sup>49</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "No ajuste de contas". *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1961. p. 91. (A.B.C., 11.05.1918)

d'água, etc.; há a parte social, no fazer desaparecer a fazenda, o latifúndio, dividi-lo e dar a propriedade dos retalhos aos que efetivamente cultivam a terra; há a parte econômica, consistindo em baratear a vida, os preços do vestuário, etc., coisa que pede um combate decisivo ao nosso capitalismo industrial e mercantil que enriquece doidamente, empobrecendo quase todos; há a de instrução e muitos outros (...).<sup>50</sup>

No âmbito da instrução, por sinal, Lima Barreto defende que ela seja oferecida a todos ou pelo menos à maioria da população. "Se há alguma coisa a fazer em instrução que não seja a de fabricar doutores, é extinguir todos os colégios militares e o Pedro II, criando por todo o Rio de Janeiro liceus (...) de forma que os favores do Estado alcancem todos". Em se tratando de educação pública, o escritor observa que os governos, tanto imperiais quanto republicanos, vinham agindo de maneira lastimável, deixando à míngua a maior parte da população. Por isso o escritor não vacila em propor: "os colégios militares são sobremodo um atentado ao nosso regímen democrático; é preciso extingüi-los e aproveitar os respectivos professores e material, na instrução da maioria".<sup>51</sup>

O racismo e o preconceito racial ele sentiu na própria pele, como demonstra o episódio ocorrido em 26 de dezembro de 1904. Circulando pelos corredores do Ministério da Guerra, onde trabalhava havia cerca de um ano, foi por três vezes interpelado por um soldado, que o indagava se era contínuo.

---

<sup>50</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo". *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 163. (01.03.1919)

<sup>51</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Continuo ..." in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 93-94. (*Correio da Noite*, 13.03.1915).



"Ora, sendo a terceira vez, a coisa feriu-me um tanto a vaidade, e foi preciso tomar-me de muito sangue frio para que não desmentisse com azedume (...).

Porque então essa gente continua a me querer contínuo, porque?

Porque ... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande"<sup>52</sup>.

Tempos depois, Lima Barreto ainda demonstrava preocupação com a disseminação de teorias supostamente científicas sobre a diferença entre as raças, interpretando o caráter de inferioridade dos negros como algo intrínseco, e não transitório. Daí considerarem a miscigenação um vício social ou mesmo uma praga. O perigo, segundo o escritor, estava na transformação do que antes era apenas preconceito em conceito científico. Admitindo que, quando mais novo, chegou a sentir-se intimidado e abatido devido a sentenças tão degradantes, passou a sentir-se mais confortado quando percebeu que "a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo"<sup>53</sup>.

Também o movimento operário recebeu o seu apoio militante. Por ocasião da greve insurrecional de novembro de 1918, no Rio de Janeiro, o escritor riu-se "muito gostosamente do pavor que levaram a todo o Olimpo governamental, os acontecimentos de 18"<sup>54</sup>. Mas não se satisfaz apenas com o pavor das elites governantes diante dos trabalhadores rebelados. Em "carta aberta" ao Presidente da República,

---

<sup>52</sup> BARRETO, A. H. de Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo, Brasiliense, 1956, p. 51-52

<sup>53</sup> *ibid.*, p. 110-112.

<sup>54</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Da minha cela" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 101. (25.11.1918).

Rodrigues Alves, Lima Barreto exigia respeito aos direitos de cidadania inerentes ao regime republicano:

"(...) Os fatos subseqüentes aos acontecimentos de 18 do mês passado, trouxeram-me tanto fel à alma que (...) eu contengo a minha indignação a muito custo.

Não espere Vossa Excelência que eu venha aqui discutir maximalismo ou anarquismo (...).

Não preciso lembrar a Vossa Excelência que ser anarquista, ter opiniões anarquistas, não é crime algum (...). Assim sendo, esperava que (...) estrangeiros e nacionais, anarquistas ou não anarquistas, mandantes e mandatários sejam processados regularmente, com os mais amplos meios de defesa (...). Vossa Excelência (...) não deve, creio eu, consentir (...) a repetição das cenas dantescas do 'Satélite', das deportações para os pantanais do Acre, dos tormentos nas masmorras da ilha das Cobras e de outros fatos assaz republicanos"<sup>55</sup>.

A "superstição do doutor", típica da sociedade brasileira na época, sempre foi alvo das críticas e da ironia do escritor. Na imaginária República das Bruzundangas<sup>56</sup> por ele criada, a adoração nacional por títulos e diplomas é desmascarada, revelando o desejo incontido de muitos, de ver anteposto ao seu nome o célebre "doutor". A recente experiência da escravidão parece amaldiçoar e desqualificar qualquer um que desempenhe um trabalho braçal.

"A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. (...) O cidadão que se arma de um título (...) obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes (...).

---

<sup>55</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Carta aberta" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 110-111. (02.12.1918).

<sup>56</sup> Bruzundanga significa "palavreado confuso, algaravia, mistura de coisas imprestáveis, mixórdia, confusão, embrulhada, trapalhada, cozinhado mal feito, ou sujo e repugnante". Cf. FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975, p. 235-236.

As moças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família"<sup>57</sup>.

O movimento feminista de Berta Lutz também conheceu a pena ferina do escritor. Não que ele fosse misógino, como já se andou afirmando precipitadamente<sup>58</sup>. Ocorre que o escritor tinha mesmo dificuldade em aceitar o voto feminino e o espaço progressivo que as mulheres iam ocupando na sociedade, para além dos limites domésticos<sup>59</sup>. Mas combatia insistentemente a "praga" do uxoricídio<sup>60</sup>, ou seja, aqueles homens prepotentes que, por um ou outro motivo, se julgavam no direito de dispor da vida das suas mulheres.

Não cabe portanto classificá-lo de misógino só porque criticava o rumo que vinha tomando o movimento feminista. Lima Barreto não concordava era com o viés elitista que Berta Lutz e suas companheiras lhe impunha, levantando como uma de suas mais

---

<sup>57</sup> BARRETO, A. H. de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 56.

<sup>58</sup> VASCONCELLOS, Eliane. *Lima Barreto Misógino ou feminista?* in CANDIDO, Antonio e outros. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, Editora da UNICAMP/FCRB, 1992. p. 255-269.

<sup>59</sup> Quando em 1918 Nilo Peçanha nomeou uma mulher para um cargo de amanuense, Lima Barreto não hesitou em protestar contra a medida que "aberra de todas as nossas concepções políticas e vai de encontro a todos os princípios sociais". Isto porque, segundo o escritor, "a inteligência da moça é, em geral, reprodutora, portanto muito própria para esse estudo de línguas muito do gosto das repartições catitas, como o Itamarati; mas nunca é capaz de iniciativa, de combinação de imagens, dados concretos e abstratos que definam a verdadeira inteligência. (...) Peço licença para lembrar ao Senhor doutor Nilo Peçanha que Krafft-Ebing diz, num dos seus livros, que a profissão da mulher é o casamento. Sua Excelência - eu lhe rogo - antes de tratar de fazer 'amanuenses', procure arranjar para as meninas bons maridos, honestos e trabalhadores". Acho que isso é suficiente para que se possa compreender sua posição sobre o tema. Cf. BARRETO, A. H. de Lima. "A amanuense" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 51-3. (A.B.C., 05.10.1918).

<sup>60</sup> Em artigo publicado no *Correio da Noite*, em 27/01/1915, o escritor clamava: "Deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus!" Cf. BARRETO, A. H. de Lima. "Não as matem". *Vida urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956, p. 83-85. (*Correio da Noite*, 27.01.1915).

importantes bandeiras uma espécie de "reserva de mercado" para as mulheres no serviço público. O escritor considerava imperdoável que as mulheres das camadas sociais mais baixas não se engajassem num movimento que deveria defender também os seus interesses.

"Dona Berta Lutz e, com ela, muitas outras colocam a questão sob o aspecto do direito da mulher ao trabalho próprio. (...) Minha senhora, então a mulher só veio a trabalhar porque forçou as portas das repartições públicas? Ela sempre trabalhou, minha senhora, aqui e em toda a parte, desde que o mundo é mundo (...).

Certa noite, (...) um amigo meu, (...) levou-me à Fábrica de Tecidos Rink (...). Lá (...) havia muitas mulheres junto aos teares e outros maquinismos cujo nome não sei. Uma delas, porém, chamou-me a atenção: era uma negra velha (...) e o seu cabelo (...) era já tão branco e encaracolado que dasafiava a alvura da lã que estava diante dela.

Pergunto: esta mulher precisou do feminismo burocrata para trabalhar, e não trabalhava ainda, apesar de sua adiantada velhice? (...) A menos que a senhora julgue que trabalho seja só sentar-se a um amplo *bureau* e muito solenemente distribuir serviço aos amanuenses"<sup>61</sup>.

Mas uma das questões mais intrigantes e preocupantes para Lima Barreto é o autoritarismo que ele nota existir de maneira impregnada na sociedade brasileira. Não se trata de um autoritarismo que atinja apenas as elites dominantes, e sim do fato de que

"todo brasileiro nasceu mais ou menos para ser um tiranozinho em qualquer cousa, e é feito guarda civil ou ministro da Justiça, cabo de destacamento ou chefe de polícia, guarda fiscal ou presidente da República - trata logo de pôr pessoalmente em ação a autoridade de que está investido pelo Estado místico".<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A poliantéia das burocratas". *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956, p. 62-63. (*Rio-Jornal*, 27.09.1921).

<sup>62</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O encerramento do Congresso" in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 273. (14.01.1922).

Daí a defesa que faz em favor da necessidade de uma reflexão mais atenta e cuidadosa sobre uma característica tão grave como essa, capaz de aprofundar cada vez mais as enormes desigualdades sociais existentes:

"Deve ser o motivo de meditação essa nossa propensão nacional para a tirania e para o despotismo. Um qualquer sábio iria encontrar as raízes disso no cacique onipotente da taba indígena ou no feitor de fazenda em cujo leito gemia e suava a escravaria negra.

"Pode ser que sejam essas as origens; pode ser que sejam outras (...). O que verifico, porém, é que não se dá a qualquer brasileiro um bocadinho de autoridade sem que logo ele não desande num tirano.

"(...) É geral a tendência dos nossos homens para a ação violenta ou despótica, legal ou ilegal".<sup>63</sup>

É no varejo da vida cotidiana que Lima Barreto percebe o quanto este aspecto pode ser prejudicial para os que almejam uma sociedade mais igualitária e democrática e, particularmente, para os que compõem as camadas mais baixas da população, pois é sobre estes que o autoritarismo costuma abater-se de modo mais dramático. O caso da repressão aos pescadores, ocorrida em fins de 1920 e início de 1921, é exemplar nesse sentido.

Foi noticiada nos jornais deste período uma ação governamental para regular e fiscalizar o comércio da pesca e baratear o custo do peixe. Contudo, o que se viu foi um inspetor de pesca, comandando um cruzador da Marinha, apreender o produto do trabalho de pescadores nas suas canoas e barcos, para em seguida vendê-lo ao preço que julgasse conveniente e arbitrar o percentual da venda que caberia

---

<sup>63</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Seria o 'suco'" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 153-154. (*Careta*, 08.01.1921).

aos pescadores. Além disso, estes trabalhadores foram obrigados a matricular-se em improvisadas colônias de pesca, através das quais o poder público pudesse passar a fiscalizá-los.

O que afligia o escritor nisso tudo era ver as mínimas garantias constitucionais sucumbirem diante da arbitrariedade do gesto autoritário de um mero fiscal que, longe de agir sozinho, tomara como seus auxiliares marinheiros submetidos à pedagogia da violência praticada nas escolas de aprendizes da Marinha. Vejamos como o próprio Lima Barreto descreve este quadro de autoritarismo disseminado entre civis e militares:

"O inspetor de pesca (...) não contente de exercer draconianamente as atribuições que as leis e os regulamentos conferem a seu cargo, (...) com a sua educação militar, que só vê solução para os problemas que a sociedade põe na violência, não trepidou em empregá-la, violando os mais elementares princípios constitucionais. Com auxílio da marinhagem do cruzador sob seu comando e de sequazes paisanos, talvez mais brutais e ferozes do que as próprias praças de marinha, apesar de estarem habituadas estas, desde tenra idade, nas escolas de aprendizes, a ver, num oficial de marinha, um ente à parte, um semideus arquipoderoso, cujas ordens são ditames celestiais - como semelhante gente, violentamente, pôs-se a apreender as "marés" nas canoas de pescaria, para vendê-las ao preço que entendesse, deduzir percentagem arbitrariamente calculada, e, ainda por cima, a intimidar os pescadores isolados a se matricularem em umas famosas colônias de pesca, improvisadas do pé para a mão.

"(...) Essa subversão das mais mezinhas garantias constitucionais, levada a efeito por um oficial que, por mais distinto que seja, não pode possuir autoridade para tanto, como ninguém a tem, leva-nos a pensar como as nossas instituições republicanas vão respondendo muito mal aos intuídos dos seus codificadores e legisladores.

"(...) A autoridade mais modesta que seja procura abandonar os meios estabelecidos em lei e recorre à violência, ao chanfalho, ao chicote, ao cano de borracha, à solitária a pão e água, e outros processos torquemadescos e otomanos".<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A questão dos 'Poveiros'" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 26-27. (*Gazeta de Notícias*, 02.01.1921).

Em vista dessa vocação generalizada para o autoritarismo, o escritor apela para a irreverência tão comum em seus textos: "eu propunha que o regime político do Brasil fosse constituído por uma federação de malocas, tendo cada uma a sua testa, chefes com a autoridade discricionária e queimássemos todas as leis, códigos, constituições e ordenações".<sup>65</sup>

O único freio que Lima Barreto vislumbra contra este autoritarismo reinante é o Congresso Nacional. Apesar de seus integrantes representarem sucessivas e inegáveis decepções para a população em geral, o Congresso funciona como a consciência dos governos. Pelo menos em tese, o Poder Legislativo pode impor limites à ação do executivo, garantindo pelo menos três liberdades que considera primordiais: a individual, a de pensamento e a de imprensa. Quando o Congresso fecha as suas portas é que se abre o caminho para calar as vozes discordantes. "Seja assim ou seja assado, custe caro ou custe barato, o certo é que o congresso nos é útil e só sentimos a sua utilidade quando ele se fecha".<sup>66</sup>

Sempre atento ao contexto internacional, Lima Barreto não julga que o autoritarismo seja um fenômeno exclusivamente nacional ou uma praga que se alastra apenas e especialmente entre os brasileiros. Para ele, este problema situa-se num quadro mais amplo e tem relação com a guerra de 1914 e com a concepção de pátria que vinha sendo cultivada pelo mundo afora.

---

<sup>65</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Seria o 'suco'" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 155. (*Careta*, 08.01.1921).

<sup>66</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O encerramento do Congresso" in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 273-275. (14.01.1922).

Alemanha e Estados Unidos, segundo o escritor, vinham sendo responsáveis, por exemplo, pela "exportação" de uma certa "mania organizadora" que acaba por levar a uma prática nociva de "axfixiar o indivíduo" num mar de códigos, regulamentos e leis. Ou seja:

"Pode-se dizer que a Alemanha, depois de vencida, é vencedora pela força hipnótica de sua mania organizadora, até as menores minúcias.

"O brutal e odioso Estados Unidos, com a Alemanha aparentemente vencida, é outro país modelo para os que estão sofrendo de mal de imitação e maluquice organizadora, concomitantemente".<sup>67</sup>

Porém, a guerra fez muito mais que isso ao pôr em relevo os ânimos patrióticos em todo o mundo. Para Lima Barreto, que afirma nunca ter sido um patriota, ou que só admite sê-lo caso o Brasil se veja na iminência de ser humilhado e estrangulado por outra pátria<sup>68</sup>, a guerra acentuou ainda mais o sentimento patriótico por toda a parte e transformou cada país numa espécie de "(...) Alemanhazinha que não se pode entender com as outras senão de armas na mão"<sup>69</sup>.

Demonstrando ter acompanhado atentamente o desenrolar da guerra, o escritor parece ter notado claramente o quanto a disputa imperialista pela posse dos mercados mundiais contribuiu para a deflagração do conflito mundial. Por tudo isso, reafirma sua crença no

---

<sup>67</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A questão dos 'Poveiros'" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 30. (*Gazeta de Notícias*, 02.01.1921).

<sup>68</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "São capazes de tudo..." in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 151 (06.01.1919). Também no mesmo sentido, afirma: "desde que se trate de humilhação, rebaixamento do Brasil por outro qualquer país, eu sou brasileiro". Cf. "Meia página de Renan" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 255 (*Revista Contemporânea*, 1919).

<sup>69</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A guerra faliu" in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 143-144. (19.04.1919).



fortalecimento de um sentimento capaz de alcançar a espécie humana como um todo, ou seja, reafirma o seu ideal de solidariedade como caminho para a solução de contendas que os Estados mostram-se incompetentes para resolver, a não ser pelo uso da violência.

"(...) Não sendo patriota, querendo mesmo o enfraquecimento do sentimento de pátria, sentimento exclusivista e mesmo agressivo, para permitir o fortalecimento de um maior que abrangesse, com a Terra, toda a espécie humana, desejei muito a derrota da Alemanha, que, sempre retardada politicamente, era ainda a região do globo, onde a superstição patriótica se havia quintessenciado com um aparelho guerreiro levado à máxima perfeição (...).

A queda da Alemanha representava para mim um golpe dado no 'patriotismo' que, tendo sido um sentimento fecundo em outras épocas, hoje não era mais do que um instrumento nas mãos dos burgueses para dominar as massas e explorar toda a terra em seu proveito, matando a rodo com outras mãos, saqueando, acumulando riquezas como nunca tirano asiático pôde ter".<sup>70</sup>

Desde cedo Lima Barreto percebeu também que as lutas e guerras realizadas em defesa da pátria revestem-se de uma certa perversidade, na medida em que quase sempre colocam na linha de frente dos combates soldados completamente alienados, que sequer têm conhecimento dos motivos porque estão ali empunhando armas, matando e correndo o risco de serem mortos, ou seja, que não sabem porque põem suas próprias vidas em jogo.

A primeira vez em que teve esta percepção foi aos doze anos de idade, por ocasião da revolta da Armada, em 1893, quando viu um soldado indagar seu pai sobre porque aqueles dois homens (Floriano Peixoto e Custódio de Mello) estavam brigando

---

<sup>70</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "São capazes de tudo..." in Bagatelas. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 152 (06.01.1919).

"Esse pequeno fato, que podia passar completamente despercebido, feriu-me imensamente naquela fraca idade que eu tinha então. Nunca podia imaginar que um homem arriscasse sua vida sem saber porque, nem para que. Pareceu-me isto estúpido e indigno mesmo da condição de homem. Um ato desses, de jogar a própria existência, devia ser perfeitamente refletido e consciente".<sup>71</sup>

O mesmo raciocínio ele desenvolve com relação à primeira guerra mundial. Lendo relatos dos campos de batalha, publicados no *Correio da Manhã*, toma contato com o caso de um sentinela que não consegue se comunicar com seus oficiais simplesmente porque não falam sequer uma língua em comum. Estarrecido, Lima Barreto observa:

"É eloquente o patriotismo desse pobre-diabo de sentinela, que não compreende os seus oficiais e os seus oficiais não o compreendem! Perdido entre as montanhas, sofrendo frio e outras privações, com risco de morte, ele tudo isso sofre, a tudo isso se arrisca, certamente sem saber porque, e nem ao menos entende a língua dos seus chefes!

"(...) As causas da luta lhe devem ser perfeitamente estranhas (...); ele não tem nenhum interesse próximo ou remoto na contenda; mas ele vai morrer!...

"É estranho, meu Deus! Não parece ser um homem; parece um boi de canga ...".<sup>72</sup>

Por outro lado, na sua crítica ao patriotismo endêmico que grassa nos limites internos do Brasil, o escritor parece enxergar a fragilidade do arranjo nacional implantado no país. O revezamento das

---

<sup>71</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Homem ou boi de canga?" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 274. (s.d.). Entre os motivos que deram origem à revolta da Armada em 1893, cabe ressaltar as articulações de políticos antiflorianistas, que viam na Marinha um importante instrumento para uma possível derrubada do Marechal Floriano, e a frustração das ambições políticas do Almirante Custódio de Meilo que, pretendendo tornar-se presidente, viu Floriano Peixoto lançar e apoiar a candidatura de Prudente de Moraes, posteriormente eleito.

<sup>72</sup> *ibid.* p. 275.

oligarquias de Minas e São Paulo no governo central expõe a frágil unidade nacional, a todo instante aparentemente ameaçada, seja por rebeliões localizadas (Revolução Federalista, Canudos, Contestado e outras), seja pela disputa em relação aos limites entre Estados e também entre municípios.

"As questões de limites entre os Estados tomam um aspecto, ao mesmo tempo irritante e jocoso, de contendas entre países de verdade.

"(...) Penso que essa gente deixou de ser absolutamente brasileira, para ser paranaense ou espírito-santense e esqueceu que Paraná, Santa Catarina, Ceará ou Mato Grosso são divisões político-administrativas do Brasil e não Pátrias (...)"<sup>73</sup>

Condenando explicitamente estes desdobramentos de um exacerbado sentimento de pátria, o escritor questiona: "Pois nós estamos num país, onde há 'terras de ninguém', como é que as suas partes políticas ainda se disputam fragmentos de terrenos que não pertencem a cada uma delas, mas à totalidade da nação?"<sup>74</sup> No mais, Lima Barreto quer mesmo ver cada vez mais enfraquecido o patriotismo, pois o considera "uma idéia religiosa e de religião que morreu"<sup>75</sup>, que além de tudo cria obstáculos ao desenvolvimento de uma sociedade mais solidária e menos excludente.

Nesse perfil que procuramos traçar da vida de um certo Afonso, que veio a ser Lima Barreto, e das suas idéias políticas, convém

---

<sup>73</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O patriotismo" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 76. (*Correio da Manhã*, 21.12.1914).

<sup>74</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Limites entre Estados e Municípios" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 211. (*Careta*, 06.12.1919). Nesse mesmo artigo ainda afirma: "A continuarem as coisas assim, em breve, haverá questões de limites entre distritos ou circunscrições, bairros e ruas. O Brasil está bem unificado". Cf. p. 212.

<sup>75</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O patriotismo" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 75. (*Correio da Manhã*, 21.12.1914).

ainda abordar uma questão que frequentemente se coloca em relação às suas convicções e aos seus escritos. Tendo em vista sua frustração e desencanto com o regime republicano, cuja implantação e os primeiros anos pôde acompanhar ao longo de sua trajetória de vida, podemos então afirmar que o saudosismo e a melancolia que nutria em relação ao império, faziam do escritor um monarquista?

São muitos os artigos e crônicas em que o próprio Lima abordou frontalmente esta questão.<sup>76</sup> É inegável uma certa dose de admiração e, porque não, de saudosismo em relação a um passado imperial um tanto o quanto idealizado. Senão, vejamos.

A abolição da escravidão, cuja comemoração popular realizada em praça pública, em frente ao Paço, foi acompanhada pelo menino Afonso, aos sete anos de idade, de mãos dadas com o pai João Henriques, gravou-se em sua memória como um momento marcante: "era como se o Brasil tivesse sido descoberto outra vez ...".<sup>77</sup> O ato de pôr fim à escravidão apresenta-se, ao escritor, com um mérito do regime monárquico. Já o fato de esse mesmo império ter sustentado a escravidão e toda a violência implícita a esse regime de trabalho forçado durante quase todo o século XIX, fazendo do Brasil o último país do mundo ocidental a abolir o cativo, parece não ter chamado a sua atenção ou mesmo lhe passou despercebido, pois não se encontra em seus artigos e crônicas registros nesse sentido.

---

<sup>76</sup> Pode-se dizer que por mais de vinte vezes Lima Barreto abordou este tema em artigos e crônicas publicados principalmente entre 1917 e 1922, nos periódicos *Careta*, *Hoje*, *A.B.C.*, *Gazeta da Tarde* e *Correio da Noite*.

<sup>77</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Maio" in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 256. (*Gazeta da Tarde*, 04.05.1911).

Do regime que antecedeu à República, o que lhe ficou foi a tristeza pela morte da Princesa Isabel, pois não pôde "deixar de confessar que simpatizo com essa eminente senhora"<sup>78</sup> e a lembrança de um D. Pedro II que nas ruas dispensava os cordões de isolamento feitos por policiais e se dava ao luxo de não temer atentados<sup>79</sup>.

Lima Barreto parece mesmo disposto a não lançar um olhar tão crítico para o seu idílico Brasil monárquico, pois acusa o regime republicano de ter tornado o país submisso aos interesses norte-americanos<sup>80</sup>, dando a entender que o governo monárquico não agiria desta forma. Já quanto às relações entre Brasil e Inglaterra durante o século passado, o escritor exime-se de tecer qualquer comentário.

O que sobra mesmo nos seus textos publicados na imprensa, em que aborda esta temática, são críticas à República. E isso acontece até mesmo quando especula sobre uma suposta restauração monárquica em pleno 1921. É o que vemos numa crônica bem humorada e irônica, na qual se passa o seguinte diálogo:

"- Achas que ela (a restauração monárquica) era possível?

"- Perfeitamente.

"- No Brasil?

"- Sim, meu caro; mas não em todo o território.

"- Onde, então?

"- Em Petrópolis.

"- Homessa!

"- (...) Petrópolis tem uma vocação monárquica que ninguém pode contestar. (...) O governo brasileiro há de consentir, obrigado pela força bruta ou por um superior respeito à opinião dos povos (...).

"- Como se chamará?

---

<sup>78</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "15 de Novembro" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 35. (*Careta*, 26.11.1921).

<sup>79</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O Rei e a galeota" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 111. (*Careta*, 23.10.1920).

<sup>80</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "São capazes de tudo..." in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 153 (06.01.1919).

"- Império de Petrópolis.

"- E o presidente da República não poderá veraneiar lá?

"- Veraneiar só? Ficar lá o ano inteiro com ministros, congresso e tudo. Nós é que ficaremos aqui, na república, como sempre ficamos, comendo carne seca a 2\$400 o quilo. Está aí".<sup>81</sup>

Aliás, são frequentes e contundentes as críticas à condução da política econômica pelos governos republicanos. Mais que isso, para Lima Barreto "o princípio geral a que obedece a política republicana é enriquecer cada vez mais os ricos e empobrecer cada vez mais os pobres"<sup>82</sup> Se no império a política tinha suas fórmulas "mais ou menos respeitadas" e os homens tinham elevação moral e alguns até desinteresse, a República trouxe à tona "a borra do Brasil" e "transformou completamente os nossos costumes administrativos e todos os 'arrivistas' se fizeram políticos para enriquecer"<sup>83</sup>. Fazendo um balanço comparativo entre os primeiros trinta anos do regime republicano e o período imperial, a República vinha se mostrando bastante hábil em lançar à miséria a maioria da população e em enriquecer uns poucos:

"A fortuna nas mãos dos que têm dinheiro ou alcançam possuir algum, por este ou aquele processo inconfessável, graças a toda a sorte de expedientes administrativos e legislativos, em breve é triplicada, quintuplicada, até decuplicada, em detrimento da economia dos pobres e dos remediados que não conhecem a governamental galinha dos ovos de ouro e são chamados de tolos pelos ativos pró-homens bafejados pelos graúdos da política e da administração.

---

<sup>81</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O Império de Petrópolis" in *Coisas do Reino de Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 36-38. (*Careta*, 22.01.1921).

<sup>82</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A nossa situação" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 294. (s.d.). Cf. também \_\_\_\_\_. "Carnaval e a Eleição do Bambã" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 274. (*Careta*, 04.03.1922).

<sup>83</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A política republicana" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 78. (*A.B.C.*, 19.10.1918).

"O verdadeiro trabalhador, mesmo quando não é um simples assalariado, é quem mais sofre com esse nefasto estado de cousas e vê todo o seu esforço, por todos os motivos, respeitável, anulado pela incapacidade e concussões dos que governam esta estupenda democracia, cujo chefe tem dous palácios de inverno e não sei quantas casas de verão".<sup>84</sup>

Prosseguindo na comparação, afirma que a República transformou-se no "regime da corrupção", onde "todos querem 'comer'". "'Comem' os juristas, 'comem' os filósofos, 'comem' os médicos, 'comem' os advogados, 'comem' os poetas, 'comem' os romancistas, 'comem' os engenheiros, 'comem' os jornalistas: o Brasil é uma vasta 'comilança'"<sup>85</sup>. Na sua visão idealizada, o Império

"tinha a virtude da modéstia e implantou em nós essa mesma virtude; mas, proclamada que foi a república, ali, no Campo de Sant'Ana por três batalhões, o Brasil perdeu a vergonha e os seus filhos ficaram capachos, para sugar os cofres públicos, desta ou daquela forma".<sup>86</sup>

Em 1921, em sua crônica para a *Careta*, Lima Barreto observa que quando pensava no que havia sido a República até então, lhe vinha à lembrança a Favela, o Salgueiro e a miserável condição de vida das pessoas que habitavam esses morros do Rio de Janeiro, enquanto a prefeitura do Distrito Federal insistia em investir mais e mais dinheiro na reconstrução da Avenida Beira-Mar, sucessivamente destruída pelo mar. "Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regímen da

---

<sup>84</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A nossa situação" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 294-295. (s.d.).

<sup>85</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A política republicana" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 79. (A.B.C., 19.10.1918).

<sup>86</sup> *ibid.* p. 79-80. O mesmo ponto de vista consta do artigo intitulado "São Paulo e os estrangeiros" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 52-53. (1917).

fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral?"<sup>87</sup>

Também às fraudes eleitorais, à falsificação das atas de votação, à prática do voto de cabresto e a outros artificios engendrados pelas elites políticas instaladas no poder durante a República Velha, o escritor não esteve alheio, pois lança sobre as eleições um agudo parecer: "o nosso regímen é feito de ficções, e a eleição é uma delas".<sup>88</sup>

Um tal parecer em muito se aproxima daquilo que, numa crônica de Lima Barreto, um senador fictício põe-se a expor com clareza e objetividade como sendo os princípios republicanos fundamentais que ele julga que devam ser seguidos. A fala, por mais forçada que seja, parece ter sido elaborada no intuito de expressar o modo como o escritor e boa parte da sociedade viam os políticos da República em geral:

"- Primeiro: devemos entendê-los (os princípios republicanos) como sendo eu chefe absoluto do país, tal e qual o czar das Rússias; segundo: considerando que somos no Brasil um único povo, um Estado tem o direito de reter cereais de que não precisa, para esfomear os outros; terceiro: para favorecer a liberdade, temos a obrigação de decretar um estado de sítio permanente; quarto (e este é o mais importante dos itens): as eleições ou a escolha dos representantes da Nação não deve ser feita pelo povo, mas por uma camarilha que vela como *muezzins* na catedral gótica da república".<sup>89</sup>

Enfim, em meio a tantas críticas ao regime republicano, podemos então concluir pela aplicação do rótulo de monarquista ao

---

<sup>87</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "15 de Novembro" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 35. (*Careta*, 26.11.1921).

<sup>88</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O reconhecimento" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 87. (*Careta*, 09.04.1921).

<sup>89</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A chegada" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 210-211. (27.03.1915).



escritor em questão? Se a República foi uma "rematada tolice" e o 15 de novembro "foi a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados"<sup>90</sup>, é esta a conclusão a que podemos chegar?

Suas reflexões sobre o fato de o governo republicano ter ido desencavar na ilha das Cobras uma galeota real do tempo do Império, com a finalidade de recepcionar ilustres visitantes, como um presidente da República da Argentina, o General Roca, ou o Rei Alberto, da Bélgica, parecem apontar em outra direção. As representações subjetivas contidas nesse gesto levam Lima Barreto a enxergar uma curiosa linha de continuidade entre o Império e a República.

"Posta a viver no mar, remada não sei por quantos remos de banda, a manobra guiada a apito, ela (a galeota real) só pode trazer-nos recordações dolorosas dos tempos em que essas embarcações eram remadas por escravos ou galés acorrentados às bancadas.

"É estranho que hajam sido os republicanos que tenham retirado do seu asilo e posto ao mar essa embarcação que só pode ser um espectro das más instituições do passado.

"As coisas são sempre assim; e bem diz o povo: donde menos se espera, daí sai.

"(...) Os chefes republicanos que nos dirigem sonham-se herdeiros de D. João VI e, por isso, desenterram-lhe a galeota do seu túmulo da ilha das Cobras e dela se servem nas suas próprias festas.

"Na vida dos povos não há interrupções, não há colapsos.

"As revoluções se sucedem, mas no fundo as coisas continuam na mesma e vêm afinal as novidades que aquelas trazem se ligar com as velharias que foram derrubadas.

"Presidente e rei são um e a mesma coisa. Está aí a galeota real, para dizê-lo".<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Tribunal Histórico Republicano" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 110. (*Careta*, 24.01.1920).

<sup>91</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O Rei e a galeota" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 112. (*Careta*, 23.10.1920).

Assim, sem dúvida podemos dizer que Lima Barreto foi contra a República<sup>92</sup>, o que contudo não significa que tenha sido monarquista, como ele próprio esclarece e afirma: "sem ser monarquista, não amo a república"<sup>93</sup>. Não sendo monarquista, sua posição contrária ao regime republicano explica-se pela ausência que percebe nas classes dirigentes e dominantes da República de um atributo que considera fundamental ao ser humano, qual seja, a solidariedade. De fato, seu apelo frequente aos sentimentos de solidariedade que parecem esquecidos demonstra que o escritor ressentia-se do fim do paternalismo, uma das formas de dominação vigente no século XIX. Eis a explicação através das suas próprias palavras:

"O nosso regímen atual é da mais brutal plutocracia (...)

"Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção dos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer bem.

"Têm medo de ser generosos, têm medo de dar uma esmola, têm medo de ser bons.

"Se a dissolução de costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens.

"Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do regímen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão".<sup>94</sup>

O saudosismo em relação à monarquia e a melancolia surgida com o ocaso do Império não são suficientes para tachá-lo de monarquista, o que se confirma com a sua própria negativa. Contudo,

---

<sup>92</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O momento" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 79. (*Correio da Noite*, 03.03.1915). A frase que abre o artigo é a seguinte: "Sempre fui contra a república".

<sup>93</sup> *ibid.*, p. 80.

<sup>94</sup> *ibid.*, p. 80.

essa visão benevolente do passado imperial somou-se à crítica implacável que insistentemente produziu em relação ao novo regime, motivo de frustração e decepção permanente para Lima Barreto. Para além das mudanças políticas que defendia, o escritor parecia inconsolável com o fato da República ter feito desaparecer pouco a pouco a sociedade paternalista do período imperial, uma sociedade baseada sobretudo nas relações pessoais, que o ele talvez gostaria de reviver e por elas clama insistentemente quando reafirma sua crença no “imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens”.

## 2. A Primeira República nos artigos e crônicas de Lima Barreto

"Não há assunto que mais me repugne do que aquilo que se chama habitualmente política. Eu a encaro como todo o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes.

"Nunca quereria tratar de semelhante assunto, mas a minha obrigação de escritor leva-me a dizer alguma coisa a respeito, a fim de que não pareça que há medo em dar, sobre a questão, qualquer opinião". (BARRETO, A. H. de Lima. *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 78)

Agora que já conhecemos Afonso, que veio a ser mais conhecido como Lima Barreto, passemos então da sua trajetória de vida ao que seus artigos e crônicas têm a oferecer sobre a política republicana do início do século e também sobre o posicionamento que o escritor assumiu diante dela. Ocorre que a natureza propriamente dita deste tipo de fonte tem por matéria-prima o varejo do dia-a-dia. Inegavelmente, Lima Barreto foi sobretudo um cronista da cidade do Rio de Janeiro, que em suas crônicas, colunas e artigos punha-se invariavelmente a sujar as mãos com os problemas cotidianos da cidade em que vivia, embora isto nunca tenha sido um limite para suas

abordagens, mas apenas um ponto de partida quase obrigatório de temáticas quase sempre nacionais.

Pois é neste varejo do dia-a-dia que o perfil político do escritor tende a se revelar de modo mais nítido. O cronista da *Careta* e de tantos outros periódicos cariocas do início do século, não é dado a elucubrações teóricas e filosóficas sobre a vida. Faz dos escritos que consegue publicar o seu exercício militante da cidadania e cobra dos políticos e autoridades competentes tudo aquilo a que tem direito, fazendo-se porta-voz de um amplo e numeroso contingente populacional que sofre toda sorte de exclusão, mergulhado na miséria e no analfabetismo do subúrbio carioca. Contudo, é fácil notar que seus artigos e crônicas transcendem e muito o universo dos habitantes do subúrbio da capital republicana e tratam também de uma massa de excluídos que se espalhava pelo país como um todo àquela época.

Começamos então pela cidade do Rio de Janeiro. Os últimos anos de vida do escritor coincidem com a administração municipal do prefeito Carlos Sampaio (1920 - 1922). E não por acaso, este assunto frequenta assiduamente a pauta de Lima Barreto. Já livre das amarras do serviço público, sentia-se bastante à vontade para examinar e criticar cuidadosamente as práticas dos poderes públicos e mantinha atenta vigilância sobre os governantes. Foi assim que percebeu, na gestão de Sampaio, um movimento que de tempos em tempos historiadores, sociólogos e jornalistas insistem em redescobrir e ressucitar, e que ultimamente até foi retomado, devido aos problemas que afligem os cariocas.

Na verdade, o movimento diagnosticado pelo escritor na administração municipal do Rio de Janeiro do início dos anos 20 não se restringe aos limites da cidade e pode ser percebido em outras capitais do Brasil, preservando em sua essência o mesmo caráter excludente. Em janeiro de 1921, o mulato de Todos os Santos observava argutamente:

"Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a européia e a outra, a indígena.

"É isto que se faz ou se fez na Índia, na China, em Java, etc.; e em geral, nos países conquistados e habitados por gente mais ou menos amarela ou negra. Senão, vejamos." <sup>1</sup>

E prossegue demonstrando sua afirmação através do descaso com que as ruas do subúrbio são tratadas, enquanto o governo se lança obcecado em pavimentar "os areais desertos de Copacabana"<sup>2</sup>; ou através do contraste notório entre o cômodo caminho que se construiu para os automóveis que partem da Avenida Central - porta de entrada da cidade para os que chegam pelo porto - rumo à Angra dos Reis, passando por Botafogo e Copacabana, enquanto "ninguém será capaz de ir a cavalo do Jacaré à Trajá"<sup>3</sup>; ou ainda da insensibilidade social de um prefeito que se dedica a construir um hotel de luxo na zona sul da cidade, para bem receber os convidados estrangeiros para as comemorações do centenário da independência, esquecendo-se de que "o primeiro dever da

---

<sup>1</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O prefeito e o povo" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 117. (*Careta*, 15/01/1921)

<sup>2</sup> *ibid.*, p. 117.

<sup>3</sup> *ibid.*, p. 118.

município não era construir hotéis de luxo, nem hospedarias (...), era dar assistência aos necessitados, toda a espécie de assistência".<sup>4</sup>

O que é importante assinalar é a clara percepção que Lima Barreto tinha de estar vivendo numa "cidade partida"<sup>5</sup>, dividida em duas partes, divisão não só geográfica, mas também econômica, política e social. No centro, a vitrine do país, a retilínea e civilizada Avenida Central, ligando o pier da Praça Mauá à recém-edificada Avenida Beira-Mar, acesso mais rápido à zona sul dos casarões e mansões das elites dominantes, da sociedade cidadã. Para o alto dos morros e pra dentro da cidade, afastando-se cada vez mais do centro e do mar, seguindo os trilhos dos trens da Central do Brasil, os pobres, os negros, os trabalhadores de toda espécie, os desocupados, a população de baixa renda e sem renda, que vai ocupando de maneira desordenada e pouco retilínea os subúrbios do Rio de Janeiro, desprovida de dignidade e de cidadania, excluída da sociedade "civilizada".

Talvez a atuação de Carlos Sampaio possa ser considerada tão ou mais traumática do que a de Pereira Passos, que governou a cidade entre 1903 e 1906. De certa forma, Sampaio deu continuidade e concluiu o que Passos iniciara havia quase duas décadas. Se por um lado a abertura da Avenida Central inaugurara uma nova etapa no processo de urbanização do Rio de Janeiro, demolindo casas e prédios e expulsando

---

<sup>4</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Hotel Sete de Setembro" in *Marginalia*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 33. (*Careta*, 05/08/1922). O prédio deste hotel ainda existe na avenida Rui Barbosa. Nele já funcionou a Escola de Enfermagem da antiga Universidade do Brasil e até pouco tempo a Casa do Estudante Universitário - CEU (Cf. ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Zahar, 1987, p. 77).

<sup>5</sup> Vale ressaltar que esta expressão não pertence a Lima Barreto. Optei por empregá-la aqui, tomando-a empreitada de Zuenir Ventura, que a criou e fez dela título de um livro sobre a cidade do Rio de Janeiro. *A cidade partida*. São Paulo, Cia das Letras, 1994.

toda uma população pobre que se encontrava no caminho traçado para aquela que deveria se tornar a vitrine de um país supostamente moderno e civilizado, a poucos passos dali o Morro do Castelo continuava abrigando áreas residenciais habitadas pela mesma população pobre, o que representava um inegável contraste social, uma intolerável e estreita convivência entre a miséria e o "progresso", a qual Sampaio se encarregaria de pôr fim.

Argumentando em nome da estética e da higiene pública, o prefeito procedeu ao desmonte do Morro do Castelo com uma rapidez assustadora e "pôs em evidência, aos olhos de todos, um dos bairros mais antigos (e pobres) do Rio, que havia se desenvolvido no sopé do morro, próximo ao mar"<sup>6</sup>. Feito o desmonte, parte da esplanada que surgiu no lugar foi escolhida para sediar as instalações da Exposição Internacional comemorativa do centenário da independência. Nas palavras do próprio Carlos Sampaio:

"Sentindo (...) a necessidade de fazer desaparecer, pelo menos em parte, um dos mais infectos bairros do centro de nossa capital ... não hesitei em sugerir que fosse escolhido o bairro da Misericórdia, junto à ponta do Calabouço, para local deste certamen"<sup>7</sup>.

A abertura da Avenida do Contorno, atual Avenida Rui Barbosa, teve características semelhantes ao desmonte do Morro do Castelo. Ligando a praia do Flamengo à praia de Botafogo, ela

---

<sup>6</sup> ABREU, *Op. cit.*, p. 76.

<sup>7</sup> SAMPAIO, Carlos. *Memória Histórica - obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (8/6/1920 - 15/11/1922)*. Coimbra, Editora Lumen, 1924. p. 171 *apud* ABREU, *op. cit.*, p. 77.



representava a "verdadeira Avenida Beira-Mar do período Passos"<sup>8</sup>. Ali foi construído na mesma época o Hotel Sete de Setembro, também destinado aos visitantes que a cidade receberia por ocasião dos festejos do centenário da independência. A construção desta nova avenida "permitiu a liberação de novas faixas de terrenos valorizados e, tal como no caso do bairro da Misericórdia, exigiu a remoção de populações pobres"<sup>9</sup>. São reveladores os comentários do próprio prefeito sobre a obra em questão:

"Com a construção dessa avenida deixou de existir a solução de continuidade que se nota na Avenida Beira Mar no trecho entre as Praias do Flamengo e de Botafogo, ligadas até então pela Avenida Oswaldo Cruz, desafogando dessa forma o trânsito para os bairros de Botafogo, Gávea e Copacabana, acabando com a série de barracões imundos, a maioria dos quais feita de folhas de zinco, tábuas velhas, e até de latas de gasolina, existentes desde o lado da Praia de Botafogo até as redondezas da antiga fortaleza do Ministério da Guerra ... A Avenida do Contorno deixa entre ela e a encosta do morro uma larga faixa de terreno próprio para a construção de grandes edifícios ... que, vendidos mais tarde, darão para cobrir completamente o custo da avenida"<sup>10</sup>.

O esforço em separar as duas cidades que convivem no interior da capital torna-se evidente ao longo do "governo desmontador"<sup>11</sup> de Carlos Sampaio e sua "rara abnegação no problemático desmonte de morros e no entupimento das lindas enseadas da nossa

<sup>8</sup> ABREU, op. cit., p. 77.

<sup>9</sup> *ibid.*, p. 77. Segundo Brasil Gerson, a Avenida do Contorno foi "em boa parte cavada nas fraldas do Morro da Viúva, que ali, junto ao mar, tinha a aparência de uma favela, e era depósito de lixo e de asfalto", in *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Souza, s.d. p. 296.

<sup>10</sup> SAMPAIO, Carlos. *Memória Histórica - obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (8/6/1920 - 15/11/1922)*. Coimbra, Editora Lumen, 1924. p. 191 *apud* ABREU, op. cit., p. 77.

<sup>11</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Estupendo melhoramento" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 265. (*Careta*, 01/10/1921).

majestosa baía"<sup>12</sup>. Pois Lima Barreto nota existir uma lógica por trás dessas ações, que consiste numa espécie de "escola filosófica"<sup>13</sup> de Sampaio, cuja essência pode ser resumida numa frase da "sabedoria popular *yankee* : 'make money, honestly if you can; but make money' "<sup>14</sup>. No contexto mais abrangente da evolução urbana do Rio de Janeiro, a análise de Maurício de Abreu não parece muito distante do que Lima Barreto já chamava àquela época de "escola filosófica" de Sampaio:

"O período Carlos Sampaio nada mais é do que uma outra etapa do processo de depuração da área nobre da cidade de usos e populações não desejadas. Representa, ademais, a época em que as preocupações com o valor de troca do solo urbano passam a figurar explicitamente nos planos municipais. Isto porque as sucessivas ondas de melhoramentos empreendidas pelo poder público detonaram um processo de valorização crescente de terrenos, que a prefeitura pretendia agora capturar para si"<sup>15</sup>.

Esta lógica perpassa as práticas políticas da República Velha de um modo geral e, à título de favorecer certas minorias, relega ao grosso da população o desprezo administrativo. Não fosse assim, o escritor não criticaria os gastos excessivos desta gestão com os preparativos das comemorações do centenário da independência<sup>16</sup>, como por exemplo com a construção do hotel já citado, ou o empenho em instituir o ensino do idioma francês nas escolas públicas, a fim de tornar as crianças capazes

---

<sup>12</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "No próximo centenário" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 151. (*Careta*, 24/06/1922). A frase refere-se ao desmonte do morro do Castelo e às sucessivas reconstruções da Avenida Beira-Mar, frequentemente destruída por ressacas. A própria existência da avenida, inaugurada por Pereira Passos, implicava no aterro progressivo da Baía de Guanabara.

<sup>13</sup> *ibid.*, p. 151.

<sup>14</sup> *ibid.*, p. 151.

<sup>15</sup> ABREU, *op. cit.*, p. 78.

<sup>16</sup> *ibid.*

de cantar o hino da Bélgica numa homenagem ao monarca daquele país, em visita ao Brasil<sup>17</sup>.

Tanto nas reformas de Passos como nas de Sampaio, parece estar presente a intenção deliberada de varrer das áreas centrais e da zona sul da cidade não só a pobreza, a miséria, a indigência e o atraso, mas também a determinação de varrer tudo isso da memória dos habitantes da cidade, conferindo a estes espaços públicos outras funções, além de provocar naqueles que aqui não residem ou apenas visitam a cidade a impressão - e a ilusão - de que tais contrastes sociais inexistem, ou pelo menos não estão ao alcance dos olhos<sup>18</sup>. Afinal, quem, passando hoje pela esplanada do Castelo ou pelos fundos da Biblioteca Nacional, poderia imaginar que ali havia um morro a partir do qual a cidade praticamente começou a existir, e que ao longo do tempo foi se tornando local de habitações populares, de trabalhadores pobres, em tudo contrastando com a "civilizada" Avenida Central, inaugurada no início do século? Quem, passando hoje pela nobre Avenida Rui Barbosa, solo urbano edificado dos mais valorizados no Rio, poderia supor que por trás de cada um dos enormes prédios enfileirados lado a lado que ali existem, havia mais uma comunidade favelizada dentre as muitas que foram banidas para os arrabaldes cariocas? Sem dúvida, esta parece ser mais uma das atribuições dos historiadores, estes seres que insistem em lembrar e reconstituir aquilo que em algum momento do passado os homens que estiveram no poder se empenharam para que fosse esquecido. Obviamente, não nos cabe apenas lembrar e reconstituir, mas revelar as

---

17 BARRETO, A. H. de Lima. "Estupendo melhoramento" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. (*Careta*, 01/10/1921).

18 NORA, Pierre. "Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux" in NORA, Pierre (Org.). *Les lieux des memoires - La République*. Paris, Gallimard, 1984.

diferentes formas como, por exemplo, os espaços da cidade sofreram transformações de ordem econômica e social. Das entranhas do subúrbio, os escritos de Lima Barreto soam como uma voz que grita em auxílio ao ofício do historiador.

Mas para o escritor, não era só o Rio de Janeiro que os governantes ansiavam por ver dividido entre a face européia e civilizada e a face indígena e bárbara, era o Brasil que eles queriam manter cada vez mais desigual, para benefício de uma minoria privilegiada e em detrimento da maior parte da população. Tratava-se, enfim, na concepção do escritor, de um mesmo processo que ele combateu incansavelmente.

Num dos vários artigos em que trata do problema agrário do país, por exemplo, Lima Barreto reage com indignação contra a incapacidade dos governos republicanos de promoverem condições efetivas de produção para os trabalhadores do campo. Além de nada fazerem no que diz respeito a matéria tão importante, acabam por provocar uma certa miragem nessa gente pobre que

"entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável"<sup>19</sup>.

Aqui chegando, cedo vem a conclusão de que foram logrados e de que a força que os atraiu não é capaz sequer de garantir-lhes a sobrevivência. Eis então que o mesmo governo que os ludibriou só tem a lhes oferecer passagens de volta para o interior de Minas Gerais e do próprio Rio de

---

<sup>19</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A volta" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 82. (*Correio da Noite*, 26/01/1915).

Janeiro. E mais uma vez chamam a polícia para resolver problemas de ordem social, pois é lá que essas pessoas devem solicitar as tais passagens. "Ninguém os viu lá, ninguém quis melhorar a sua sorte no lugar que o sangue dos seus avós regou o eito. Fascinaram-nos para a cidade e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos"<sup>20</sup>. De certa forma, para Lima Barreto, o episódio resume o modo de agir do governo:

"É assim o governo: seduz, corrompe e depois ... uma semicadeia.

"A obsessão por Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.

"A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.

"E com semelhantes raciocínios foram perturbar a vida da pobre gente que vivia a sua medíocre vida aí por fora, para satisfazer obsoletas concepções sociais, tolas concepções patrióticas, transformando-lhe os horizontes e dando-lhe inexequíveis esperanças.

"Voltam agora (...) para a terra, para a roça, donde nunca deviam ter vindo para atender tolas vaidades de taumaturgos políticos e encher de misérias uma cidade cercada de terras abandonadas que nenhum dos nossos consumados estadistas soube ainda torná-las produtivas e úteis.

"O Rio civiliza-se!"<sup>21</sup>

Segundo o escritor, todo este quadro caracteriza um regime de governo que prima pelo cuidado com as aparências de suas realizações, com as "fachadas", com o que é visível superficialmente, e não com a essência dos problemas que se fazem necessário enfrentar e

---

<sup>20</sup> *ibid.*, p. 83.

<sup>21</sup> *ibid.*, p. 83.

vencer. Era assim com a questão agrária, ou seja, que se despache para longe dos olhos esses miseráveis do campo que invadiram as cidades, e se deixe como está para ver como é que fica. E era assim com tudo o mais.

Mesmo os problemas crônicos que afetavam e afetam até hoje o Rio de Janeiro despertavam este tipo de percepção em Lima Barreto. É o caso das eternas enchentes que tomam conta da cidade a cada chuvarada. O escritor não resiste à tentação de cobrar soluções adequadas para as consequências de um simples fenômeno da natureza e coloca em questão a validade de tantas reformas urbanas.

“O Rio de Janeiro, da avenida, dos squares, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral.

“Como está acontecendo atualmente, ele é função da chuva. Uma vergonha!

“O Prefeito Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descuroou completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio.

“Cidade cercada de montanhas e entre montanhas, que recebe violentamente grandes precipitações atmosféricas, o seu principal defeito a vencer era esse acidente das inundações.

“Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os assuntos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas da nossa vida urbana, econômica, financeira e social”<sup>22</sup>.

A inépcia do governo, ao que tudo indica, vê-se agravada pela insistente colocação em cargos administrativos de pessoas que mal conhecem o espaço físico que devem administrar<sup>23</sup>. Afinal,

---

<sup>22</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "As enchentes" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 77. (*Correio da Noite*, 19/01/1915).

<sup>23</sup> Cf. BARRETO, A. H. de Lima. "Política do Distrito" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 216-7. (*Careta*, 27/12/1919). BARRETO, A. H. de Lima. "Que rua é esta?" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 221-2. (Publicado em 27/12/1919).

"aconselham todas as autoridades que têm tratado do assunto, que é conveniente procurar os governantes de um Estado, de um país, de uma cidade, entre as pessoas que conheçam o presente e o passado, portanto, a história desse Estado, desse país, dessa cidade"<sup>24</sup>.

E a fim de chamar a atenção dos leitores da *Careta* para essa distorção no exercício do poder público, Lima Barreto chega mesmo a lançar-se candidato a intendente municipal por Todos os Santos<sup>25</sup>. Ainda que o gesto não tivesse a intenção de fazê-lo intendente de fato, foi a forma que encontrou de reagir e fazer ver a seus leitores que nada melhor do que um carioca para atuar na administração municipal.

É curioso notar também como o próprio escritor, consciente de que vive numa "cidade partida", reivindica para o subúrbio tratamento diferente por parte do governo, pelo menos no que diz respeito à atuação da polícia. Quando os jornais reclamam contra a falta de policiamento nos subúrbios, após inspeção feita por um delegado em algumas delegacias suburbanas, que "encontrou-as às moscas, comissários a dormir e soldados a sonhar"<sup>26</sup>, Lima Barreto apressa-se em dispensar a presença do Estado através do seu braço policial, advogando que nestas

---

<sup>24</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Medidas de Sua Excelência" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 226. (Publicado em 08/05/1915).

<sup>25</sup> "Não é possível que o Rio de Janeiro seja representado diretamente na pessoa de respeitáveis senhores que nasceram no Funchal ou em Alagoas. (...) É preciso reagir contra esse estado de coisas. Urge que tomemos, nós cariocas legítimos ou honorários, uma providência. (...) Com o poeta Carlos Magalhães, que é candidato por Copacabana, eu sou também a intendente por Todos os Santos. Penso não haver absurdo nenhum nisso e espero os votos dos meus patrícios." in BARRETO, A. H. de Lima. "Política do Distrito" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 216-7. (*Careta*, 27/12/1919).

<sup>26</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A polícia suburbana" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 61. (*Correio da Noite*, 28/12/1914).

bandas vigora a política dos "bons sentimentos" e do respeito à propriedade.

"A impressão que tenho é de que a vida e a propriedade daquelas paragens estão entregues aos bons sentimentos dos outros e que os pequenos furtos de galinhas e coradouros não exigem um aparelho custoso de patrulhas e apitos.

"Aquilo lá vai muito bem, todos se entendem livremente e o Estado não precisa intervir corretivamente para fazer respeitar a propriedade alheia.

"Penso mesmo que, se as coisas não se passassem assim, os vigilantes, obrigados a mostrar serviço, procurariam meios e modos de efetuar detenções e os notívagos, como eu, ou os pobres-diabos que lá procuram dormida, seriam incomodados, com pouco proveito para a lei e para o Estado.

"Os policiais suburbanos têm toda a razão. Devem continuar a dormir. Eles, aos poucos, graças ao calejamento do ofício, se convenceram de que a polícia é inútil"<sup>27</sup>.

Na verdade, o que se percebe é que Lima Barreto quer ver cessar a ação do Estado onde ele não se faz necessário e onde ele possa servir apenas de instrumento para o favorecimento e o enriquecimento ilícito dos governantes e seus apaniguados. Pelo menos discutindo o papel da municipalidade como agente financiador das artes, particularmente do teatro, é este o ponto de vista predominante, que aliás coaduna-se perfeitamente com a sua postura política.

Diante da decisão do Conselho Municipal de destinar recursos para a construção de um "Teatro Brasileiro" na cidade, o escritor julga oportuno refrescar a memória dos seus leitores com as circunstâncias em que se deu a construção do Teatro Municipal:

"Veio o [Pereira] Passos e tratou de construir o teatro. A justificativa de tal construção era a educação artística do povo; Passos, porém, com quem menos se incomodava, era com o povo.

---

<sup>27</sup> *ibid.*, p. 62.



"(...) O que ele queria, era um edifício suntuoso, onde os magnatas da política, do comércio, da lavoura e da indústria, pudessem ouvir óperas, sem o flagelo das pulgas do antigo Pedro II. Era só isto.

"(...) Tinha um filho que se fizera engenheiro de pontes e calçadas em Dresde e entendia tanto de arquitetura como eu de sânscrito; mas não fazia mal. Havia de ser ele mesmo o autor do projeto premiado e o construtor, para enriquecer nas comissões de fornecimentos.

"Está aí como nasceu aquele estafermo do começo da avenida.

"(...) Enriqueceu muita gente ...

"Agora vêm esses quinhentos contos; não mais para criar o teatro municipal, mas o brasileiro, o nacional: vamos ver em que dará. Em droga, por certo"<sup>28</sup>.

Queixa-se ainda o literato de que a municipalidade do Rio de Janeiro nunca deu o menor estímulo à produção literária ou artística dos naturais da cidade. Observa que Machado de Assis, Olavo Bilac e Manuel Antonio de Almeida jamais foram sequer homenageados. E explica que talvez isso se deva ao fato de que "a sua preocupação é teatral ..." <sup>29</sup>, ou seja, o que importa é a representação, o espetáculo, a farsa ...

O que certamente Lima Barreto deplora é a encenação da política como farsa, como jogo de cena, destinado a ocultar a ausência de propostas objetivas, de idéias, de projetos. Como já foi dito, para o escritor, não se faz política apenas com nomes e em razão de interesses pessoais<sup>30</sup>. E levando esta distorção ao extremo, cria um diálogo

---

<sup>28</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O Conselho Municipal e a Arte" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 233-4. (*Hoje*, 08/07/1920). Maiores detalhes sobre o assunto, Cf. DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985.

<sup>29</sup> *ibid.*, p. 234.

<sup>30</sup> Cf. BARRETO, A. H. de Lima. "Ontem e hoje" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 101-2. (*Careta*, 26/06/1915). BARRETO, A. H. de Lima. "Ex-homem" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 108-9. (*Careta*, 26/06/1915). BARRETO, A. H. de Lima. "Voto feminino" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 57-8. (*Careta*, 09/07/1921).

imaginário entre um eleitor e um chefe político ligado à candidatura de Rui Barbosa, quando este foi derrotado em 1919 por Epitácio Pessoa.

"- Seu Doutor, eu vim incomodá-lo; mas precisava muito ficar bem com minha consciência.

"- Que há?

"- Eu não voto no doutor Rui.

"- Como você vai votar no Epitácio??

"- Nem num nem noutro.

"- Você está ficando indisciplinado (...).

"- Espere doutor! Pensei, então, eu cá com os meus botões: vou escolher uma pessoa que deve mandar em mim, na minha mulher, nos meus filhos, na minha casa até - preciso cuidado. Não é doutor?

"- Mais ou menos, é, pois há a lei que ...

"- Isto de lei é história. Quem governa é ele mesmo ... Um homem que vai ter tanto poder sobre mim (...) deve ser meu conhecido velho. Voluntariamente (...) vou escolher um dono para mim, e sendo assim o meu dever é estar inteirado do sujeito que é - não acha? (...)

"- Mas porque você não vota nele?

"- Não voto porque não o conheço intimamente, de perto, como já disse ao senhor (...).

"- Mas, se é assim, você terá pouco que escolher a não ser, nós colegas e nós amigos de você.

"- Entre esses eu não escolho, porque não vejo nenhum que tenha as luzes suficientes; mas tenho outros conhecidos, entre os quais posso procurar a pessoa para me governar, guiar e aconselhar.

"- Quem é?

"- É o doutor.

"- Eu? (...)

"- É a única pessoa de hoje que vejo nas condições e que conheço. O senhor é do partido, e votando no senhor, não vou contra ele.

"- De forma que você ...

"- Voto no senhor, para presidente da república.

"- É voto perdido ...

"- Não tem nada; mas voto de acordo com o que penso. Parece que sigo o que está no manifesto assinado pelo senhor e outros. 'Guiados pela nossa consciência e obedecendo o dever de todo republicano de consultá-la'..."<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O chefe político e o seu eleitor" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 158-61. (*O Malho*, 01/04/1919).

O cronista, que é também um romancista, apela para a ficção como forma de denunciar o quanto mostra-se pernicioso o personalismo na política. O presidente deixa de ser o chefe do poder executivo para diluir-se naquele que manda, e manda até mesmo na vida particular de um homem comum e sua família. A lei, por sua vez, nada representa porque o governante, na prática, põe-se acima dela. Por fim, o que dita a escolha do candidato é o conhecimento íntimo que o eleitor é capaz de adquirir sobre ele.

O que pretende o candidato, quais as suas propostas e projetos, de qual linha ideológica se aproxima, qual a sua concepção de Estado ... Todas essas questões parecem irrelevantes a este eleitor, tornando-se da mesma forma irrelevante o rumo que o país irá tomar nos anos em que estiver sob a administração do presidente a ser eleito. Ao preocupar-se exclusivamente com a escolha do homem que irá mandar na sua vida, ditar os seus passos, este eleitor põe a nú o quanto o processo eleitoral assemelha-se a um mecanismo eficaz de exclusão social e de negação da cidadania. Não é à toa, como já foi dito no primeiro capítulo, que Lima Barreto, com toda a sua irreverência, tenha proposto como "o 'suco' da perfeição político-administrativa de um país", o estabelecimento de um regime político no Brasil constituído "por uma federação de malocas, tendo cada uma à sua testa, chefes com a autoridade discricionária e queimássemos todas as leis, códigos, constituições e ordenações"<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Seria o 'suco'" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 155. (*Careta*, 08/01/1921).

Ainda por ocasião da disputa eleitoral entre Rui Barbosa e Epitácio Pessoa, sobre a qual Lima Barreto lança a suspeita de fraude<sup>33</sup>, praticada de forma recorrente neste período, podemos destacar uma reflexão significativa:

"Epilogar sobre eleições? Para que? Eleição é isso mesmo, diz o povo pela boca dos seus eleitores mais representativos (...).

"É um modo como qualquer outro de obterem um senhor, porque os homens não podem passar sem um. Eles têm a ilusão de que, possuindo-o, não serão roubados, assassinados, suas famílias e negócios serão protegidos, etc, etc. Ninguém lhes diga que não há necessidade disso; que é uma ilusão e tê-los uma desgraça. Eles, quando tal coisa ouvem, bramam, vociferam, dizem o diabo; mas, amanhã, após a eleição, estão a lançar a culpa de todos os seus males nas costas do pobre rei que arranjaram anteontem"<sup>34</sup>.

Em matéria de eleição, o escritor mostra-se sempre atento aos acontecimentos e não lhe passa despercebido nem mesmo os aspectos subjetivos que os cercam. Quando Artur Bernardes é eleito em 1º de março de 1922, a coincidência entre o pleito e o carnaval apresenta-se como reveladora de uma certa "psicologia da política brasileira". Vejamos a que se deve esta analogia entre carnaval e eleição:

"O que é, quando se trata de eleger num país de paz? Um 'carnaval' com todos esses senhores austeros de tribunais e juízes, de constitucionalistas e jornalistas eminentes, pondo a máscara da Constituição abaixo e colocando aquela que lhes vai bem, de difamar, de infamar, de espionar e de falsificar.

---

<sup>33</sup> "Pelo que conversei, pelo que ouvi, pelo que me disseram pessoas insuspeitas, todo o Brasil queria o Senhor Rui; mas quem saiu eleito foi o Senhor Epitácio Pessoa. Está aí uma prova, entre muitas outras, de que eleição é coisa misteriosa". BARRETO, A. H. de Lima. "Coisas eleitorais" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 280. (Publicado em 14/04/1919)

<sup>34</sup> *ibid.*, p. 280.

"Levam um tempo enorme representando o que não lhes é natural, para depois, durante a farra da campanha eleitoral, pôr nas faces as suas verdadeiras máscaras de almas sem sinceridade, sem pudor, que não trepidam em empregar os mais torpes processos de compressão, corrupção, ameaça, para arranjar um lugar de guarda de armazém, de embaixador ou camareiro com o vencedor ou os seus prepostos"<sup>35</sup>.

Tratando ainda da conturbada eleição de Artur Bernardes, as observações que faz sobre o desenrolar da campanha eleitoral mostram a inexistência de um debate, mínimo que seja, em torno de idéias e propostas políticas. Nas ruas, a discussão sobre os grandes problemas nacionais dão lugar a um embate corporal entre os partidários de uma e outra candidatura. O cenário é de

"arruaças e correrias de que andou cheia a cidade, por causa das candidaturas presidenciais.

"Os nossos políticos têm o mau vezo de ir buscar na gente que não têm hábitos da Rua do Ouvidor, os seus apaixonados apologistas, e trazê-los para ela. Não digo que eles os fossem buscar nas confeitarias elegantes (...) ou nas casas de chá (...). Mas, catequizar adeptos extremados entre gente rebarbativa que não sabe distinguir a Rua Sete da da Assembléia - é que é perfeitamente desgracioso e abominável.

"(...) A que fica a cidade reduzida, então? A uma arena de circo romano? Não; é muita cousa. A um tablado em que dois idiotas se esmurram à vontade? Também não. A que ela fica reduzida, é ao que era antes de Sampaio Ferraz: um campo de capoeiragem"<sup>36</sup>.

Diante disso, só resta a Lima Barreto constatar quão eficiente as elites dominantes do país têm sido em manter alienada do processo eleitoral a grande massa da população, a fim de assegurar para si o exercício do poder. É sob um processo eleitoral de tal forma

---

<sup>35</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Carnaval e a eleição do 'Bambã'" in *Vida urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 274. (Caretta, 04/03/1922).

<sup>36</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Será sempre assim?" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 170-1. (A.B.C., 07/01/1922).

aviltado que as oligarquias garantem a continuidade de sua hegemonia política na República Velha.

“Em geral, o que se pode concluir dessas manifestações desses partidários apaixonados, é que aquelas, quando não feitas de empreitada, por estes últimos, são por sectários obedientes a um desejo ou a um interesse próximo ou remoto qualquer que, não sendo satisfeito, levam-nos logo à mais descabelada oposição.

“De tudo isto conclui-se que é de lamentar que (...) essa escolha seja feita alicerçando-se na inconsciência dos infelizes, por isso ou por aquilo, quase sempre pobríssimos, senão miseráveis, vivendo de profissões equívocas ou não vivendo de nada. Será sempre assim a Política?”<sup>37</sup>

Na verdade, o que inúmeros artigos de Lima Barreto tangenciam e criticam é o funcionamento de um estratagema político posto em prática por Campos Sales, quando exercia a presidência da República. Trata-se do que Renato Lessa definiu como "um conjunto de procedimentos postos em ação para obter estabilidade e dotar a República de um padrão mínimo de governabilidade"<sup>38</sup>. Tais procedimentos podem ser resumidos no que a historiografia convencionou chamar de "política dos governadores" e na atuação da Comissão de Verificação de Poderes.

Buscando estabelecer um pacto oligárquico entre o poder central e os grupos políticos dominantes nos Estados, Campos Sales instaurou no poder legislativo o artifício da "degola". Tecido através de negociações entre os governadores dos Estados e o governo federal, este

---

<sup>37</sup> *ibid.*, p. 172.

<sup>38</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988. p. 15.

mecanismo - frágil, complexo, mas eficiente - foi mantido em operação durante boa parte da República Velha.

A Comissão de Verificação de Poderes, órgão constituído por integrantes da Câmara dos Deputados ou das Assembléias estaduais, encarregava-se de receber as atas eleitorais, ou seja, os livros de votação dos eleitores, verificar se houve ou não fraude, proclamar os deputados eleitos e diplomá-los. Foi nessa instância de poder que Campos Sales resolveu instituir um novo mecanismo, reformando o regimento interno da Comissão.

Vale ressaltar que toda a sistemática eleitoral republicana, que por si só já era excludente e corrupta, tinha por base a inexistência de partidos políticos nacionais, o veto à participação dos analfabetos nas eleições, um país quase sem escolas e uma parcela ínfima da população constituindo o eleitorado. Além, é claro, da inexistência do voto secreto e de um processo de apuração independente, pois o grupo que estivesse no poder controlava a apuração. Então, caso os mecanismos de manipulação eleitoral, como o "voto de curral", o "voto de cabresto", e as fraudes ou o que se chamava de "eleições à bico de pena", viessem a permitir que algum segmento oposicionista fizesse representantes no Congresso ou nas Assembléias estaduais, era necessário dispor de um recurso último e definitivo para barrar possíveis dissensões. Este recurso viria através da nova forma de funcionamento da Comissão de Verificação.

Se até então o mais velho dos deputados diplomados era nomeado presidente interino da Câmara e, por sua vez, escolhia os quatro deputados que comporiam a comissão - também sob a sua presidência -

encarregada de verificar e organizar a lista dos diplomados, a partir da gestão Campos Sales, o critério da idade é reformulado e passa a estipular que ocupará a presidência o deputado que presidiu a Câmara na legislatura anterior - certamente, pessoa aliada ao chefe do Executivo. Desta forma, mesmo que um deputado da oposição local ao governador de um Estado conseguisse se eleger, a Comissão cuidava em não lhe conferir o respectivo diploma e em não empossá-lo ou, como se dizia, em não fazer o reconhecimento de sua eleição, procedendo à "degola".

Isto se refletia num Congresso dócil às determinações presidenciais. Os legislativos só aceitariam integrantes aliados aos grupos políticos dominantes em cada estado. E no Congresso, estes grupos oligárquicos das unidades da federação garantiam que seus representantes votariam sempre a favor do Executivo.

O funcionamento deste pacto político fez com que em cada estado algumas famílias se perpetuassem no poder por longos períodos. Na esfera federal o mesmo aconteceria com o grupo oligárquico mais poderoso: o do Partido Republicano Paulista (PRP), aliado às elites políticas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Foi este o quadro<sup>39</sup> que se caracterizou como sendo a "política dos governadores".

---

<sup>39</sup> Para a síntese aqui apresentada sobre a política dos governadores e o papel da Comissão de Verificação de Poderes, Cf. CARONE, Edgar. *A República Velha; instituições e classes sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1978. p. 295-320. MENDES JÚNIOR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. "Implantação do sistema de poder oligárquico" in *Brasil História, texto e consulta; República Velha*. São Paulo, Hucitec, 1991. Vol. 3, p. 195-203. LESSA, Renato. *op. cit.* SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político-partidário na primeira República" in MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro/São Paulo; Difel, 1977. p. 162-226. LOVE, Joseph. "Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937" in FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira; O Brasil republicano - Estrutura de poder e economia*. São Paulo, Difel, 1977. Tomo III, Vol. 1, p. 53-76. Entre outros.



Mas esta estrutura, como já foi dito, embora tenha sido eficiente durante grande parte do período republicano até 1930, tinha lá os seus pontos de fragilidade. Na medida em que crescem as cidades, acelera-se o processo de urbanização das grandes capitais e outras classes sociais - como os operários, por exemplo - ganham expressão política, surgindo assim brechas no funcionamento desse mecanismo. Alguns historiadores já resgataram a expressão que tiveram os trabalhadores e outros agentes sociais no contexto da Primeira República, como é o caso de Munakata e De Decca<sup>40</sup>. Entretanto, as divergências que surgiam entre grupos dominantes em cada Estado ou entre grupos oligárquicos de cada Estado tornavam-se cada vez mais incontornáveis, não deixando outra alternativa para contê-las senão através do uso permanente da violência. Talvez por isso tornara-se tão frequente o acionamento das Forças Armadas para intervir nos Estados em que o contexto político se apresentasse desfavorável e ameaçador.

Foi o que se deu quando da intervenção federal ocorrida na Bahia, em fevereiro de 1920, em que grupos oligárquicos dissidentes resolveram enfrentar a oligarquia dominante de Salvador, aliada ao governo federal. Escrito sob o calor dos acontecimentos, um artigo de Lima Barreto fornece um verdadeiro testemunho sobre um Estado que vive exatamente um quadro de fragmentação do poder local, exigindo do governo central o uso da força para tentar calar as dissensões emergentes na política baiana:

---

<sup>40</sup> MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1984. DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

"O mal da Bahia, mais do que em qualquer outra parte do Brasil, está na política (...).

"O que me parece, porém, é que, de dous em dous meses, os partidos políticos da Bahia se dividem, se duplicam, se triplicam, se quadruplicam, se não vão além.

"(...) Tudo o que fez a grandeza da Bahia, por intermédio dos grandes nomes que deu ao país, é abandonado pela mocidade por essa política de campanário e de aldeola, que não tem um ideal qualquer.

"(...) Grupinhos se digladiam sem saber porque e para que, (...) os seus jornais se injuriam e só parecem feitos para injuriar os adversários (...).

"É preciso pôr toda a política e politicagem de lado; é preciso (...) convencer a todos os nossos patrícios (...) que deixem de banda esse partidarismo exaltado; que não votem mesmo e empreguem as suas qualidades naturais de inteligência e coração em tudo o que a nossa vida pede, exceto com política.

"(...) Deixem tão pavorosa atividade para muito poucos exercê-la e sejam estes obrigados pela pressão moral de trabalho e de idéias superiores da sociedade baiana, a guardar as conveniências e a não pôr as manguinhas de fora"<sup>41</sup>.

Estando a questão da representação política entre os temas mais caros a Lima Barreto, o funcionamento do Congresso e os acontecimentos políticos são acompanhados atentamente pelo escritor. Naturalmente, uma estrutura de representatividade política tão excludente como a que acabamos de descrever arranca-lhe observações das mais perspicazes, irreverentes e críticas. Em 1921, por exemplo, um de seus artigos dedica-se exclusivamente a desmascarar a farsa que se produz na Comissão de Verificação, já que depois de eleitos, os candidatos têm que apelar para os seus pistolões a fim de garantir o reconhecimento de seus poderes.

---

<sup>41</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O 'negócio' da Bahia" in *Bagateias*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 268-70. (Publicado em 06/03/1920). Este artigo revela também o quanto o escritor carioca procura manter-se informado e acompanhar os acontecimentos nacionais, pois registra o seu esforço em tomar conhecimento sobre os episódios ocorridos na Bahia, através de jornais, revistas, telegramas publicados na imprensa do Rio de Janeiro e até "em conversas apressadas de cafés e botequins". (p. 268)

"Estamos chegando à época parlamentar a que se chama pomposamente de reconhecimento dos poderes que o povo, mediante eleição, delega aos seus representantes no Congresso.

"Sempre foi uma época cômica, desde que leio jornais. Um milheiro de cidadãos se julga legitimamente escolhido pelos humildes eleitores deste vasto país, (...) mas não se ficam nisso e apelam para os pistoleiros políticos. Antigamente, o maior deles era o General Pinheiro Machado. Ele fazia e desfazia deputados e senadores (...). Não sei porque não se lembraram de dar-lhe uma função muito republicana e democrática de nomear, por sua livre vontade, os representantes do país. Seria mais rápido e menos dispendioso, porquanto uma eleição geral custa um dinheirão aos cofres públicos. Mas, o nosso regime é feito de ficções, e a eleição é uma delas. Agora, a história fica mais fina, porque não há um único Pinheiro Machado; há muitos.

"Têm, portanto, os candidatos que se empistolarem com uma chusma deles que não se vêem com bons olhos. Admiro - e é o caso - a coragem de um sujeito que pretende ser reconhecido deputado ou senador. Pedir a um, é fácil; mas, pedir a muitos, é tarefa gigantesca"<sup>42</sup>.

De outra feita, um diálogo ficcional, que se passa num coquetel de abertura do Congresso, revela outra faceta das práticas introduzidas pela Comissão, dando aos leitores uma noção do quanto "custa" um reconhecimento:

"O Deputado Brederodes - Fanny, não sabes quanto me custou o reconhecimento.

"Fanny - Um conto de réis?

"B - A unidade de moeda de vocês é um conto ...

"F - Que é que você diz?

"B - Digo que vocês só começam a contar o dinheiro de um conto de réis para cima. Quer mais vinho?

"F - Merci. Mas quanto custou o reconhecimento de você?

"B - Não posso dizer ... É segredo de Estado"<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O reconhecimento" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 86-87. (*Careta*, 09/04/1921). A menção que Lima Barreto faz a Pinheiro Machado refere-se à eminência parda que este representou no cenário político da República Velha, impondo-se praticamente como uma instância de poder paralela e autônoma.

<sup>43</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Abertura do Congresso" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 223. (Publicado em 08/05/1915).

Ser urbano por excelência, até quando em viagem pelo interior, Lima Barreto não desperdiça a oportunidade de captar, numa conversa travada no interior de um trem rumo a Mirassol, em São Paulo, a descrição da manipulação eleitoral conhecida como "voto de cabresto". Vale lembrar que, como o voto não era secreto e as eleições eram vigiadas de perto pelos jagunços dos coronéis da política local, os eleitores eram reunidos em grupo e votavam no nome que lhes era indicado, permitindo assim que os votos se transformassem em mercadoria de negociação política contado aos milheiros. A tal conversa torna-se particularmente interessante quando dela passa a fazer parte um sujeito que aparenta ser "coletor federal", que

"é um tipo atarracado, quase quadrado e, pelo que dele ouvi, é muito entendido nesse negócio que os doutores e coronéis do interior, peões e camaradas, assassinos e simples caipiras chamam pomposamente política.

"Essa grande arte de dirigir os povos e as nações é ali reduzida à mais simples expressão de modestas cifras.

"Elas não vão além de mil e é frequente que os palestradores repitam o milheiro de várias formas: "porque o Maurício não podia contar com os mil votos que o Fábregas deu ao Borges; ah! não fosse isso e a intervenção do 'centro', ele ganharia". A isto acode um outro: "não foi tanto pelos mil votos do Fábregas; foi porque ele não soube trazer para o seu lado o Assunção que dispõe de outros tantos, mas descarregou-os no Brandão".

"A política naquela palestra de influências eleitorais reduz-se a números ..."⁴⁴

Assim como condena as práticas políticas tão comuns neste período, Lima Barreto também não dá trégua aos políticos que se locupletam e engendram todo tipo de artimanhas cujo único objetivo é mantê-los no poder. De modo geral, o escritor caracteriza esses

---

⁴⁴ BARRETO, A. H. de Lima. "Até Mirassol (Notas de viagem) - III" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 52. (*Careta*, 07/05/1921).

políticos como totalmente desinteressados pelas questões que dizem respeito ao país, pois dedicam-se integralmente aos seus próprios interesses, ao seu enriquecimento pessoal, preocupados sobretudo em não contrariar àqueles a quem estão subordinados politicamente<sup>45</sup>.

Consta que, certa vez, um amigo de Lima Barreto - certamente tão irônico e irreverente quanto ele -, a exemplo do que fizera Maquiavel ao escrever *O Príncipe*, teria se lançado a escrever um livro que desse aos políticos um roteiro dos passos que deveriam seguir a fim de subir na vida, e de vereador chegar a presidente deste país. Em 1919, Lima publica um resumo de tais idéias:

"O principal e mais fecundo ideal do político é não querer fazer nada de útil aos outros e tratar unicamente de si, da sua fortuna pessoal e da família.

"O bom deputado não deve ter opinião sobre coisa alguma, para poder ter toda aquela que for do agrado dos chefes. (...) A prudência e a segurança na sua escalada ao poder pedem que ele receba com o maior acatamento e veneração as ordens, as idéias e as opiniões dos Zés Bezerras ou Pires Ferreira.

"Há, porém, um escolho na vida do político que tenciona chegar à presidência: é o casamento.

"(...) O político deve encontrar a sua [mulher] em casamento mais complexo, e natureza muito especial, não esquecendo nunca de ter em vista estes dous princípios que devem guiar a sua vida:

"a) fazer fortuna;

"b) não ter nenhum propósito de beneficiar a comunhão geral"<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Cf. BARRETO, A. H. de Lima. "Projeto de lei" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 239-40. (Publicado em 04/09/1915). "O congraçamento" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 252-3. (Publicado em 18/12/1915). "Firmeza política" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 241-2. (Publicado em 11/09/1915). "Falar inglês" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 257-60. (Publicado em 01/10/1921). "Era preciso ..." in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 233-4. (Publicado em 03/07/1915). "A nova glória" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 231-2. (Publicado em 26/06/1915). "Os quatro filhos d'Aymon" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 216-8. (Publicado em 17/04/1915).

<sup>46</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Procurem a sua Josefina!" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 144-6. (Publicado em 04/01/1919).

Enquanto os políticos dedicam-se a fazer da política a cínica arte de favorecerem a si próprios, em fins da década de 10 e início da de 20, fala-se frequentemente do problema da escassez de numerário que aflige a economia brasileira. Não se deixando envolver por explicações técnicas mirabolantes para o fenômeno da falta de dinheiro generalizada, Lima Barreto trata da questão propondo soluções até certo ponto óbvias, que extrai da sua própria experiência de uma vida inteira marcada pela escassez de dinheiro e pela convivência com os que estão sempre de bolsos vazios.

"Nada entendo de tal assunto, mas, ao que parece, essa gente rica, incluindo aí bancos e banqueiros, anda no mesmo estado que eu e outros 'prontos'.

"Pedem providências ao governo, os seus jornais, lembrando alvitres dos mais sábios em matéria comercial e financeira.

"Vejam só como são as cousas! Quando fico 'pronto', isto é, com falta de numerário, não me lembro do Estado, porque este, no mínimo, o que me poderia fazer, era tirar-me o último níquel, para realizar alguma festança internacional.

"Lembro-me de um amigo mais abonado e peço-lhe 'algum' emprestado que não pagarei. Chama-se isto - 'morder'.

"O processo é simples e não sei porque os bancos, banqueiros, industriais não o aplicam. Não é possível que não haja entre eles, um mais abonado em face dos outros; e não custava nada este socorresse aquele.

"Entretanto, eles não querem fazer isto e apelam para o Estado.

"Com certeza este irá ao encontro dos seus queixumes e atendê-los-á do melhor modo (...). (p. 95)

"É sempre assim, o governo só protege os que não precisam; aos pequeninos, aos fracos, aos oprimidos, ele oprime mais.

"Nunca ele me quis ouvir quando propus que fossem montadas nos pontos dos bondes agências do Banco do Brasil, a fim de fornecer os níqueis aos necessitados de passagens para as suas residências; entretanto, vai fornecer, direta ou indiretamente, muito dinheiro à gente que o já tem muito"<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Falta de numerário" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 95-6. (*Careta*, 25/10/1919). Ainda em outros dois artigos aborda o mesmo problema: "Papel-moeda" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 237-8.

No mesmo contexto político e econômico do final da segunda década deste século e paralelamente à postura crítica que o escritor mantinha com relação aos protagonistas da cena política da época, Lima Barreto sempre manteve certa simpatia pela causa dos trabalhadores, tendo sido quase um militante do movimento operário, visto que colaborou diversas vezes com a imprensa operária.

O entusiasmo com a revolução russa e o repúdio à brutal repressão que se abatera sobre os trabalhadores que promoveram a greve de 1917, em São Paulo, levam o escritor a aceitar o convite de Astrojildo Pereira para colaborar no jornal *O Debate*, que começa a circular na segunda quinzena de julho do mesmo ano, no Rio de Janeiro<sup>48</sup>. Nele seria publicado um artigo bastante expressivo de sua posição em relação àquela greve.

Desde 1907, a expulsão de trabalhadores estrangeiros estava assegurada por lei, desde que atentassem contra a tranquilidade pública ou a segurança nacional<sup>49</sup>. Mas o decreto nº 1641, de 7 de janeiro daquele ano, impedia a expulsão do estrangeiro residente no Brasil por dois anos contínuos, ou por menos tempo se fosse casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro. De qualquer forma, era bastante discutida a legalidade de uma expulsão.

Em 1913, o senador paulista Adolfo Gordo teve um projeto de sua autoria, aprovado pelo Congresso, que garantia ao Poder Executivo o

---

(*Careta*, 18/09/1920) e "Carta aberta, ao jeito dos bilhetes de João do Rio" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 241-2. (*Careta*, 13/11/1920).

<sup>48</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 363-6.

<sup>49</sup> Para este parágrafo e os seguintes, Cf. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1986. p. 233-43.

direito de expulsar o estrangeiro sem qualquer restrição e tornando tais medidas de caráter irrecorrível. Contudo, a lei foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e os casos de expulsão voltaram a ser regidos, em tese, pela lei de 1907. Em tese porque o próprio Supremo tratava de interpretar a lei à luz dos interesses envolvidos, agindo de maneira casuística. Foi o que ocorreu com alguns grevistas que participaram do movimento de julho de 1917.

A Corte Suprema alegou que uma dúzia de trabalhadores estrangeiros seriam expulsos, visto que "constituíam um elemento flutuante, que vagava pelo país para propagar seus ideais e seus métodos"<sup>50</sup>. A medida tomada inegavelmente descumpria a lei, pois entre os deportados estavam, por exemplo, Antonio Nalipinski, sapateiro, residente no Brasil havia 25 anos, José Fernandez, pedreiro, 5 anos de residência no país, Antonio Lopes, tecelão, 11 anos residindo no Brasil, entre outros. Embarcados no porto de Santos, no navio Curvello, passam pelo porto do Rio, onde são impedidos de manter contato com os advogados Evaristo de Moraes e Roberto Feijó. Um *habeas corpus* impetrado por Evaristo teve seu julgamento adiado até que os deportados estivessem novamente em viagem, atendendo a um pedido de Aurelino Leal, chefe de polícia do Rio de Janeiro. Na parada seguinte, em Recife, três dos deportados conseguem fugir, mas são recapturados e reembarcados em outro navio, o Avaré. A viagem dos dois navios segue até Nova York e estranhamente retorna ao Brasil meses depois. Neste período, o STF julgara ilegais, em segunda instância, as deportações. O julgamento, na verdade, deu empate: seis juízes defenderam a expulsão e

---

<sup>50</sup> *ibid.*, p. 235.



seis votaram contra a medida. Entre os que defenderam a expulsão estava, curiosamente, Sebastião de Lacerda, pai de Maurício de Lacerda, deputado ligado à luta dos trabalhadores. O desempate veio através do voto de Minerva, do presidente do Tribunal, a favor dos operários. Mas, em março de 1918, alguns destes trabalhadores ainda eram mantidos presos no Rio de Janeiro<sup>51</sup>.

A análise de Lima Barreto sobre todo este episódio não o trata de maneira isolada. Nota-se em seu texto um esforço de inserção da questão da repressão aos operários grevistas de 1917 no contexto da "plutocracia" reinante na República Velha. Segundo o escritor, a militância dos trabalhadores estrangeiros instalados no país significava uma pedra no caminho da oligarquia paulista, que buscava manter o controle hegemônico do poder. As greves representavam uma ameaça ao funcionamento do pacto existente entre o governo central e os governos estaduais - a "política dos governadores" -, pois apresentavam-se como uma nova força social emergente nos meios urbanos.

"Encarapitados na presidência da República, por intermédio de representantes seus, o pessoal político-agrícola-industrial de São Paulo tratou de assentar o seu domínio sobre o país (...).

"Conseguiram; e, se não se eternizaram na presidência, deve-se isto a um dissídio doméstico ou comercial no seio do sindicato político que nos governa.

"Com doze anos de presidência seguida, semelhante gente fez do país (...) o que quis, e todos eles enriqueceram fabulosamente.

"Mas nem tudo são flores ... e veio o fantasma do Hermes.

"É preciso que se saiba que eles não se opuseram à candidatura do Senhor Hermes Rodrigues da Fonseca, estribados nesta ou naquela idéia; eles a combateram porque temiam que, com o prestígio do Exército, dispondo, por ser marechal, da dedicação dele, o presidente fardado não lhes temesse as

---

<sup>51</sup> Cf. também DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. p. 59-61.

manobras políticas, [e] pusesse abaixo a sua igreja de 'cavações' administrativas e legais (...)"<sup>52</sup>.

Em seguida, explica como elaborou um tal entendimento sobre o papel das elites paulistas na política republicana, procurando alinhar para os leitores uma leitura coerente dos fatos:

"Tais fatos, que são de ontem, não têm sido concatenados por todos, nem tampouco combatidos a devido tempo; e, se o fossem, não teriam certamente os doges de São Paulo conseguido o que almejavam, isto é, obter um total domínio sobre os poderes políticos do país, de modo a coroar a sua nefasta e atroz ditadura com a decisão de 6 do corrente, do Supremo Tribunal, negando habeas-corpus aos infelizes do 'Curvelo', rasgando a Constituição, obscurecendo um dos seus artigos mais simples e mais claros, com farisaicas sutilezas de doutores da escolástica e o tácito e suspeito apoio de quase toda a imprensa carioca, sem um protesto corajoso no congresso, realizando-se toda essa vergonha, todo esse rebaixamento da independência dos magistrados, perante o povo 'bestializado', calado de medo ou por estupidez, esquecido de que a violência pode, amanhã, voltar-se sobre um qualquer de nós, desde que tal sirva à plutocracia paulista e ela o exija. (p. 206-7)

"Não é de espantar, pois os seus tipos repelentes e mendazes, pretensiosos e lorpas, de tal forma vivem apavorados com a sombra dos seus próprios crimes, da sua prepotência inumana, das suas soezes cavilações liberticidas, que não se detêm perante consideração alguma e só pensam em enriquecer furiosamente, para enriquecer os filhos, a fim de que estes possam fugir aos castigos que deviam cair sobre as suas cabeças"<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "São Paulo e os estrangeiros" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 205-6. (*O Debate*, 13/10/1917). Os doze anos, a que o escritor se refere, de exercício contínuo da presidência da República por paulistas foram: Prudente de Moraes (1894-98), Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-06). Convém observar que a abordagem do papel político desempenhado por Hermes da Fonseca não pode ser confundida com uma suposta crença de Lima Barreto no militarismo como solução para o que quer que fosse. Suas convicções, pelo contrário, fazem-no antes um anti-militarista, tanto é que em 1910 participou da campanha civilista que apoiava a candidatura de Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca. Junto com Antonio Noronha Santos, chegou até a elaborar um panfleto anti-hermista, chamado *O Papão*, do qual não parece ter restado sequer um vestígio. Cf. BARBOSA, *op. cit.*, p. 160-7.

<sup>53</sup> *ibid.*, p. 206-7. Ainda sobre a questão do casuísmo na aplicação da lei com relação aos estrangeiros, Cf. BARRETO, A. H. de Lima, "Coerência" in *Vida urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 200-2. (*Careta*, 01/11/1919). É conveniente ressaltar que Lima

Ainda sob o impacto da greve de 1917 e na mesma linha de raciocínio em relação aos paulistas, é possível notar que as idéias da revolução russa deixaram Lima Barreto mais do que apenas entusiasmado:

"A nossa república, com o exemplo de São Paulo, se transformou no domínio de um feroz sindicato de argentários cúpidos, com os quais só se pode lutar com armas na mão. Deles saem todas as autoridades; deles são os grandes jornais; deles saem as graças e os privilégios; e sobre a nação eles teceram uma rede de malhas estreitas, por onde não passa senão aquilo que lhes convém. Só há um remédio: é rasgar a rede à faca, sem atender a considerações morais, religiosas, filosóficas, doutrinárias, de qualquer natureza que seja"<sup>54</sup>.

Sua tolerância talvez tenha chegado ao limite em face da atuação de ministros como o da Agricultura, José Rufino Bezerra Cavalcanti, a quem acusa de promover a alta do açúcar no mercado interno, vendendo-o aos retalhistas brasileiros por mais de 10\$000 a arroba, enquanto vendia o mesmo produto aos estrangeiros por 6\$000 a arroba, transformando-se em "caixeiro de um reles sindicato de judeus belgas e mais ou menos franceses, para esfomear o Brasil e ganhar dinheiro"<sup>55</sup>. A indignação advinda da gestão desse ministro, tomado por cínico, especulador, agiota e ladrão<sup>56</sup>, desperta-lhe uma conclusão extremada:

---

Barreto não cultivava um ódio desenfreado aos paulistas em geral, como pode parecer. Sua ira projeta-se especificamente sobre as classes dominantes do Estado.

<sup>54</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre a carestia" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 194. (*O Debate*, 15/09/1917).

<sup>55</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Carta fechada - Meu maravilhoso senhor Zé Rufino" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 119. (*A.B.C.*, 12/05/1917).

<sup>56</sup> *ibid.*, p. 118-9.

"Quando um ministro de Estado, como o Rufino o é, cuja missão, na especialidade do seu departamento, é prover às necessidades gerais da população, atender aos seus clamores, impedir a opressão de uma classe sobre as demais, regular o equilíbrio das forças sociais, se faz caixeiro ou chefe de *trust*, para esfomear um país, não há mais para onde apelar senão para a violência, para a brutalidade da força!"<sup>57</sup>

Pois bem, o nosso cronista de Todos os Santos chegava mesmo a propor que se partisse para a luta "com armas na mão", já que não via outra alternativa senão "apelar para uma convulsão violenta". Contudo, não parecia comungar, sob hipótese alguma, com a supressão das liberdades individuais e de pensamento e demonstrava uma crença inequívoca na democracia. Ao que tudo indica, acreditava que somente através de instrumentos democráticos seria possível assegurar o sonho de uma sociedade brasileira mais igualitária e menos excludente. Daí sua permanente preocupação com a preservação dos mecanismos indispensáveis ao exercício da cidadania e da democracia, como a liberdade de imprensa ou o funcionamento do parlamento - ainda que admitisse que os canais de escolha dos representantes da sociedade naquela casa estivessem em grande medida obstruídos por práticas absolutamente anti-democráticas.

Assim, podemos vê-lo puxando as orelhas dos parlamentares, alertando-lhes para o papel que desempenham e cobrando-lhes responsabilidade nesta tarefa.

"O conflito público e jornalístico entre os deputados Natalício Cambuim e Andrade Bezerra tem sido muito comentado e gozado.

---

<sup>57</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre a carestia" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 193. (*O Debate*, 15/09/1917).

"(...) Há dias, porém, ele [Bezerra] ficou furiosamente profeta e imprecou.

"Disse dos seus colegas (...) que não trabalhavam; que não faziam nada, etc., etc.

"Veio o Senhor Cambuim e disse que o Senhor Bezerra também não fazia nada.

"O que se pode concluir de tudo isso é que a Câmara não trabalha, à vista de que os deputados acusam-se mutuamente de vadiagem.

"(...) Que pensará o povo do seu custosíssimo aparelho de representação? Que ele é inútil - não acham?

"É uma conclusão perfeitamente revolucionária que (...) devem evitar que o vulgo faça do papel eficiente dos seus representantes. Cuidado!"<sup>58</sup>

Porém, não abre mão do Congresso enquanto instituição, apesar da incompetência dos políticos e do desprezo que lhes devota. É o que se pode notar neste artigo a respeito do encerramento anual das atividades legislativas:

"Todos nós falamos mal dos nossos senadores e deputados; todos nós os apelidamos o mais atrozmente; mas quando o congresso se fecha, há um vazio na nossa vida comum e nos enchemos de pavor.

"(...) No regímen republicano, e a proporção que ele avança em anos, os processos de encerramento e deportação se aperfeiçoam. Tivemos a ilha das Cobras; tivemos o "Satélite" - que tivemos mais?

"Quando o congresso está aberto, os governos têm medo de agir tão limpamente à moda dos paxás turcos. Como que lhe têm medo; é a sua consciência. Quando, porém, ele está fechado a fera carniceira não tem mais o chicote do domador à vista e faz o que quer.

"Nesta hora sombria de angústias e apreensões, é de encher de saudades o fechamento do congresso. Que vai ser de nós? A que vão ficar reduzidas as três liberdades primordiais à nossa existência: a individual, a de pensamento e a de imprensa?

"Se o congresso estivesse aberto as cousas não correriam assim tão facilmente. Havia debate, e, sempre, ele seria uma válvula aberta, por onde pessoas protegidas por imunidades sagradas, poderiam protestar contra as violências governamentais; mas, estando ele fechado, quem reclamará em

---

<sup>58</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Cuidado!!" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 185-6. (*Careta*, 04/10/1919).

nome das vítimas? Ninguém e a governança irá deslizando numa paz podre de vilaiete turco"<sup>59</sup>.

Em linhas gerais, os artigos e crônicas de Lima Barreto fornecem "pistas" de sobra e frequentemente tangenciam as questões mais importantes do contexto político do início do século, constituindo-se num valioso painel das desigualdades e da estrutura excludente vigente nas primeiras décadas do regime republicano. O que encontramos não é um painel já pronto e acabado, mas sim montado como um quebra-cabeça, cujas peças vão se casando através de uma lógica e um raciocínio engendrado pelo historiador, capaz de revelar muito mais até sobre o perfil político do escritor do que sobre a época em que ele viveu - o que é, afinal, o objetivo deste trabalho.

---

<sup>59</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O encerramento do Congresso" in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 273-4. (Publicado em 14/01/1922).

### 3. Sobre "a pátria que quisera ter"

"Sem ser um panfletário profissional, [Lima Barreto, DB] imprimia a muitos dos seus artigos a feição de áspera crítica política e social ...

"Nenhum dos outros [escritores da época, DB] soube como ele penetrar o sentido profundo dos acontecimentos que se desenrolavam aos olhos de todos. Nenhum dos outros foi capaz de perceber a importância histórica da Revolução Russa de 1917, e nenhum deles pode rivalizar com Lima Barreto no que se refere ao instinto seguro da sua visão relativamente aos problemas políticos e sociais do após-guerra.

"(...) Lima Barreto permanecia intransigente na sua posição de escritor que jamais se desligara do povo e em tudo que escrevia visava sempre a combater a opressão e a exploração que pesavam sobre o povo sofredor". (PEREIRA, Astrojildo. "Prefácio" in BARRETO, A. H. de Lima. Bagatelas. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 12-3)

A liberdade e a independência são marcas registradas do pensamento político de Lima Barreto. Recusando rótulos, partidos, associações e vinculações de qualquer ordem, o escritor move-se em meio a possíveis contradições e dispõe-se a obedecer cegamente apenas às suas idéias, à sua maneira de ver e compreender o mundo e ao seu bom senso. Contudo, nada disso o impede, como militante das letras, de pôr a sua pena a serviço desta ou daquela causa, desde que esta se mostre

compatível com sua leitura independente do mundo que o cerca. Sendo assim, em que reside o interesse do historiador diante de uma tal personalidade?

Certo de que através dos seus escritos podemos conhecer algo mais sobre o universo mental daquela época, tomei o caminho da reflexão política que Lima Barreto fazia sobre o seu tempo como chave para compreender um pouco do contexto político em que viveu.

Muitas vezes, quando se lê uma biografia tradicional, têm-se a sensação de estar assistindo uma aula de história sobre o período em que o biografado viveu - ainda que se possa discutir sobre que tipo de aula de história estamos falando. Como Lima Barreto já tem a sua biografia tradicional definitiva, elaborada por Francisco de Assis Barbosa, não é minha intenção fazer nova biografia, como já foi dito, mas adentrar de alguma forma na história de vida deste escritor, contemplando um recorte temático específico que é o seu pensamento político e as posições tomadas por este indivíduo no campo da política. Ao fazê-lo, conseqüentemente, estou abordando o debate político vigente na sociedade brasileira do início do século.

Antes que a repercussão da Revolução Russa de 1917 se espalhasse mundo afora e quando por aqui já se encontravam disseminadas as idéias anarquistas, uma coisa era certa: Lima Barreto já se tornara avesso ao modo de vida imposto pelo sistema capitalista. Refiro-me ao modo de vida porque sua aversão ao capitalismo é quase ilimitada, não se reduz a apenas alguns aspectos, inclui mesmo a dimensão cultural, os valores e tudo o mais que se possa imaginar implicitamente relacionado ao capitalismo.



Por ser assim, como ele próprio chegou a declarar, um "inimigo irreconciliável do capitalismo"<sup>1</sup>, é que naturalmente mostrava-se interessado em qualquer proposta alternativa de organização de sociedade que lhe fosse apresentada. Nesse sentido, foi um entusiasta das idéias anarquistas, solidarizou-se com o movimento operário e até mesmo militou na imprensa operária, lançou o que posteriormente ficou conhecido como "manifesto maximalista" e chegou mesmo a propor que aqui se levasse a cabo uma revolução social inspirada naquela ocorrida na Rússia, em 1917, desde que respeitadas as especificidades da sociedade brasileira. Mas como pano de fundo de tudo isso, estava sempre a discordância e a crítica persistente a um modelo de sociedade assentado sobre a exploração capitalista, do qual o Brasil era e é parte integrante.

Pode-se acreditar que existia um pressuposto comum e inicial a partir do qual o escritor pensava, compreendia e analisava tudo que se passava diante dos seus olhos atentos para os acontecimentos da época em que viveu:

"Em resumo, (...) se pode dizer que todo o mal está no capitalismo, na insensibilidade moral da burguesia, na sua ganância sem freio de espécie alguma, que só vê na vida dinheiro, dinheiro, morra quem morrer, sofra quem sofrer".<sup>2</sup>

Apesar do maniqueísmo presente nesta sua maneira de julgar os fatos, que atribui ao capitalismo o papel de causador genérico de todos os males, é possível notar nos seus artigos e crônicas a determinação com

---

<sup>1</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A tal história da anagem" in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 178. (A.B.C., 27.09.1919).

<sup>2</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 163. (27.09.1919).

que acompanha de modo crítico os mais diversos desdobramentos, de ordem política, econômica, social e cultural, do funcionamento e da dinâmica do sistema capitalista.

Contemporâneo que foi da primeira guerra mundial, sua análise do conflito faz com que o trate como um fenômeno de natureza "político-capitalista"<sup>3</sup>, e por mais esquemática que pareça sua interpretação, não hesita em considerar o imperialismo econômico como uma das principais causas da primeira grande guerra mundial. Esse ponto de vista nada contém de original e único, visto que posturas críticas do mesmo teor em relação à guerra e ao imperialismo já existiam no mesmo período<sup>4</sup>.

De um lado, uma corrente de interpretação marxista representada por Lenin, atribuía o conflito mundial à luta travada entre as potências capitalistas por novas oportunidades de investimento e pela partilha de novos domínios a serem convertidos em impérios coloniais. Note-se contudo que, para Lenin, assim como para os marxistas em geral, a única maneira de pôr fim ao imperialismo era dar cabo do próprio capitalismo.

Já de outro lado, numa perspectiva mais otimista - acreditando na capacidade do capitalismo se reformar e quiçá promover

---

<sup>3</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Memórias da guerra" in Feiras e Mafuás. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 184. (17.04.1920).

<sup>4</sup> Nos parágrafos seguintes faço uso de um trecho da dissertação de mestrado de Chalhoub - que posteriormente foi excluído da versão publicada - à respeito das interpretações sobre o imperialismo no início do século, analisando, entre outras obras, as seguintes: LENIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo in V. I. Lenine: Obras Escolhidas. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979. (Escrito em 1916). HOBSON, John A. Imperialism: a study. London, Butler & Tanner Ltd., 1961. (Publicado em 1902). Cf. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1984. Vol. I, p. 247-69.

uma distribuição de renda mais equânime entre os capitalistas e as classes trabalhadoras -, uma explicação de cunho liberal também não nega a contribuição que as disputas imperialistas por novos mercados possa ter dado para a eclosão da primeira guerra mundial. Nessa linha de interpretação tipicamente liberal, podemos tomar como expoente John Hobson, que embora fosse um crítico do imperialismo, não perdia as esperanças na viabilidade do capitalismo como sistema.

Embora certamente Lima Barreto não estivesse a par das interpretações de Lenin e Hobson, podemos afirmar que o escritor tece uma leitura da guerra que contém simultaneamente o argumento liberal clássico e o argumento marxista-leninista.

Inicialmente admite que aderiu à Liga pelos Aliados, mas quando julgou que esta havia desandado, transformando-se em "escritório" para negócios com gêneros de primeira necessidade, de imediato retirou o seu apoio. Da mesma forma, imaginava que o Brasil devesse fazer o mesmo, mantendo no mínimo uma postura neutra, porém o governo decidiu por meter-se "na guerra para tomar os navios mercantes alemães, passá-los a outras mãos, vender café, a fim de dar lucros e comissões avultadas a certos espertalhões"<sup>5</sup>. Além disso, a entrada dos Estados Unidos na guerra reforça a decisão de Lima Barreto de retirar seu apoio à Liga.

"A guerra, com a entrada deles, deixava de ter para mim a significação de um imenso sacrifício doloroso para atingirmos tempos melhores, passando a ser uma guerra como as outras.

"O Brasil (...) quebrou a sua neutralidade, sem nenhuma justificativa, em favor dos americanos e do seu Almirante Caperton, que, segundo a *Revista Americana*, possui na Marinha

---

<sup>5</sup>BARRETO, A. H. de Lima. "São capazes de tudo ..." in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 152. (06.01.1919).

dos Estados Unidos, a triste especialidade de interventor nas nossas pobres repúblicas mais ou menos escuras.

"Em seguida, sempre a reboque da América do Norte, declarou guerra à Alemanha, tomou-lhes os navios mercantes, etc., etc.

"(...) O Brasil é e está sendo caudatário desavergonhado da América do Norte"<sup>6</sup>.

O ódio que nutria em relação aos Estados Unidos pode ser perfeitamente compreendido. Estritamente no contexto da guerra

"(...) os meus motivos para detestar semelhante país eram os mesmos que eu tinha para querer o aniquilamento político da Alemanha.

"A sua vaidade patriótica, os seus processos cavilosos e dúplices com os mais fracos, o seu amor ao *Kolossal*, a sua estúpida concepção de domínio político ao jeito do defunto Império Romano, a meus olhos, faziam da república de Washington um equivalente americano da Alemanha de Bismarck"<sup>7</sup>.

Além disso, identificava os Estados Unidos como a própria personificação do capitalismo e da política imperialista. Como se percebe no artigo acima, Lima Barreto não ignorava a truculência da política externa americana em relação aos demais países do continente e não desperdiçava as oportunidades de pregar contra aquele que acreditava ser o agente disseminador mais competente dos ideais e dos valores capitalistas. Sobre Thomas Woodrow Wilson, presidente norte-americano que decidiu pelo ingresso dos Estados Unidos na guerra, afirma que

"representa um *trust* financeiro ou quer que seja, e julga os interesses do mundo através do prisma dos interesses deste

---

<sup>6</sup> *ibid.*, p. 153

<sup>7</sup> *ibid.*, p. 152-3

*trust*. Não há nada de ideológico nas suas palavras ou, melhor, nas suas intenções. Ele doura a pílula unicamente e é todo atual e interesseiro como os vendedores da pomada vienense, ali, na Rua do Ouvidor.

"(...) Os políticos negociastas não iriam pôr na Casa Branca um sujeito que não soubesse perorar, que não conhecesse a arte de enfeitar lugares comuns e fosse dizer aos seus patrícios e aos estrangeiros que o que eles querem é ganhar dinheiro, enfraquecer os outros povos e sangrá-los (...).

"Wilson, portanto, deitando essas discursivas filantrópicas pelo mundo, não está senão fazendo propaganda de alguma marca de máquinas de escrever ou preparando terreno para aumentar o território do seu país"<sup>8</sup>.

A sarcástica comparação entre Wilson e um vendedor de pomada ou de máquinas de escrever pretende dizer que ambos movem-se por um objetivo comum: o lucro, que é o que interessa acima de tudo.

E quem suspeita de que Lima Barreto tenha uma certa queda pelo regime monárquico, não se surpreende ao vê-lo assinar embaixo das idéias que constam de um livro escrito por Eduardo Prado, nos primeiros anos do regime republicano. *A Ilusão americana*<sup>9</sup>, que foi censurado à época do seu lançamento, é um panfleto na forma de livro e abre basicamente duas frentes de combate: uma campanha contra o expansionismo e a influência dos Estados Unidos no Brasil e no resto do continente, e uma outra campanha, essa em defesa da monarquia, da restauração monárquica e, portanto, anti-republicana. Foi certamente a propaganda monarquista que levou Floriano Peixoto a apreender a primeira edição do livro. Quanto a Lima Barreto, o que mais o interessava nesta publicação eram as críticas ao país da América do

---

<sup>8</sup> *ibid.*, p. 154-5

<sup>9</sup> PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo, IBRASA, 1980. A primeira edição é de 1893.

Norte. Por isso, diante desta obra de Prado, o escritor tece o seguinte comentário:

"Se lêssemos os autores corajosos, sinceros e honestos, veríamos bem que os processos políticos dos Estados Unidos são os mais ignóbeis possíveis; que eles têm por todos nós um desprezo rancoroso e humilhante; que quando falam em liberdade, em paz e outras cousas bonitas, é porque premeditam alguma ladroeira ou opressão"<sup>10</sup>.

E conclui o texto usando a frase que dá título ao artigo, simbolizando bem o que pensa sobre os americanos e o seu imperialismo: "Eles são capazes de tudo ..."

Lima Barreto preocupa-se sobretudo quando observa que o capitalismo torna os Estados Unidos e demais nações capazes inclusive de levar para as linhas de frente dos combates, milhares de homens que ignoravam estarem ali "(...) unicamente para que alguns especuladores ganhassem, em suma, um, dois, ou mais milhares de contos. Eis aí a guerra na sua essência"<sup>11</sup>.

Em 1919, quando já havia terminado a guerra, a vitória dos Aliados estava consolidada e se iniciara em Paris a Conferência de Paz, na qual estavam representados pelo menos vinte países, o escritor publica um artigo que retrata bem os impasses que dominavam as negociações. Meses depois seriam assinados diferentes tratados, entre eles o Tratado de Versalhes (em 28/6/1919), mas as impressões que lhe ficaram da guerra já despertavam outras idéias:

---

<sup>10</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "São capazes de tudo ..." in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 155-6. (06.01.1919).

<sup>11</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Homem ou boi de canga?" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 275. (s.d.).

"A monstruosa guerra européia que durou quatro anos, na qual se inutilizaram cerca de dez milhões de homens, que destruiu cidades, vilas, monumentos inestimáveis, bibliotecas, recordações do passado que as anteriores guerras tinham poupado, não sabe ela mesmo como acabar.

"Quando começou, parecia a todos os simplórios, mais ou menos ideólogos como eu, que bastava a anulação do brutal e estúpido poderio militar alemão para que os povos vencedores, cheios de boa fé e sinceridade, resolvessem rapidamente de vez, logo após a vitória, as cláusulas da paz.

"(...) Veio a vitória ou cousa parecida; a Alemanha ficou aniquilada militarmente, - porque então não se faz a paz?

"É que a guerra não conseguiu modificar a mentalidade dos dirigentes e dos seus imediatos clientes.

"Não há um dos muitos Estados políticos (...) que entraram (...) na contenda, que não se julgue como tendo preponderado na vitória.

"(...) Daí, essa Conferência de Paz que não chega a nada; que nada resolve (...). É um congresso de burgueses, (...) tendo as inteligências inteiriçadas em idéias obsoletas e feitas mais rígidas com a virtual vitória da Alemanha; eles, os seus membros, querem organizar a Terra, cada um no seu ponto de vista particular, de acordo com as ambições de suas respectivas burguesias.

"(...) A guerra não resolveu nada; ela faliu como processo para solucionar questões entre Estados. A resolução dessas questões só poderá ser obtida pela eliminação desses pequenos Estados ..."12

O adjetivo "pequenos" empregado pelo autor certamente não se refere ao tamanho ou às dimensões físicas de certos Estados, procura mesmo é apontar a pequenez e a mesquinhez que move suas ações e justifica o argumento do escritor de que não são mais capazes - se bem que não se possa afirmar que algum dia tenham sido - de representar os anseios e os interesses dos seus respectivos habitantes. Por isso, só resta a eliminação dos Estados enquanto modelo de organização social e política, como propõe Lima Barreto. Assim, temos bem a medida de até onde vai o seu desencanto com o capitalismo.

---

12 BARRETO, A. H. de Lima. "A guerra faliu" in Feiras e Mafuás. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 142-4. (19.04.1919).

É interessante observar como sua postura crítica ao modelo de sociedade capitalista leva-o a tecer uma análise capaz de articular de maneira coerente o contexto internacional - isto é, a política imperialista das grandes potências em busca de novas colônias e mercados, a afirmação dos movimentos nacionalistas pelo mundo afora (aos quais o escritor costuma chamar frequentemente de "patriotismo") e o desenvolvimento da grande guerra - com o contexto interno do Brasil.

N'O *Debate*, de 15/09/1917, Lima Barreto coloca-se uma questão que procura desenvolver ao longo do artigo: qual a causa do crescente encarecimento dos gêneros essenciais à sobrevivência dos brasileiros?

"Não há necessidade de ser muito enfrornado nos mistérios das patifarias comerciais e industriais, para ver logo qual a causa de semelhante encarecimento das utilidades primordiais à nossa existência.

"Nunca o Brasil as produziu tanto e nunca elas foram tão caras. O plantador, o operário agrícola continua a ganhar o mesmo; mas o consumidor as está pagando pelo dobro. Quem ganha? O capitalista. Ele e unicamente ele, porquanto o fisco mesmo continua a receber o mesmo ou quase o mesmo que antigamente"<sup>13</sup>.

Nos anos seguintes a este artigo, nota-se que o escritor dedica-se a explicar e conscientizar seus leitores da lógica que está por trás da carestia, expondo-lhes de maneira didática a oposição entre explorador e explorado que caracteriza o capitalismo. Assim, por exemplo, diante da repercussão que teve na Associação Comercial do Rio de Janeiro a possível regulamentação da exportação de açúcar, Lima Barreto não se omite. Tendo um tal "Senhor Franco", sócio da Zamith,

---

<sup>13</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre a carestia" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 191. (*O Debate*, 15.09.1917).



Meireles & Cia, que se fez porta-voz desta Associação, atacado "de modo desabrido não só o Alto Comissariado da Alimentação Pública, como todos aqueles que não se querem enriquecer com a miséria dos outros", acusando de "mandrião, vagabundo ou cousa que valha" todo brasileiro "que não se entregar ao 'alívio' do açúcar, isto é, vender para a República Argentina, para a Itália ou para o México, esse produto por menos da metade do que ele e seus sócios vendem aqui"<sup>14</sup>, o escritor reage indignado:

"A vida não é feita nem constituída de negócio de açúcar, como pensa o sócio do Pereira Lima, agente por demais sabido de vários *trusts* açucareiros.

"A vida é complexa, pede muitas atividades, pede muito pensamento.

"Se o senhor enriquece ou enriqueceu com açúcar, não sabe quanta dor, quanto sofrimento, quanto sangue, custaram os maquinismos com que o açúcar é fabricado nas suas usinas.

"Se não fossem semelhantes vagabundos que tinham em vista unicamente o bem da humanidade, o senhor não falaria com essa empáfia na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

"As firmas de São Paulo, Matarazzo e outros, Martinelli, aqui, e várias mais que eu não quero citar, têm tido lucros fabulosos, sem que isso tenha vindo em melhoria dos operários que a elas servem.

"Diz esse Senhor Franco que, se houver a regulamentação da exportação, dezenas de milhares de indivíduos, irão para a miséria. Pergunto eu agora; o que eles têm lucrado com os dividendos fabulosos que vocês têm tido?

"Os salários não aumentaram, enquanto todas as utilidades à vida sobem sempre de preço"<sup>15</sup>.

O artifício do "alívio" que os produtores de açúcar buscam ter é detalhadamente explicado, para que não parem dúvidas sobre as suas motivações:

---

<sup>14</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O Franco ..." in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 143. (*Brás Cubas*, 04.07.1918).

<sup>15</sup> *ibid.*, p. 144.

"Os usineiros e os seus comparsas, comissários, etc., no intuito de esfolarem a população nacional ou residente no Brasil, descobriram que o melhor meio de o fazerem era vender grandes partidas, para o estrangeiro, pela metade do preço por que as vendem aqui.

"Semelhantes patifes, (...) dizem que, se não fizessem tal coisa, sera a *débâcle* do seu negócio. Isto veio escrito nos jornais, com aquela arrogância peculiar a fazendeiros, especialmente os de cana, e fabricantes de açúcar. É o que eles chamam o 'alívio'.

"(...) Todo o fito do aperfeiçoamento das nossas máquinas, dos nossos processos industriais (é o caso do açúcar), tem sido produzir muito, rapidamente, para vender barato, de modo que o lucro, por mais insignificante que seja em um quilo, somado nas toneladas, dê, por fim, um lucro fabuloso.

"(...) Se o açúcar que eles vendem à República Argentina fosse lançado nos nossos mercados, o pequeno lucro que desse (...) seria suficiente para remunerar o capital (...).

"Não é necessário ir buscar autoridades em finanças e economia política, para demonstrar coisa tão evidente.

"Entretanto, a ganância, o cinismo, a desfaçatez, a alma de piratas dos caciques do açúcar não querem ver isto e esfomeiam os seus patrícios"<sup>16</sup>.

A ganância pelo lucro não é exclusividade dos usineiros do açúcar. O mecanismo do "alívio" está ao alcance de qualquer grande produtor e comerciante. "O que fica aí dito pode-se aplicar ao feijão (...); à carne verde, (...) fornecidas, a baixo preço, aos estrangeiros, enquanto nós, aqui, pagamos o dobro pelo quilo da mesma mercadoria; e assim por diante"<sup>17</sup>. Daí advém o tom ameaçador que Lima Barreto imprime ao final de um artigo:

"Desejo simplesmente dizer-lhes que tomem cuidado; que não é possível estar a abusar da paciência de nós todos, não é só dos operários aos quais não adulo, mas dos pequenos burgueses como eu, que receberam mais instrução do que todos os "francos" e não admitem esses insultos de tirano, tirano do

---

<sup>16</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre a carestia" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 191-2. (*O Debate*, 15.09.1917).

<sup>17</sup> *ibid.*, p. 193-4.

comércio, da agiotagem, da pirataria com que vocês querem saquear o Mundo"<sup>18</sup>.

Já tendo expressado toda a sua frustração com a sociedade que vive sob a tutela de um Estado dominado pelos interesses capitalistas, o escritor passa da ameaça à retomada da proposta de eliminação do Estado, pois não crê que se possa dar fim à miséria e à exploração desenfreada recorrendo a quaisquer de suas instituições. Referindo-se às classes dominantes do país e remetendo-se sempre à figura exemplar de José Rufino Bezerra de Cavalcanti, Ministro da Agricultura e produtor de açúcar, Lima Barreto só vê uma alternativa diante dessa relação promíscua entre o poder público e o capital:

"Em presença deles, devo proceder como em presença do salteador que me toma os passos, em lugar ermo, e me exige os níqueis que tenho no bolso. Só há um remédio, se não quero ficar sem os magros cobres: é matá-lo.

"Não há necessidade, entretanto, de o fazer, na parte relativa a esses cínicos do açúcar e outros. Semelhante gente não se incomoda em morrer: incomoda-se em perder dinheiro ou em deixar de ganhá-lo. É tocar-lhes na bolsa, que eles choram que nem bezeros desmamados.

"O povo até agora tem esperado por leis repressivas de tão escandaloso estanco, que é presidido por um ministro de Estado. Elas não virão, fique certo; mas há ainda um remédio: é a violência.

"Só com a violência os oprimidos têm podido se libertar de uma minoria opressora, ávida e cínica; e, ainda, infelizmente, não se fechou o ciclo das violências.

"(...) Não há outra esperança, pois eles dominam todo o mecanismo legal - o congresso, os juízes, os tribunais - e tudo isso só fará o que eles quiserem, e seria vão socorrermos-nos desse aparelho.

"É doloroso chegar a esta conclusão; (...) é doloroso, dizia, ver acabar tudo isto nas mãos de um tipo alvar, idiota, ignorante, cívico e cínico, como Zé Bezerra, para, com o trabalho de tantas gerações e a meditação de tantos sábios,

---

<sup>18</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O Franco ..." in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 144. (*Brás Cubas*, 04.07.1918).

trabalho e meditação que estão nas máquinas de suas usinas e nos processos do fabrico, esfoemar um país e rir-se de sua miséria.

"Nós sabemos porque ele ri-se; é porque conta com a força armada para apoiar o seu saque legal.

"Mas, Bezerra, é bom não contar com ela sempre. O soldado obedece sem saber, talvez; mas o oficial sabe ler e, quando se convencer de que pode comprar o teu açúcar ao quilo, dando-te lucro, por \$500 pois tu por esse preço o vendes ao argentino, ele não comandará a descarga sobre os desgraçados que forem expropriar os teus armazéns de açambarcador ministerial.

" 'Rira mieux qui rira le dernier' ..."<sup>19</sup>.

Leitor atento dos periódicos de sua época, da mesma forma que reage aos ataques vindos da Associação Comercial, não vacila diante de um ou outro artigo do qual discorde radicalmente, particularmente quando se trata de questões que dizem respeito às condições de vida da grande maioria da população brasileira. Assim o faz quando lê um artigo do engenheiro Sousa Leite, sobre o qual não fornece referências completas mas transcreve parcialmente. Segundo o escritor, teria dito o tal engenheiro que a abolição do ensino religioso nas escolas públicas tornou "as classes menos favorecidas da fortuna" menos resignadas com a sua pobreza. Essa camada social teria perdido "a crença inata e necessária de uma recompensa futura, como compensação e justa paga da pobreza sofrida com voluntária resignação e ânimo forte". O mais grave disso tudo, de acordo ainda com o engenheiro Leite, é que "fez irromper violenta e incoercível a aspiração à inteira igualdade de gozo e de fortuna, consequência lógica e fatal do materialismo triunfante"<sup>20</sup>.

Mais uma vez Lima Barreto reage com indignação e

---

<sup>19</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre a carestia" in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 192-3. (*O Debate*, 15.09.1917).

<sup>20</sup> Para os trechos citados neste parágrafo, ver BARRETO, A. H. de Lima. "Simple reparo" in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 122. (*A.B.C.*, 21.02.1920).

didatismo, deixando claro porque, já no "manifesto maximalista" de 1918, uma das medidas que propunha era o confisco dos bens de certas ordens religiosas. O que o levava a rejeitar a Igreja católica era sua percepção de que esta instituição religiosa aliara-se deliberadamente ao poder econômico. Para o escritor, a Igreja tratava de modo desigual os pobres e os ricos; aos primeiros pregava a resignação com suas precárias condições de vida, aos outros dava suporte moral e espiritual para que enriquecessem cada vez mais, auferindo certa participação nesse enriquecimento através de voluntariosas doações.

"Há, primeiro que tudo, a notar na sua afirmação, uma pequena impropriedade. Não se trata bem de pobreza, trata-se de miséria, de fome. O geral dos homens suporta, com ou sem religião narcotizadora, a pobreza; mas muito poucos suportarão a miséria, a fome, a nudez, quando têm mulheres e filhos e trabalham mais que os antigos escravos.

"Tudo encareceu devido à ganância e outras coisas, sobretudo, porém, à ganância dos ricos ou os que se fizeram ricos, sem que os salários e ordenados subissem proporcionalmente, sendo insuficientes, no confessar de todos, para o mais medíocre passadio das famílias pobres.

"(...) Os operários que estão agora a reclamar dos patrões e dos governos contra as condições de vida que lhes são impostas, foram até agora de uma cordura e de uma longanimidade de santos do *Flos Sanctorum*.

"Enquanto isso o que faziam os dirigentes? Enriqueciam nababescamente, acumulavam fortunas infinitas, de um modo feroz, de verdadeiros salteadores, sem dó nem piedade dos seus trabalhadores a morrer nos fundos das minas ou a suar sangue nas bocas dos fornos e fornalhas.

"(...) Os efeitos sedativos do ensino da Igreja sobre a ambição humana deviam se verificar na alma dos chefes, dos guias, dos patrões e dos empresários; quase todos católicos de quatro costados; o que se vê, porém, não é isso"<sup>21</sup>.

Segundo o escritor, a insensibilidade das classes dominantes no Brasil pretendia contar com mais do que a ação "narcotizadora" da

---

<sup>21</sup> *ibid.*, p. 123-5.

religião, a fim de manter o bom funcionamento da estrutura de exploração capitalista. Cogitavam, na época, poder dispor de um centro de poder mais seguro e distante da população miserável, carregando a capital da República para longe do Rio de Janeiro. Quando Lima Barreto fala dessa suposta pretensão, é para nós surpreendente notar como ele parece estar falando de algo que viria a se concretizar no futuro, de uma cidade concebida para o exercício autoritário do poder, como viria a ser Brasília, seis décadas depois:

"Suponho até que há por aí (...) muitos condes eclesiásticos e Rockefellers das tarifas alfandegárias, muitos descendentes dos cruzados, que não estão contentes com a cidade do Rio de Janeiro, para capital do Brasil. Acham-na totalmente imprópria e indigna de tal função.

"Na sua peculiar concepção ultramoderna e superhumana da vida, em que tudo é dinheiro, tende para ele e se resolve com ele; em que amor é dinheiro e dinheiro é amizade, lealdade, patriotismo, saber, honestidade; tais cavalheiros, dizia eu, (...) pensaram ultimamente em alugar, arrendar ou mesmo comprar uma cidade bem chic, bem catita, para capital desse feudo brasileiro, cujos habitantes miseráveis eles explorariam de longe com corvéias, banalidades, gabelas e outros impostos e dízimos batizados com nomes modernos e canalizados para as suas algibeiras por meios hábeis. Escusado será dizer (...) que o aluguel, o arrendamento ou a compra da cidade em condições seria realizada com o dinheiro do país"<sup>22</sup>.

Mas afinal, se o sistema capitalista é fonte de incontáveis insatisfações para o escritor, como superá-lo e o que deveria surgir em seu lugar? Já o vimos pregando o fim do Estado e o uso da violência, passemos então às idéias que fundamentam tais medidas, pois sabe-se que já se atribuiu a Lima Barreto filiação ao anarquismo e ao maximalismo. Vejamos então como e porque isso ocorreu.

---

<sup>22</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Carta aberta" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 108. (02.12.1918).

As greves de 1918, que caracterizaram um ascenso do movimento operário, agitaram os ânimos na imprensa carioca. Ao publicar uma carta aberta ao presidente eleito Rodrigues Alves, o escritor denuncia que, em novembro deste mesmo ano, vários artigos teriam sido publicados em diferentes jornais contendo a mesma interpretação que a polícia fizera das greves.

"Não é só isso. As crônicas e artigos que apareceram, dias depois, obedeciam todos a um mesmo esquema. (...) Se o chefe de polícia (...) tivesse expedido uma circular a tal respeito, em papel de sua repartição, a obra sairia mais igual, tão-somente isso, porque os artigos todos, se não são iguais são parecidos"<sup>23</sup>.

Um desses artigos foi insistentemente abordado e criticado pelo escritor por três vezes seguidas<sup>24</sup> entre o final de 1918 e o início de 1919. Intitulado "A posição do operariado", foi publicado n'*O Paiz*, em 22/11/1918, sem que constasse o nome do autor. Para Lima Barreto, é provável que tenha sido escrito por Azevedo Amaral<sup>25</sup>. Em síntese, seu conteúdo é o seguinte: considera a greve uma "atitude criminosa de um punhado de aventureiros e desequilibrados, que se improvisaram em organizadores de revolução". Cobra dos poderes públicos "a eliminação radical desses elementos dissolventes", o combate ao anarquismo e ao maximalismo e alerta os operários brasileiros para que "se protejam contra a contaminação dessas correntes malfazejas". O principal perigo

---

<sup>23</sup> *ibid.*, p. 111.

<sup>24</sup> Por ordem cronológica de publicação: "Da minha cela" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 97-106. (A.B.C., 25.11.1918). "Carta aberta" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 107-14. (02.12.1918). "Sobre o maximalismo" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 157-65. (01.03.1919).

<sup>25</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 158. (01.03.1919).

que tais doutrinas representam não é o uso da "violência destruidora e assassina" que possam provocar, mas "a depressão sistemática da atividade produtiva das nossas indústrias". A grande preocupação é com o possível "abatimento da intensidade de ação que precisamos manter em todas as esferas da nossa atividade nacional, para podermos acompanhar o ritmo viril do novo mundo forte"<sup>26</sup>.

Depreende-se deste artigo que a análise de Lima Barreto não era equivocada quando afirmava que os capitalistas não temem pelas suas vidas, mas sim pelos seus bolsos, pelos seus lucros. Pois a grande preocupação evidenciada por Amaral com relação às idéias anarquistas é a de que pudessem ameaçar a manutenção e a continuidade das atividades produtivas, fonte de lucro das camadas mais abastadas da população.

Mas há ainda um outro trecho que dá origem a comentários implacáveis nos artigos de Lima Barreto:

"A esse ideal novo de força, de ação e de trabalho, o anarquismo, refletindo os últimos vestígios da filosofia sentimental e chorosa do autor do 'Contrato Social', vem opor a utopia desvirilizada de um mundo enervado pela supressão da luta e da concorrência que elimina os fracos e os incapazes, e de uma terra adormecida na placidez estéril do nirvana da preguiça universal".

"(...) Os agitadores estrangeiros insistem nas velhas chapas da destruição das fronteiras e do caráter cosmopolita do movimento proletário. (...) Esse internacionalismo é um fenômeno secundário, que se apaga quando o ponto de vista particular dos grupos nacionais é posto em foco.

"Há sem dúvida no Brasil um problema trabalhista, mas é um problema trabalhista brasileiro, que tem de ser resolvido por métodos brasileiros, de acordo com as condições do meio brasileiro, segundo os desejos legítimos dos trabalhadores brasileiros e sem a intervenção impertinente de aventureiros

---

<sup>26</sup> "A posição do operariado" in O Paiz, 22/11/1918, p. 4.



estrangeiros, que aqui vem trazer aquilo que a Europa repudiou como imprestável e nocivo"<sup>27</sup>.

A estranha coincidência de conteúdo e forma entre os vários artigos publicados em diferentes jornais, todos semelhantes ao que acabamos de resumir, é explicada pelo escritor como fruto do ambiente que domina as redações dos jornais. "Essa semelhança fortuita, (...) esse uniforme julgamento deles sobre a agitação dos operários e as teorias que os animaram, o que se pode chamar a ambiência mental da imprensa periódica"<sup>28</sup>, resulta em artigos como o d'*O Paiz*.

"Para os homens de jornal, as nossas idéias de Estado, de direito e propriedade são intangíveis; promanam diretamente de Deus e são inabaláveis. Por deficiência de leitura, de meditação, de reflexão, (...) os jornalistas não percebem que, (...) tais idéias se têm revestido de diversos aspectos e formas várias e nada nos garante que as que temos nós atualmente, não possam ser modificadas, desde que o seu uso ou abuso venha a mostrar, como está acontecendo, que, longe de serem úteis, são nocivas e prejudiciais à humanidade.

"Se os homens de jornal não se deixassem envaidecer com a sua situação pessoal, procurassem reagir contra a ambiência mental da profissão e tivessem estudado um pouco dessas questões sociais que há tanto tempo estão na ordem do dia e preocupam todas as inteligências e os curiosos de cousas espirituais, não engoliriam os carapetões da polícia e sobre eles não bordariam os seus artigos e crônicas"<sup>29</sup>.

Bordar os seus próprios artigos é coisa que Lima Barreto sempre faz, permitindo-nos assim detectar sua simpatia com as propostas anarquistas e maximalistas. Simpatia que não se traduz, é bem verdade, em artigos ou crônicas onde o escritor deite complexas e

---

<sup>27</sup> "A posição do operariado" in *O Paiz*, 22/11/1918, p. 4.

<sup>28</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Carta aberta" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 112. (02.12.1918).

<sup>29</sup> *ibid.*, p. 112-3.

aprofundadas justificativas teóricas e ideológicas sobre suas opções políticas. Não estamos tratando de um ideólogo ou exegeta do anarquismo, do socialismo ou do que quer que seja. Buscamos sim, nas linhas e entrelinhas do que escreve na lida diária da imprensa carioca, traçar um perfil das suas convicções políticas.

Nada disso impede que o vejamos avançar mais ainda a discussão com Azevedo Amaral. Lima Barreto aponta, por exemplo, a indevida vinculação do anarquismo com a doutrina filosófica de Rousseau e, por mais de uma vez, cobra do articulista d'*O Paiz* um mínimo de coerência e de conhecimento sobre as diferenças entre as citadas correntes de pensamento.

"Quando, em 22 de novembro de 1918, ele disse que Jean Jacques Rousseau era anarquista ou que o anarquismo tinha origem na 'filosofia sentimental e chorosa' do autor do *Contrato Social*, eu, dias depois, pela revista A.B.C., emprezei-o a demonstrar tal cousa.

"(...) Nunca tinha encontrado, na leitura das obras de Rousseau, semelhante espírito, nem mesmo a mais tênue tendência para o anarquismo.

"Rousseau, ao contrário, é um crente da Legislação e do Estado, que organiza como uma máquina poderosa, para triturar o indivíduo, cujas atividades de toda a ordem devem ser marcadas por leis draconianas.

"(...) Ele é um crente na eficácia do Estado e da Legislação; e não há autor anarquista que seja capaz de subscrever tais palavras. Não há um, e com razão, que não negue o Estado e duvide da eficácia da Legislação. Em geral, o que o anarquismo quer, é soltar os homens, deixá-los agir livremente, sem leis, nem regulamentos, ou peias legais quaisquer, para que, pela livre e autonômica ação de cada uma das forças individuais, em virtude da simpatia que nos solicita, uns para os outros, se obtenha naturalmente o equilíbrio de todas as forças e atividades humanas"<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 159-60. (01.03.1919).

Se não manifesta adesão em definitivo a uma corrente ideológica, se não assina embaixo do que "o anarquismo quer", também não hesita, por exemplo, em defender os anarquistas e o movimento operário. Já em 1913, a passagem do 1º de maio suscitou vários artigos nos jornais, obrigando os jornalistas a "tratar da questão social". Como a tônica em geral foi de censura e condenação aos anarquistas e sua vinculação com os movimentos operários, o escritor, intitulando-se um "esnobe anarquista" e assinando como Isaías Caminha, personagem protagonista de um dos seus romances, escreve:

"As condições, portanto, da civilização do Brasil, quer as econômicas, quer as morais, quer as de território, justificam que haja quem desinteressadamente, brasileiro ou não, seja anarquista.

"(...) Os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas; e se há muitos que o são por ignorância ou 'esnobismo' consoante o dizer do jornalista conservador, mesmo assim merecem simpatias dos desinteressados, porque não usam daquelas ignorâncias nem daqueles 'esnobismos' que dão gordas sinecuras na política e sucessos sentimentais nos salões burgueses.

"Sentimos que o jornalista se haja emperrado no regime capitalista, mas estamos certos de que, por mais emperrado que seja, há de haver ocasiões em que pergunte de si para si: é justo que o esforço de tantos séculos, que a inteligência de tantas gerações, que o sangue de tantos homens de coração e o sofrimento de tantas raças, que tudo isso, enfim, venha simplesmente terminar nessa miséria, nesse opróbrio que anda por aí? É justo?"<sup>31</sup>

Em outro momento, início de 1920, ocorrida a apreensão do periódico *A Folha*, fundado e dirigido pelo escritor Medeiros e Albuquerque, Lima Barreto também não recua. Acreditando que aquele jornal fora apreendido porque vinha "mantendo uma campanha contra a

---

<sup>31</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Palavras de um snob anarquista" in Feiras e Mafuás. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 218. (*A Voz do Trabalhador*, 15.05.1913).

venda aos Estados Unidos dos navios que o Brasil tomou à Alemanha, por ocasião de declarar a guerra a esta"<sup>32</sup>, o escritor inicia um artigo lembrando o direito constitucional à livre manifestação do pensamento e a responsabilidade criminal, prevista em lei, do presidente da República que venha a tolher a liberdade de imprensa, impedindo a publicação ou circulação de jornais ou outros escritos impressos.

"Os agentes (...) apreenderam os jornais de Medeiros e Albuquerque, diante do povo bestializado; e, ao outro dia, um único quotidiano teve a coragem de denunciar semelhante escândalo, assim mesmo com reservas e injustificável prudência.

"(...) O que se deve indagar primeiro é se todo o ataque a um jornal ou à sua liberdade de circulação não é uma ameaça aos outros.

"(...) Até onde quererão ir os administradores do Brasil em sabujice?

"(...) As coisas com *A Folha* se passaram da mesma forma que com o *Spartacus* e a *Plebe* daí.

"Neste último caso, os grandes jornais de todo o país, não protestaram, ao que parece, porque se tratava de jornais de operários e apontados como anarquistas. Curioso motivo. Então só os doutores ou quase doutores, ou naturalizados doutores têm pensamento e podem exprimi-lo nos jornais? Então só os jornais de grande tiragem são imprensa?

"(...) Os casuístas do jesuitismo legiferante procurarão meios e modos de afirmar que os governos e sequazes podem inutilizar, apreender, impedir a circulação dos jornais modestos, cujas opiniões lhes desagradem.

"A lei deles é uma coisa morta: não tem mais alma. Ainda bem"<sup>33</sup>.

Para o escritor, a apreensão arbitrária de jornais operários resultam de uma mentalidade que está impregnada não só nas autoridades governamentais como também nos que comandam o aparelho policial. Pelo menos é o que ele percebe lendo os relatórios de um certo

---

<sup>32</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "O caso da *A Folha*" in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 252. (14.02.1920).

<sup>33</sup> *ibid.*, p. 252-4

delegado Nascimento Cloro. "Eu gosto do ar *tranchant* que ele toma quando discute essas questões de capital, de trabalho, de patrão, de operário"<sup>34</sup>. Irônico, como invariavelmente é, prossegue:

"É que ele, o doutor Cloro, recebeu a palavra divina; ele sabe o que o Nosso Senhor Jesus Cristo não sabia; ele sabe o que é a verdade.

"Com uma penada, cousas mais controvertidas e muito pouco solucionadas, ele as resolve de vez. É pena que não aplique esse seu poder ao crime e aos criminosos ...

"(...) No seu último relatório, temos este pedacinho de ouro, de ouro como ritmo, de ouro como idéia. Vejam só a cousa:

"Espíritos combatidos por uma psicose, não raro saturados por desmesurada egolatria, escolhem para campo de expansão ingênuas massas operárias e, insuflando-lhes a vaidade, incitam-nos a desvarios e crimes, na utópica persuasão de um possível absolutismo igualitário'.

"(...) Tenho que Cloro está fazendo *fausse route*. O seu lugar não é na polícia; é na Academia de Altos Estudo. Ele é um profundo sociólogo; o seu dever é ir professor sociologia na referida academia. Não há que hesitar; vá já, e já!"<sup>35</sup>

Mas o que certamente representa um marco nos pronunciamentos de teor político do escritor é o artigo que ficou conhecido como "manifesto maximalista", intitulado "No ajuste de contas" e publicado em maio de 1918. A ele se seguiriam outros, retomando a mesma temática, tratando em particular um dos pontos do "manifesto" ou avançando um detalhamento maior sobre suas idéias. O "manifesto" compunha-se de quatro propostas básicas que até tinham uma certa previsão para serem aplicadas:

"logo acabada esta guerra que é o maior crime da humanidade, quando os filhos e os outros parentes dos pobres diabos que lá estão morrendo às centenas de milhares, ou se estropiando,

---

<sup>34</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Um sociólogo" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 133. (*Careta*, 21.08.1920).

<sup>35</sup> *ibid.*, p. 133-4.

tiverem de ajustar contas com esta burguesia cruel, (...) que enriqueceu e está se enriquecendo de apodrecer, com esse horroroso crime, nós, os brasileiros, devemos iniciar a nossa Revolução Social, com essas quatro medidas (...)"<sup>36</sup>.

Ainda no próprio "manifesto", as medidas são precedidas de uma justificativa inicial que consiste em expor ao leitor as suas constatações quanto às ações do governo no que diz respeito ao aprofundamento das desigualdades sociais.

"A nossa finança governamental só conhece dous remédios para equilibrar os orçamentos: aumentar os impostos e cortar lugares de amanuenses e serventes. Fora desses dois paliativos, ela não tem mais beberagem de feiticeiro para curar a crônica moléstia do *déficit*.

(...) O aumento de imposto parte, em geral, dos nossos financeiros parlamentares. Eles torram os miolos para encontrar meios e modos de inventar novos; e, como bons burgueses que são, ou seus prepostos, sabem (...) que o dinheiro não tem cheiro.

"(...) Essa pesada massa de impostos, geralmente sobre gêneros de primeira necessidade, devendo ser democraticamente igual para todos, vem verdadeiramente recair sobre os pobres, isto é, sobre a quase totalidade da população brasileira que é de necessitados e pobríssimos, de forma que as taxas dos Colberts da nossa representação parlamentar conseguem esta cousa maravilhosa, com as suas medidas financeiras: arranham superficialmente os ricos e apunhalam mortalmente os pobres"<sup>37</sup>.

Assim, as medidas propostas pelo escritor teriam o fito de pôr fim, de maneira radical, à forma como encontra-se estruturada a sociedade brasileira. Trata-se de inverter prioridades: ao invés de se assegurar o lucro para poucos, propõe-se uma divisão mais igualitária das riquezas entre todos. Se o próprio Estado e as leis encontram-se

---

<sup>36</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "No ajuste de contas" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 96. (11.05.1918).

<sup>37</sup> *ibid.*, p. 88-9.

organizados de modo a garantir esses privilégios, propõe-se que passem a garantir condições mínimas de vida para a maioria da população. O próprio Lima Barreto resumiu do seguinte modo o que foi proposto no "manifesto maximalista":

"No meu artigo 'No ajuste de contas' inspirado nas vagas cousas sobre a Revolução Russa, de que tinha notícia, eu pedia que se pusesse em prática quatro medidas principais:

- a) supressão da dívida interna, isto é, cessar de vez, o pagamento de juros de apólices, com o qual gastamos anualmente cerca de cinquenta mil contos;
- b) confiscação dos bens das ordens religiosas, sobretudo as militantes;
- c) extinção do direito de testar; as fortunas, por morte dos seus detentores, voltavam para a comunhão;
- d) estabelecimento do divórcio completo (os juristas têm um nome latino para isto) e sumário, mesmo que um dos cônjuges alegasse amor por terceiro ou terceira"<sup>38</sup>.

Como se vê, o escritor inspira-se nas "vagas cousas" de que tinha notícia sobre a Revolução Russa. Isso denota que as propostas "maximalistas" surgem mais como resultado do seu interesse pelo que estava ocorrendo na Rússia, do que pelo conhecimento detalhado em relação ao que se passava de fato naquele país. Como contemporâneo daquele movimento revolucionário, certamente não tinha noção exata dos acontecimentos e conseqüentemente não dominava integralmente as suas motivações e desdobramentos, visto que - não custa nada lembrar - não se tinha acesso tão rápido às informações como hoje. Portanto, conclui-se que certamente o termo "maximalismo" era empregado sem muito rigor, sendo associado frequentemente ao episódio da Revolução Russa de 1917.

---

<sup>38</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 162. (01.03.1919).

Diante dessa "confissão" e do próprio alcance até certo ponto limitado do "ajuste de contas" proposto à sociedade brasileira, fica evidente que seria precipitado e inadequado classificar Lima Barreto de maximalista ou socialista. O mais apropriado seria admitirmos que tamanha era sua insatisfação e sua crítica em relação ao capitalismo, que a vontade de subvertê-lo era capaz de mantê-lo permanentemente mobilizado nesse sentido. Para isso, aceitava ser chamado e até mesmo se autodenominava anarquista, maximalista ou socialista, não porque tivesse um projeto pronto e elaborado para um Brasil socialista, por exemplo, mas porque não suportava viver numa sociedade marcada por profundas e desumanas desigualdades de toda ordem. Se o capitalismo inviabilizava o acesso à cidadania para todos, era imperioso derrubá-lo e substituí-lo por algum outro modelo de organização política, econômica e social em que fosse possível tentar ampliar o alcance da cidadania, ou em que fosse possível dar condições dignas de vida e oportunidades para a população como um todo.

Assim, mesmo não sendo um ideólogo desta ou daquela corrente de pensamento, os ideais da Revolução Russa o animavam a combater as práticas capitalistas que acreditava serem as principais responsáveis pela exclusão social e política em que a maior parte da população brasileira se encontrava mergulhada.

Nesse combate, seus artigos e crônicas eram as armas de que dispunha e se utilizava nas trincheiras da imprensa cotidiana. Vale a pena portanto, observar a dimensão das propostas do próprio "manifesto maximalista" e de outros textos publicados que a ele se seguem.



Uma das idéias básicas veiculadas no "manifesto" é a reformulação do conceito de propriedade. Lima Barreto considerava que um primeiro passo seria dado nesse sentido "se riscássemos do Código Civil o direito de testar, e as fortunas, por morte dos seus detentores, voltassem para o Estado"<sup>39</sup>. Como já foi dito, seria preciso entender e admitir que "a propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e a de sua família"<sup>40</sup>.

É a partir dessa idéia básica que surgem as demais. Todas, de certa forma, remetem para uma mudança na questão da posse e uso de bens e propriedades.

Ao propor a "supressão da dívida interna, isto é, cessar de vez, o pagamento de juros de apólices"<sup>41</sup>, o escritor está obedecendo a um mesmo princípio: "o que se diz com relação à propriedade imóvel, pode-se dizer para a móvel. Creio que é assim que os financistas denominam as apólices, moedas, títulos, etc."<sup>42</sup>.

Ainda no âmbito da questão da propriedade "outra medida que se impõe, é o confisco dos bens de certas ordens religiosas, bens que representam dádivas e ofertas da piedade, ou quer que seja (...). Voltem à comunhão, os bens"<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "No ajuste de contas" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 94. (11.05.1918).

<sup>40</sup> *ibid.*, p. 90.

<sup>41</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 162. (01.03.1919).

<sup>42</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "No ajuste de contas" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 91. (11.05.1918).

<sup>43</sup> *ibid.*, p. 93.

Por fim, uma quarta e última medida refere-se ao "estabelecimento do divórcio completo e sumário"<sup>44</sup>. Seria uma "reforma radical do casamento" em que

"o Estado só saberia do 'caso', como atualmente, com o nascimento, por comunicação escrita das partes, para o competente registro. Não haveria nunca comunhão de bens e a mulher poderia soberanamente dispor dos seus.

"O divórcio seria completo e podia ser requerido por um dos cônjuges e sempre decretado, mesmo que o motivo alegado fosse o amor de um deles por terceiro ou terceira"<sup>45</sup>.

A extinção da dívida interna é retomada pelo escritor numa de suas crônicas para a *Careta*, sintomaticamente intitulada "Negócio de maximalismo". Na descrição de um diálogo surge uma solução simples e eficaz para o problema dessa dívida:

"Noutro dia, eu disse a um camarada meu que se devia extinguir a dívida pública.

"- Mas, como? exclamou ele.

"Eu lhe disse que nós já havíamos pago essa dívida e que não havia motivos para continuarmos a pagar.

"Ele não se convenceu e, então, eu perguntei com argumento *ad homine* :

"- Você, quantas apólices tem?

"- Eu! Nenhuma!

"Assim são todos eles. Nada há que os obrigue; mas todos eles, devido a superstições ancestrais, se julgam obrigados a ser solidários com estados sociais que não os conhecem.

"(...) Não devemos dar o nosso assentimento tácito a todas as extorsões que andam por aí"<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 162. (01.03.1919).

<sup>45</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "No ajuste de contas" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 95. (11.05.1918).

<sup>46</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Negócio de maximalismo" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 119. (*Careta*, 20.09.1919).

Já o confisco dos bens de ordens religiosas coaduna-se com a aversão que Lima Barreto nutre em relação à Igreja Católica, devido à aliança que nota existir entre esta instituição religiosa e as classes dominantes, pondo-se àquela a serviço do poder econômico. Para o escritor, a Igreja não pode pregar a resignação aos pobres e ser o esteio espiritual de minorias que enriquecem em detrimento do conjunto da população. Por isso, nada mais justo do que deixar de tolerar esse papel que a Igreja vem desempenhando e inseri-la obrigatoriamente num processo de divisão mais igualitária de bens e propriedades.

"Agora mesmo, com esse explodir ruidoso das reivindicações das classes oprimidas, aqui e ali, na América e na Europa", foi possível perceber de que lado a Igreja se encontra. Embora não negue que ela já tenha "presidido, favorecido e patrocinado muita reforma social útil e favorável à fraternidade entre os homens" ao longo de sua existência, não há também como negar que "desde a Renascença para cá (...) ela se mostra completamente impotente para continuar a fazer tal coisa"<sup>47</sup>. E explica mais detalhadamente:

"A política da Igreja tem consistido nesses últimos tempos, em sustentar a classe poderosa no momento, com unhas e dentes, desculpar os seus erros e crimes, para poder viver; e quando ela, a classe poderosa, é derrubada e abatida, aliar-se à vitoriosa que lhe sucede.

"(...) O seu método consiste em cultivar, desculpar, ou mesmo defender os preconceitos, as vaidades, os erros, e crimes das classes dominantes de um país, para dominar o resto dos seus habitantes, obter privilégios, isenções e dominar, enfim, esse país".

"(...) Todas as vaidades e preconceitos das classes ricas do Brasil, ela afaga e aumenta.

"(...) Para qualquer erro, abuso de poder, opressão ou vexame impostos pela nossa burguesia rica, urbana ou rural,

---

<sup>47</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A circular do Reverendo Vigário Geral" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 238. (08.04.1919).

administrativa ou comercial à população miserável do país, ela não tem uma palavra de reprovação ou censura; ao contrário: procura atenuar ou explicar com manha e jeito"<sup>48</sup>.

Em vista do exposto é que Lima Barreto não hesita em propor o confisco e o retorno dos bens da Igreja em favor da comunidade, pois não há

"nenhuma propriedade mais social de que esta. Ela fora obtida com donativos de gerações sobre gerações, partidos de pessoas de todas as condições, sexo e idade; não tinha como as outras a individuação da herança, com a passagem de pai a filho, não havendo nela, como nesta, o vínculo imaginário do sangue, de ancestral para o seu imediato descendente, dos avós, etc.; e, portanto, desde que, por isso ou aquilo, a nação dela precisasse, todo o direito tinha de se apossar dela"<sup>49</sup>.

Na análise do escritor, tudo isso se justifica em face de sua preocupação central com a necessária extinção das desigualdades sociais e da exclusão social.

"A Igreja pode ter sido divina, mas hoje ela não o é. (...) O seu geral espírito de hoje, é muito humano, muito atualmente humano, e, para dominar, para se manter, ela, mesmo em contradição com os seus fundamentos, está disposta a apoiar os fatores da miséria, do sofrimento, das dores, dos crimes entre os homens que podem quase totalmente ser removidos, desde que o seja a sua desigualdade social e econômica"<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> *ibid.*, p. 238-40.

<sup>49</sup> *ibid.*, p. 241-2.

<sup>50</sup> *ibid.*, p. 243. Dois meses depois da publicação do "manifesto maximalista", Lima Barreto já afirmava que na Igreja tem-se "da propriedade a concepção mais atrozmente burguesa que se pode imaginar. Eles prestigiam os espertalhões e mais agiotas de tal modo que, não podendo aproveitar tudo o que possuem, deixam, entretanto, muitos homens, mulheres e crianças morrer à míngua. Eles prestigiam essa gente e são prestigiados por ela". BARRETO, A. H. de Lima. "Não há remédio ..." in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 249. (20.07.1918).

O escritor também vê nos interesses que cercam boa parte dos casamentos um obstáculo aos seus propósitos. Portanto, quer retirar a participação do Estado das uniões conjugais e subtrair-lhe o caráter de negócio entre famílias, através da instituição do divórcio - medida em relação a qual a Igreja também se opõem e leva Lima Barreto a questioná-la:

"Na família, obstam, com todos os seus refinados argumentos, hipócritas, a instituição do divórcio; cultivam entre os cônjuges que se odeiam a mútua falsidade de gestos e palavras, para não consentir no estabelecimento do divórcio completo; reforçam a estúpida concepção de honra conjugal, uma brutal idéia do medievo, que leva os nossos pobres homens de hoje a praticar selvagens assassinatos, que eles não seriam capazes de fazer se não fora essa cultura paleolítica de idéias, sentimentos e noções de que se incumbem os padres em geral"<sup>51</sup>.

Não foi à toa que Lima Barreto combateu inúmeras vezes os frequentes assassinatos de mulheres pelos seus maridos. Há na sua crítica aos uxoricidas uma crítica ao modo como se encontra estruturada a família burguesa. O escritor percebia que os homens casados passavam a considerar as mulheres como parte de seus bens e que diante do adultério feminino não lhes restava outra opção senão lavar a própria honra com o sangue da esposa adúltera. Como já foi observado por Soihet, na medida em que se permite ao homem daquela sociedade extravasar sua agressividade sobre aquilo que possui, "sendo o corpo da mulher considerado uma propriedade sua"<sup>52</sup>, nos casos de adultério usava-se, como sugere a historiadora, "um peso e duas medidas". Pois

---

<sup>51</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Não há remédio ..." in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 249. (20.07.1918).

<sup>52</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência; mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro, Forense Universidade, 1989. p. 256

segundo o Código Penal de 1890, "só a mulher era penalizada por adultério, sendo punida com prisão celular de 1 a 3 anos. O homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina teúda e manteúda"<sup>53</sup>. Portanto,

"Os motivos de uma punição são óbvios, já que o adultério representava os riscos da participação de um bastardo na partilha dos bens e gestão dos capitais. O homem, em verdade, tinha plena liberdade de exercer sua sexualidade desde que não ameaçasse o patrimônio familiar. Já a infidelidade feminina era, via de regra, punida com a morte, sendo o assassino beneficiado com o argumento de que este se achava 'em estado de completa privação de sentidos e de inteligência', no ato de cometer o crime, ou seja, acometido de loucura ou desvario momentâneo, ante o fato de ter vilipendiada a sua honra. Na prática, reconhecia-se ao homem o direito de dispor da vida da mulher"<sup>54</sup>.

Dessa forma, ao propor a extinção do estatuto civil do casamento e a criação do divórcio sumário, o escritor pretende atacar essencialmente os valores burgueses que regem as uniões conjugais. Até porque, como se pode perceber nos seus artigos e crônicas, Lima Barreto já não suporta mais conviver com os uxoricídios motivados por adultério<sup>55</sup>, uma prática certamente apoiada "na tradição de um patriarcalismo brasileiro, onde a honra foi sempre lavada com sangue - a honra dos maridos traídos como a de pais cujos filhos foram desleais ou a de coronéis indignados com a traição dos seus capangas"<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> *ibid.*, p. 278-9.

<sup>54</sup> *ibid.*, p. 279.

<sup>55</sup> São exemplos significativos disso alguns artigos que já no título anunciam a que vieram: "Não as matem" in *Vida Urabana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 83-5. (*Correio da Noite*, 27.01.1915). "Lavar a honra, matando?" in *Vida Urabana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 129-31. (*Lanterna*, 28.01.1918).

<sup>56</sup> SOIHET, R. *op. cit.*, p. 278.

Mas é na extinção dos testamentos que está o cerne da sua proposta. O que ele pretende atingir é exatamente toda uma reformulação do conceito de propriedade, pondo fim ao direito de herança. Associada a esta questão aparece uma outra, não menos importante, que Lima Barreto não abordara no "manifesto maximalista": "não quis, porém, tratar do problema agrário nacional que é um dos mais prementes"<sup>57</sup>.

Divergindo de Monteiro Lobato quanto às prioridades a serem enfrentadas no âmbito da produção agrícola, revela-se o que pensa o escritor sobre o tema. Tendo Lobato lhe enviado um opúsculo reunindo artigos publicados no *Estado de São Paulo* em 1918, a respeito do saneamento no interior do Brasil, intitulado "O Problema Vital"<sup>58</sup>, Lima Barreto concorda com a necessária realização do mesmo:

"Trabalhos de jovens médicos como os doutores Artur Neiva, Carlos Chagas, Belisário Pena e outros, vieram demonstrar que a população roceira do nosso país era vítima desde muito de várias moléstias que a alquebravam fisicamente (...).

"Os identificadores de tais endemias julgam ser necessário um trabalho mais sistemático para o saneamento dessas regiões mais afastadas e não são só estas. Aqui, mesmo, nos arredores do Rio de Janeiro, o doutor Belisário Pena achou duzentos e cinquenta mil habitantes atacados de maleitas, etc. (...).

"Por este lado, julgo que ele e os seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Têm toda a razão"<sup>59</sup>.

Mas observa que na sua opinião o "problema vital" é outro:

---

<sup>57</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Sobre o maximalismo" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 162. (01.03.1919).

<sup>58</sup> LOBATO, Monteiro. *O problema vital*. São Paulo, 1919.

<sup>59</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Problema vital" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 131-2. (22.02.1918).

"O que não concordo com eles, é com o remédio que oferecem. Pelo que leio em seus trabalhos, pelo que a minha experiência pessoal pode me ensinar, me parece que há mais nisso uma questão de higiene domiciliar e de regimen alimentar.

"A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono do calçado.

"A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola - a fazenda. (...) Mesmo em terras ultimamente desbravadas e servidas por estradas de ferro, como nessa zona da Noroeste, que Monteiro Lobato deve conhecer melhor do que eu, a fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais a filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse do seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as suas terras.

"(...) Para isso todos aqueles agregados ou cousa que valha, que são admitidos a habitar no latifúndio, têm uma posse precária das terras que usufruem; e, não sei se está isso nas leis, mas nos costumes está, não podem construir casa de telha, para não adquirirem nenhum direito de locação mais estável.

"Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que procurar meios e modos de fazer desaparecer a 'fazenda'"<sup>60</sup>.

O escritor desloca-se em seus artigos e crônicas por vários temas e problemas nacionais, mas não se afasta de um eixo de análise que resulta numa mesma leitura e posicionamento político diante das questões que aborda:

"O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regimen capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta, e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na 'Casa Grande' ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o 'Problema vital'"<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> *ibid.*, p. 132-3

<sup>61</sup> *ibid.*, p. 133



Ao ampliar o foco de abordagem do problema agrário que vive o país, Lima Barreto procura fazer ver aos médicos e higienistas, bem como a Monteiro Lobato, que a solução não se restringe a medidas como as que eles propugnam. A questão carece de um olhar menos excludente, capaz de perceber que em sua raiz está a concentração fundiária que há tempos persiste na sociedade brasileira. Para o escritor, enquanto perdurar esta estrutura e se mantiver o latifúndio, ou a "fazenda", não há medida "científica" capaz de reverter o quadro dominante em nossa agricultura.

Essa concepção do que seja o verdadeiro "problema vital", traz em seu bojo um argumento que ameaça a estratégia dos homens da ciência e da técnica - os médicos, higienistas e engenheiros - de ocupar progressivamente os espaços de poder e da própria administração pública, na medida em que denuncia a incapacidade desses "doutores" para pensar e refletir sobre a realidade como um todo, contemplando os mais diferentes aspectos envolvidos em problemas como o da produção agrícola. Realçando a dificuldade que têm de lidar com o real a não ser que o fragmentem, Lima Barreto expõe uma outra face do modo como articula suas idéias políticas. Mas isso já é assunto para o próximo capítulo.

Por ora, resta-nos apenas observar que, cultivando uma tal concepção de propriedade como a que vimos até aqui, era natural ver suas idéias associadas ao maximalismo e à Revolução Russa de 1917. Talvez por isso, em julho de 1918, dois meses após o "manifesto maximalista" vir a público, o escritor solta um artigo que, comparado àquele, bem poderia ter sido chamado de "manifesto socialista".

Acreditando que o movimento revolucionário na Rússia abalara "não unicamente os tronos, mas os fundamentos da nossa vilã e ávida sociedade burguesa"<sup>62</sup>, o articulista aponta o caminho que gostaria ver seguido pela sociedade brasileira:

"Não posso negar a grande simpatia que me merece um tal movimento; não posso esconder o desejo que tenho de ver um semelhante aqui, de modo a acabar com essa chusma de tiranos burgueses, acorados covardemente por detrás da lei, para nos matarem de fome, elevando artificialmente os preços dos gêneros e artigos de primeira necessidade, como: o açúcar, a carne, o feijão, o arroz, o café, o sal, o pano, à custa de estancos, de *trusts*, de *corners*, de 'alívios', tráfico de homens e outras inacreditáveis espécies de assaltos à economia de toda uma população miserável (...).

"Ninguém vê que o Estado atual é 'dinheiro' e o 'dinheiro' é a burguesia que açambarca, que fomenta guerras, que eleva vencimentos, para aumentar os impostos e empréstimos, de modo a drenar para as suas caixas fortes todo o suor e todo o sangue do país, em forma de taxa alta de preços e juros de apólices.

"Precisamos deixar de panacéias; a época é de medidas radicais.

"Não há quem, tendo meditado sobre esse estupendo movimento bolcheviquista, não lobrigue nele uma profunda e original feição social e um alcance de universal interesse humano e de incalculável amplitude sociológica.

"(...) Todos os homens de inteligência e de coração, independentes, tanto aqui como acolá, ficaram pensativos diante de uma revolução que tão fundamente atingiu os alicerces, não só os de um grande e poderoso império, como também os de todas as concepções matrizes das atuais aglomerações humanas, chamadas civilizadas"<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "Vera Zassúitch" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 72. (14.07.1918).

<sup>63</sup> *ibid.*, p. 72-4.

#### 4. “A superstição do doutor”

“O que faliu, para falar de um modo geral, foi o nosso 'doutor'. Não era preciso pôr 'nosso' porque, creio, não haver país no mundo em que haja esse tipo nacional que é o 'doutor'.

“É deveras complexo defini-lo mas poderemos esboçá-lo rapidamente. É um sujeito medíocre intelectualmente que possui um diploma (...) para exercer uma certa e determinada profissão liberal; mas que, em geral, não a exerce, exercendo outras díspares. Entretanto usa do título para espantar o povo e mantê-lo à distância ou cavar posições. Esse respeito supersticioso do povo pelo doutor degenerou o ensino, de forma que um sujeito que quer subir, que tem ambições legítimas ou equívocas, a primeira coisa que faz - é arranjar ser doutor, custe o que custar, haja o que houver”. (BARRETO, A. H. de Lima. “Tudo junto” in *Impressões de Leitura*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 226)

“Então só os doutores ou quase doutores, ou naturalizados doutores têm pensamento e podem exprimi-lo nos jornais? Então só os jornais de grande tiragem são imprensa?” (BARRETO, A. H. de Lima. “O caso da *A Folha*” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 253-4)

Neste perfil político de Lima Barreto que até aqui vimos traçando, falta abordar ainda um aspecto de fundamental importância. Já no “manifesto maximalista”, logo em seguida às quatro medidas de aplicação mais urgente propostas pelo escritor, constava um alerta, ao final do artigo, sobre a necessidade imperiosa de serem tomadas “outras

medidas radicais”, a fim de dar curso a uma verdadeira revolução social no Brasil. Fazendo questão de se utilizar da máxima ênfase, o “manifesto” preconizava “uma reforma cataclísmica no ensino público, suprimindo o ‘doutor’ ou tirando deste a feição de brâmane do código de manu, cheio de privilégios e isenções”<sup>1</sup>.

O que Lima Barreto põe-se a desvendar e a combater é uma aliança espúria que ele nota existir entre o saber e o poder, ou, mais precisamente, entre a ciência e o exercício da administração pública. A contestação a essa aliança fazia-se necessária na medida em que ela se inseria num contexto mais amplo de exclusão e desigualdes políticas e sociais, contexto esse que o escritor desejava ver modificado para dar lugar a uma sociedade mais democrática e onde a cidadania fosse mais abrangente.

Pelo menos duas vertentes dessa aliança são abordadas frequentemente em seus artigos e crônicas. Uma diz respeito à ascensão social e, por vezes, política, que os portadores de títulos acadêmicos e supostamente científicos buscavam alcançar desde que alçados à condição e ao status de “doutor”. Ou seja, estamos nos referindo aos indivíduos que vislumbravam no ensino superior não o exercício da medicina, da engenharia ou do direito, mas sim o usufruto dos privilégios advindos da posse de um título como este, a possibilidade de ascensão social, profissional e quiçá política, bem como a chance de galgar alguns degraus acima na escala das desigualdades sociais, tornando-se cidadão de primeira classe ou mais cidadão que os demais brasileiros. Trata-se, em última instância, de analisar o papel social

---

<sup>1</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “No ajuste de contas” in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 96. (11.05.1918).

desempenhado pelos homens letrados numa sociedade predominantemente analfabeta.

Uma outra vertente diz respeito à despolitização das práticas administrativas. Lima Barreto contesta e denuncia firmemente a introdução de uma concepção despolitizadora do ato de governar, que procura atribuir à administração pública um caráter supostamente neutro, objetivo, técnico e, porque não, científico. Defendendo os interesses do Estado e da Nação, a ciência e os cientistas desautorizam e desqualificam a política, afirmando que a sociedade só pode ser gerida de maneira eficaz se submetida aos ditames daqueles que efetivamente encontram-se qualificados para isso. Deste modo, procura-se retirar a gestão do Estado da arena política, a fim de que possa ser tratada de forma neutra e competente por técnicos habilitados para a tarefa, e não por leigos despreparados. Em suma, o escritor não tolera a tentativa de despolitizar algo que lhe parece essencialmente político. Contudo, iremos por partes e abordaremos primeiramente a desenfreada busca de alguns contemporâneos de Lima Barreto por toda a sorte de privilégios que os títulos acadêmicos eram capazes de proporcionar aos seus felizes portadores.

Quando trata deste tema, não há artigo do escritor que desperdice a oportunidade de desmitificar a formação recebida por nossos técnicos e cientistas nos cursos superiores. O que se nota mesmo é que ele faz questão de revelar o quanto é falha essa formação e, conseqüentemente, quão falsa é a impressão que geralmente se tem da seriedade e da neutralidade dos propósitos desses médicos, engenheiros e advogados.

“Essa história de ‘científico’ é outra pomada do nosso ensino superior e dos nossos doutores.

“Não basta ser médico ou engenheiro, para ser cientista; é preciso muito mais. Um médico ou engenheiro são práticos de certas profissões que se socorrem de dados de tais ou quais ciências; e, na generalidade, para o uso da maioria desses profissionais, esses dados são relativamente muito reduzidos. Cientista é outra coisa muito diversa”<sup>2</sup>.

Vale lembrar que o próprio Lima Barreto frequentou a Politécnica durante algum tempo. Mais tarde admitiria que o fizera mais para atender a pressões do seu pai nesse sentido, do que por convicção de que seria um bom engenheiro. Já naquela época acreditava que seu ramo era outro, o das letras. Mas o fato é que aquela experiência - amarga, por sinal - permitira-lhe vivenciar um pouco do ambiente acadêmico, pelo menos o suficiente para adquirir a certeza de que dali saíam muito mais pretensos técnicos e engenheiros, do que genuínos cientistas. Também por isso fazia questão de desacreditá-los publicamente, através de seus artigos e crônicas, ainda mais quando esboçavam ares de sábios e donos da verdade em matéria de administração pública.

Diante da idéia de se criar uma Universidade no Rio de Janeiro, vemos a quantas anda o conceito que o escritor tem das escolas de ensino superior:

“O intuito dos propugnadores dessa criação é dotar-nos com um aparelho decorativo, suntuoso, naturalmente destinado a fornecer ao grande mundo festividades brilhantes de colação de grau e sessões solenes.

“Nada mais parece que seja o intuito da ereção da nossa universidade.

---

<sup>2</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “As reformas e os ‘Doutores’” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 238. (16.01.1921).

“De todos os graus do nosso ensino, o pior é o superior; e toda a reforma radical que se quisesse fazer nele, devia começar por suprimi-lo completamente.

“O ensino primário tem inúmeros defeitos, o secundário maiores, mas o superior, sendo o menos útil e o mais aparatoso, tem o defeito essencial de criar ignorantes com privilégios marcados em lei, o que não acontece com os dois outros”<sup>3</sup>.

Daí que Lima Barreto não tenha também ilusões em relação àqueles que frequentam os cursos de ensino superior, pois sabe que buscam sobretudo um meio através do qual possam distinguir-se socialmente e um diploma que lhes facilitem a disputa por um lugar ao sol.

“Esses privilégios e a diminuição da livre concorrência que eles originam, fazem que as escolas superiores fiquem cheias de uma porção de rapazes, alguns às vezes mesmo inteligentes, que, não tendo nenhuma vocação para as profissões em que simulam estar, só têm em vista fazer exame, passar nos anos, obter diplomas, seja como for, a fim de conseguirem boas colocações no mandarinato nacional e ficarem cercados do ingênuo respeito com que o povo tolo cerca o doutor”<sup>4</sup>.

Da citação acima verifica-se que é inegável um certo menosprezo e impaciência do escritor para com as classes populares que ele tanto defende. Tudo indica que a atitude de reverência da massa de iletrados em relação ao doutor provoca irritação no literato. Em outra ocasião, chega mesmo a afirmar que essa supervalorização social dos doutores não é da responsabilidade exclusiva dos próprios doutores, “eles não são os únicos culpados; o povo o é também”<sup>5</sup>. Como não se

---

<sup>3</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “A Universidade” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 118-9. (13.03.1920).

<sup>4</sup> *ibid.*, p. 119.

<sup>5</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “As reformas e os ‘Doutores’” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 240. (16.01.1921).

dedica a refletir mais detidamente sobre os motivos dessa reverência, lava as mãos e sentencia: “o povo admira-os; pois bem: sua alma, sua palma”.

Mas para não perdermos o fio da meada, voltemos à discussão sobre o ensino superior. Tendo a visão que vimos ter o escritor das mazelas presentes na formação de nossos homens de ciência da época, tudo o leva a crer que “essa universidade está parecendo com os prédios da avenida; é só fachada, e mais nada!”<sup>6</sup>.

Assim, quando propõe a supressão do ensino superior, Lima Barreto não está adotando uma postura contrária ao ensino em si, mas à forma como ele se encontra estruturado. O que ele não aceita é ver a academia transformada em balcão de concessão de passaportes para um certo número de privilégios, ou seja, considera que a finalidade dessas instituições de ensino encontra-se totalmente desvirtuada, transformou-se em mera “fachada”, só restando mesmo a alternativa de suprimi-la e dar-lhe outra forma que não esta<sup>7</sup>.

E se a forma como se encontra estruturado o ensino superior leva os estudantes unicamente a se preocuparem com a obtenção do canudo e a aprovação nos exames que lhes permitem o acesso ao dito cujo, para o escritor, não há porque guardar ilusões sobre as tais provas e exames. Ao contrário, ele adota postura bastante crítica: “sei perfeitamente dessas coisas de exames; eu os fiz muito (...). Nós vivemos apegados a tolas superstições. O exame é uma delas, é resto da

---

<sup>6</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “A Universidade” in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 138. (*Careta*, 25.09.1920).

<sup>7</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “A Universidade” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 118-21. (13.03.1920).



escolástica (...)”<sup>8</sup>. E afirma: “os exames, os doutores, bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apóia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem seja o paraíso terrestre”<sup>9</sup>.

A referência a escolástica não parece gratuita, pois pretende considerar os exames escolares - do modo como são realizados - um resquício do tempo em que o pensamento filosófico subordinava-se à teologia cristã, tempo em que o saber tinha parte com coisas divinas - talvez, não muito distante das supersticiosas - e era destituído de independência e liberdade.

Quando se refere ao apoio da "nobreza doutoral" aos "negocistas", o escritor nos remete a uma aliança perpetrada no início da Primeira República, da qual Vieira Souto é um representante típico. Convém lembrar que, de certa forma, a demolição de um famoso cortiço localizado no centro do Rio de Janeiro, conhecido pelo nome de Cabeça de Porco, representou um marco da influência política exercida pelos higienistas na administração pública municipal e da campanha que se vinha fazendo contra as habitações populares coletivas, como estalagens e cortiços. Nessa época, Cândido Barata Ribeiro, um médico higienista, era prefeito da Capital Federal<sup>10</sup>.

Mas para alcançar seus supostos objetivos no âmbito da saúde pública, "não era suficiente aos higienistas galgarem as posições

---

<sup>8</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “Os exames” in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 89. (*Correio da Noite*, 06.03.1915).

<sup>9</sup> *ibid.*, p. 90.

<sup>10</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Tese de Livre-Docência apresentada ao Departamento de História da UNICAMP. Campinas, 1994. p. 52-69.

na administração pública; era preciso seduzir e buscar a aliança de setores empresariais"<sup>11</sup>. É aí que Vieira Souto entra nessa história. A expansão e as transformações das vias urbanas, a construção de moradias e o provimento de infraestrutura para as novas áreas ocupadas na cidade atraíram a atenção do setor empresarial, como a Empresa de Melhoramentos do Brasil. Uma descrição primorosa dessa aliança nos é fornecida por Chalhoub:

"O leitor talvez se recorde que Vieira Souto era um dos nomes constantes da longa lista de notáveis presentes à demolição do Cabeça de Porco. O caro leitor não se terá esquecido tampouco que Vieira Souto lá estava ao lado de Carlos Sampaio, e que ambos contribuíram com o esforço de demolição providenciando a presença de 40 operários da Empresa de Melhoramentos do Brasil, companhia esta da qual eram diretores. Tratava-se, sem dúvida, de interesse pela coisa pública e preocupação com a higiene das habitações. Talvez fosse ainda mais do que isso. Em 1891, o Conselho de Intendência Municipal havia fechado um contrato com o engenheiro Carlos Sampaio, que ficava encarregado de prolongar a rua do Cajueiros, a rua do Dr. João Ricardo e ainda abrir um túnel no morro do Livramento. É desnecessário dizer que a realização da obra dependia da destruição completa do Cabeça de Porco. (...) Carlos Sampaio solicitara ainda as concessões de praxe em tais contratos: direito de desapropriação de prédios e terrenos, cessão gratuita de terrenos públicos, privilégio para a exploração de uma linha de carris nas ruas adjacentes e no túnel, e mais direito de cobrança de pedágio por 30 anos.

"(...) Em suma, (...) o cerco e a destruição final da estalagem estariam diretamente ligados aos investimentos planejados por Carlos Sampaio, Vieira Souto, e sua Empresa de Melhoramentos"<sup>12</sup>.

Pelo visto, Vieira Souto e Carlos Sampaio, aliados a médicos como Barata Ribeiro, com certeza figuravam entre os promotores do "maior flagelo desta terra", como mencionara por Lima Barreto.

---

<sup>11</sup> *ibid.*, p. 59.

<sup>12</sup> *ibid.*, p. 63-4.

Já em um artigo datado de janeiro de 1921, o escritor denuncia e analisa cuidadosamente o processo de expansão de vagas destinadas aos doutores na administração pública. O artifício mais frequentemente utilizado são as reformas administrativas. “Em trinta anos de república, levaram-se a efeito mais reformas nas repartições e serviços públicos do que em sessenta e sete de império”<sup>13</sup>. O ex-amanuense da Secretaria da Guerra observa que “os motivos dessas constantes transformações dos regulamentos oficiais são vários; mas, em geral, elas têm por fim dar empregos a parentes e apaniguados dos ‘trunfos’ da situação, sem visar nenhuma melhoria no serviço”<sup>14</sup>. Parentes e apaniguados, diga-se de passagem, que sejam predominantemente portadores de um título de doutor.

“Esse espírito de dar aos ‘formados’ os bons lugares da administração vai tomando vulto, vai crescendo desbriadamente com os anos da República.

“Era suficiente compulsar os regulamentos necessários das reformas que a Estrada de Ferro Central do Brasil tem sofrido, para se verificar um aspecto odioso desse espírito de exclusivismo e privilégio.

“No tempo do império, certos cargos importantes dessa via-férrea, como subinspetores de telégrafos, de tração e outros, podiam ser exercidos em virtude de promoção, por telegrafistas, maquinistas, etc., que se distinguissem.

“Vieram as reformas republicanas, cortaram essa disposição e exigiram o ‘canudo’ de engenheiro para exercê-los. Ao que parece, hoje até para ser secretário dela, é preciso ser engenheiro.

“Porque? ...”<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “As reformas e os ‘Doutores’” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 229. (16.01.1921).

<sup>14</sup> *ibid.*, p. 229.

<sup>15</sup> *ibid.*, p. 234.

As reformas do Estado dão contribuição fundamental para o aprofundamento das desigualdades sociais existentes na sociedade republicana do início do século, na medida em que abrem espaço cada vez maior para a absorção dos formados nas faculdades do país, criando uma espécie de reserva de mercado de trabalho para essas profissões - mesmo que o preço a ser pago seja excluir da máquina administrativa aqueles que não possuem esses atributos.

Ainda no referido artigo, fica evidenciado o uso que as classes dominantes passam a fazer dos títulos acadêmicos e dos postos da administração pública a fim de manter os seus privilégios:

“Essa superstição do doutor vai de tal modo avassalando a nossa administração que, nas promoções, um bacharel, um engenheiro, um médico ou um dentista que concorra com um colega não ‘anelado’, em igualdade de condições ou não, o mais certo é ser promovido o ‘doutor’. Note-se que não falo de repartição especial.

“O nosso ensino superior, que é o mais desmoralizado dos nossos ramos de ensino; que se impregnou, com o tempo, de um espírito de serviçal da burguesia rica ou dos potentados políticos e administrativos, fazendo sábios e, agora, privilegiados, seus filhos e parentes - o nosso ensino superior, com as suas escolas e faculdades, não é mais destinado a formar técnicos de certas e determinadas profissões de que a sociedade tem ‘precisão’.

“Os seus estabelecimentos são verdadeiras oficinas de enobrecimento, para dar títulos, pergaminhos, - como o povo chama seus diplomas, o que lhes vai a calhar - aos bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais.

“Armados de tais cartas, os jovens doutores podem se encher de várias prosápias e afastar concorrentes mais capazes”<sup>16</sup>.

O que o escritor pretende combater é o que ele denomina por “superstição do doutor”, pois isto parece ter a dupla função de justificar a presença prioritária dos possuidores de “pergaminhos” na

---

<sup>16</sup> *ibid.*, p. 236.

administração pública - ainda que seja exercendo a função de amanuense, por exemplo - e de conferir aos mesmos o argumento da autoridade supostamente científica ou técnica. “Como estão as nossas leis e os nossos costumes fazendo, isto é, dando ao diploma que, tão-somente, supõe capacidade para o exercício de certa e determinada profissão, uma feição de carta de nobreza, é que causa pasmo e revolta”<sup>17</sup>.

Não é à toa que seus artigos e crônicas registram a disseminação desse costume de atribuir aos diplomas feições de carta de nobreza. Em 1918, por exemplo, Lima Barreto ironiza a pretensão das alunas do Instituto de Música de quererem um anel de doutor ao final de seus cursos, num gesto que demonstra bem o quanto vai se alastrando pelas mais variadas áreas de atuação a “superstição do doutor”.

“As meninas do Instituto de Música escreveram aos jornais, lembrando a criação de um anel que as marcasse ao fim do curso ou dos cursos daquela casa sonora. A exemplo dos médicos, dos advogados, dos engenheiros, dos dentistas, dos bacharéis do Pedro II, dos cônegos, das raparigas da Escola Normal, elas querem também um distintivo que as extreme do vulgo”<sup>18</sup>.

Pois se o que desejam é exhibir o que as torna possuidoras de certos privilégios vetados aos demais mortais, o escritor conclui:

---

<sup>17</sup> *ibid.*, p. 238. Em outro momento o escritor afirmaria: “O doutor para a nossa gente não é um profissional desta ou daquela especialidade. É um ser superior, semidivino, de construtura fora do comum, cujo saber não se limita a este ou aquele campo das cogitações intelectuais da humanidade, e cuja autoridade só é valiosa neste ou naquele mister. É omnisciente, senão infalível”. Cf. “Uma outra” in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 219. (*Careta*, 06.03.1920).

<sup>18</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “O anel dos musicistas” in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 39. (*Lanterna*, 25.01.1918).

“Se a medida não trazer progressos à arte de Euterpe, entra, entretanto, na lógica da nossa sociedade. Não é possível que num país democrático, uma moça que andou aos cuidados do Senhor Richard, do Senhor Arnaud Gouveia, do Senhor Alberto Nepomuceno, (...) possa ser confundida com qualquer rapariga aí.

“Para todos os que têm um curso qualquer não há distintivo? Como não cabe o mesmo direito às talentosas executoras do Instituto de Música?

“(...) Se o fito é distinguir-se, extremar-se do vulgo feminino, há um processo seguro: é a tatuagem, que os doutores também poderiam usar, e, em certas partes dos corpos femininos, no colo, por exemplo, iria magnificamente. Além de tudo é indelével. Ficaria a senhora doutora em música, até que, como nós todos, fosse a gentil senhorinha formada”<sup>19</sup>.

O mesmo se verifica quando da inauguração da escola de formação de oficiais da polícia. O escritor observa que não demoraria muito para que logo tivéssemos doutores militares na polícia, para os quais obviamente seriam criados novos cargos de elite, novos gabinetes e secretarias condizentes com o seu status e a sua “elevada formação”.

“O curso é modesto, mas é sábio; e é de crer que, com o tempo, ele se venha a desenvolver e a tímida escola que agora ensaia os seus primeiros passos, venha a se transformar em uma verdadeira escola de importância.

“Há de expedir diplomas, pergaminhos - como os chama a presunção doutoral; há de haver colação de grau, a exemplo das demais (...); há de ser instituído um pergaminho ou uma tatuagem que bem destaque os ‘formados’ por ela do vulgacho que não é doutor em cousa alguma; etc., etc.

“Quando ela chegar a esse pleno desenvolvimento, é que o Rio ficará mesmo um paraíso; não haverá mais policiamento, porque não é de crer que oficiais tão sábios queiram ficar nos seus corpos e, ainda mais, exercer o torturante mister de polícia.

“O destino que lhes aponta o seu saber, é muito outro. São oficiais para gabinete, para secretarias. Até agora, a brigada ou a força tem poucas repartições próprias; mas, logo

---

<sup>19</sup> *ibid.*, p. 40-1.

que cresçam o número dos seus doutores adequados, elas aumentarão”<sup>20</sup>.

Certamente o que movia Lima Barreto a tecer essas considerações não era um ódio gratuito e deliberado aos doutores ou um ressentimento que poderia ter adquirido pelo fato dele próprio não ter se formado engenheiro na Politécnica. O que o escritor criticava era o significado que “ser doutor” ia assumindo. Numa sociedade já marcada por profundas diferenças sociais, por hierarquias excludentes, incomodava-o verificar que mais uma forma de exclusão ia pouco a pouco se sedimentando através dessa “superstição do doutor”.

Quando certa vez fora acusado de nutrir uma birra com os doutores, Lima Barreto deita um longo artigo para “explicar detidamente porque, de fato, tinha eu essa birra”<sup>21</sup>. Aliás não se trata de birra, mas de revolta.

“Em outro qualquer país, talvez, não fosse um temperamento liberal chocado com a espécie zoológica e social - “doutor”; mas no Brasil, com a importância descomunal, o ar de sagrado que os costumes lhe emprestam, e os privilégios que a lei lhe outorga, não é possível deixar de revoltar-se contra ela, todo aquele que não quer ver renascer nos tempos atuais, uma nobreza, principalmente uma nobreza que indica para as suas bases justamente aquilo que ela não possui - o saber”<sup>22</sup>.

Assim, fazia então questão de registrar a farsa que estava embutida nessa mania doutoral. Por vezes, fazia uso de suas crônicas na

---

<sup>20</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “Os Doutores Militares da Polícia” in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 168-9. (*Careta*, 12.03.1921).

<sup>21</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “A superstição do doutor” in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 39. (00.05.1918).

<sup>22</sup> *ibid.*, p. 40.

*Careta* para criar um personagem e colocar na boca de um engenheiro, como o “poderoso Doutor Matamorros”, a seguinte confissão:

“Apesar de engenheiro, eu não tinha atividade ou especialidade técnica ou profissional qualquer; era ‘doutor’. Porém, como eu me havia casado bem e os meus parentes fossem influentes, na política, eu pleiteara e arranjara ser diretor geral das Águas Medicinais do Brasil, de que nada entendia”<sup>23</sup>.

Em outras ocasiões, o alvo era uma figura pública e conhecida, talvez para mostrar a todos que o rei estava nú. Foi o que se deu com Hélio Lobo, secretário da presidência da República entre 1914 e 1918 e, posteriormente, cônsul-geral em Londres. Lima Barreto conheceu Hélio Lobo quando ambos ainda eram amanuenses, tomando o chopp do Adolfus, na rua da Assembléia. Desde então, Lobo sempre o cumprimentava, até que enriqueceu e ganhou fama. O escritor atribuiu o desprezo repentino do colega ao medo que este certamente passou a ter de ser importunado com pedidos inconvenientes de pequenos empréstimos. “Foi a tua fortuna e deixaste de cumprimentar-me. Tiveste medo da facada? Por isso não, pois nós só nos mordemos na confraria antiga, nacional e deselegante”<sup>24</sup>.

Mas quando Hélio Lobo manifestou interesse em tornar-se literato e membro da Academia Brasileira de Letras - como de fato viria a acontecer -, Lima Barreto achou que o homem exorbitava e resolveu

---

<sup>23</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “O poderoso Doutor Matamorros” in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 16-1. (*Careta*, 05.12.1921). Outro artigo imbuído do mesmo propósito é “Quase Doutor” in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 97-9. (*Careta*, 08.05.1915)

<sup>24</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “Carta aberta” in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 203. (*O Debate*, 08.09.1917). É comum nos artigos e crônicas de Lima Barreto o uso de expressões como “facada” e “morder”, significando pedir ou tomar dinheiro emprestado e nem sempre saldar a dívida.



escrever-lhe uma carta aberta, publicada n'O *Debate*, revelando como Lobo havia descoberto o caminho de "fabricar obras científicas", na base do corte e colagem, ou da tesoura e goma-arábica:

"Nomeado amanuense, Rio Branco que estava fazendo a escola diplomática da tesoura e goma-arábica, chamou-te para a aula; e eis o nosso Hélio a recortar avisos, ofícios, decretos e portarias do Diário Oficial, e a colá-los em meio-almaço, numerando-os cuidadosamente (...). Rio Branco te havia dito: 'moço, é preciso fazer alguma coisa'; e tu julgaste que aquilo era o bastante. Levaste o trabalho ao pró-homem e ele te disse paternalmente que aquilo não era assim. (...) E, logo, ele te deu alguns exemplos, de como se fazia o trabalho. Hélio, então, ao passar de uma meio-almaço para outra, punha em cima: 'entretanto, a nota de 20 de fevereiro que rezava' - dois pontos e aspas; ao acabar a meio-almaço, ligava: 'portanto, foi o que se verificou com a resposta do juiz boliviano Sangastume, de 8 de março' - dois pontos e aspas. *Mutatis mutandis*.

"Mandou o barão essa moxifinada para a Imprensa Nacional e, sob o título *Tribunal Arbitral Boliviano* e à custa do Estado, foi ela impressa para a tua glória e a da nossa cara pátria.

"(...) Houve amigo complacente que até qualificou o teu relatório de obra de ciência histórica. Foi um tal X., no *Correio da Manhã* - hás de te lembrar disto.

"Daí em diante, tinhas aprendido o caminho da vida e de fabricar obras científicas. Eram só tesoura e goma-arábica, ou, senão um contínuo de boa letra para copiar-te os avisos e notas.

"(...) Cônsul em Londres, tendo ganho tanto dinheiro, moço, *chic*, altamente colocado, o que devias querer? Um casamento rico - não é? Pois, a que me dizem, queres ser acadêmico, literato. Lá não é teu lugar, Hélio. Que é que tu vais fazer lá? Responde-me, meu caro Hélio Lobo. É recado do teu Lima Barreto"<sup>25</sup>.

Como já foi dito há pouco, o propósito do escritor era combater o que o anel de doutor tinha passado a representar para a maioria da população, mas também dar prosseguimento ao que já propusera no "manifesto maximalista". Assim sendo, a defesa do divórcio e a supressão dos títulos de "nobreza doutoral" fazem parte de

---

<sup>25</sup> *ibid.*, p. 202-3.

uma mesma postura política contrária ao modelo de família burguesa e de contestação ao próprio capitalismo. “A aliança do ‘doutor’ com a burguesia, que se faz em geral pelo casamento, dá ao ‘formado’ toda a força que, nos nossos tempos, o dinheiro tem”<sup>26</sup>.

No capítulo anterior, esse aspecto do perfil político de Lima Barreto já foi abordada, permitindo ter uma noção do alcance das mudanças que apregoava. Rever o conceito de propriedade implicava discutir os seus desdobramentos, rever as bases sobre as quais se assentava o casamento e assim propor o divórcio - medida que talvez aplacasse também a sanha dos uxoricidas de plantão.

É possível observar, no artigo que se segue, como o escritor relaciona de maneira lúcida a busca do anel de doutor com a chance de encontrar na vida um casamento financeiramente promissor:

“O nosso ensino superior que, em essência ou intenção, é um ensino técnico, tem no conceito do povo a propriedade de deitar na rua sábios e inteligências.

“(…) Esse lado de respeitabilidade de saber e talento que circunda o canudo, o anel e o portador destes, não tardou em reagir no coração das mocinhas casadoiras. Quase todas elas se querem casar com ‘doutor’; e, se o não fazem, ficam com uma espinha atravessada na garganta, embora se resignem mais tarde.

“(…) Crescendo assim pelo Brasil a procura de maridos formados, por parte de herdeiras ricas, o nosso ensino superior vai perdendo o seu caráter próprio e tomando uma feição de aprendizado para noivo, mesclado de baixas preocupações monetárias, nas cogitações dos respectivos alunos. É uma fábrica de caça-dotes.

“O cidadão ainda não saiu doutor e já sonha casar-se rico; e, durante todo o curso, com rápidas olhadelas pelos tratados e apressadas visitas aos laboratórios e gabinetes, só pensa em uma cousa: como é que há de casar-se rico?”<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “A superstição do doutor” in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 48. (00.05.1918).

<sup>27</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “A prenda” in *Marginália*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 125-6. (*Careta*, 30.04.1921).

É daí que surge a explicação de Lima Barreto para os crimes em que os maridos assassinam suas mulheres, visto que julgam-nas parte do dote recebido no casamento e, portanto, são também parte de sua propriedade. Se por acaso elas se tornam adúlteras, pondo em risco o contrato de sociedade que lhes traz a fortuna, porque não eliminá-las invocando a defesa da honra? A partir desse ponto de vista, o escritor surpreende ao comentar o caso de Julieta Melito, que assassinou o marido em São Paulo:

“O que me absorve agora o pensamento é este caso dessa pobre moça que matou o marido em São Paulo.

“(…) Ela pensou que seu marido fosse um homem; ele, quando ela o conheceu direito, não passava de um caçador de dotes.

“(…) O que há nisto tudo é a combinação do nosso espírito muito brasileiro de acreditar que o ‘doutor’ é tudo e a crença universal do dinheiro.

“Essa moça não se casaria com esse moço, se não o visse armado de um ‘anel’; ela não daria seu corpo se a ambiência social não dissesse que, com a tal carta, ele valia muitas cousas.

“E ele não iria procurá-la, se não estivesse armado do que a bobagem dos jornais chama ‘pergaminho’.” (p. 156)

“Houve um mútuo engano. Ele procurou enganar a mulher com o título que Belisário Pena diz ser científico; ela procurou enganá-lo com aquilo com que os homens enriquecem.” (p. 156-7)

“(…) O que não pode continuar, é que se faça da mulher, escada para subir.

“Nós temos direito de ter ambições. (...) O que eu não posso compreender, é que um homem ambicioso, transforme a sua mulher, o seu maior amigo, a sua própria filha, em instrumento de sua ambição.

“(…) Já fui muitas vezes jurado; já sofri muito por causa disso; mas, se eu fosse escolhido, para o júri de Dona Julieta Melito, eu a absolveria.

“Absolvia, minha senhora, porque não gosto desses seres cheios de títulos, que não amam a mulher a quem eles deviam amor”<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “Como budistas” in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 156-7. (A.B.C., 31.08.1918).

Mas é quando investem contra a tomada da administração pública por esta “mania doutoral”, que os artigos e crônicas do escritor procuram desvendar uma estratégia política legitimadora do exercício do poder. Lima Barreto detecta nos discursos dos “cientistas” uma tentativa de estabelecer uma nova forma de dominação. Tendo em vista o “processo histórico de falência das ideologias de dominação senhorial - escravidão, paternalismo, dependência pessoal - e da consequente tentativa de reorganização do mundo do trabalho no Brasil nas últimas décadas do século passado”<sup>29</sup>, os médicos, engenheiros e bacharéis tratam de conferir aos seus argumentos o aparato ideológico da ciência, a fim de reinventar práticas de dominação. Pouco a pouco, a fala desses doutores torna-se simulacro da “verdade”, do “progresso”, da “civilização” e da “neutralidade científica”.

Ao tratar do processo de constituição dos pressupostos da Higiene enquanto uma ideologia, durante a segunda metade do século XIX, Chalhoub define de maneira apropriada a trajetória desenvolvida pelos “cientistas” do início do século aos quais estamos nos referindo:

“Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma ‘científica’ - isto é, ‘neutra’, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral - de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.

“Tal ordem de idéias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação ‘saneadora’ dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889. (...) O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização

---

<sup>29</sup> CHALHOUB, Sidney. *op. cit.*, p. 268.

européia nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história”<sup>30</sup>.

Pois bem, e o que Lima Barreto tem a nos dizer, por exemplo, sobre os higienistas do início do século? Num artigo sobre o “Excelentíssimo Senhor doutor Carlos Chagas” e o seu “draconiano regulamento” para a Saúde Pública, o escritor observa o absurdo desprendimento com que “o mais alto representante da presunção médica”<sup>31</sup> fragmenta o real e dita normas de comportamento, determinando como devem proceder os indivíduos de modo a pôr fim aos problemas existentes em matéria de higiene pública. O puxão de orelha de Lima Barreto desnuda a incapacidade desses ditos cientistas de lidar com a realidade como ela se apresenta, ou seja, nos seus mais variados aspectos:

“Ele [Carlos Chagas] julga que, se há tuberculose, é porque não se decreta tal e qual lei e não se põe a sua execução nas mãos dele e dos seus colegas; se há opilação é porque não se açoita o sujeito que anda descalço e não se fuzila o que não constrói fossos sépticos nos fundos do seu ‘tijupar’ ou cousa que o valha; e, assim, por diante.

“Todos os males da humanidade estariam curados se ela fosse governada por ditadores médicos, auxiliares acadêmicos, mata-mosquitos, etc, etc.

“O equilíbrio de outras condições da vida atual com as necessidades da higiene, ele não vê.

“Não vê que é preciso dinheiro para se ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene; entretanto, por isto ou por aquilo, a maioria da população do Brasil se debate na maior miséria, luta com as maiores necessidades, não podendo obter aqueles elementos de vida senão precariamente, mesmo assim custando-lhes os olhos da cara.

---

<sup>30</sup> *ibid.*, p. 36-7.

<sup>31</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “Os tais higienistas ...” in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 142. (*Careta*, 04.12.1920).

“Sua Excelência antes de expedir regulamentos minuciosos sobre tantos atos da nossa vida doméstica, devia ter o cuidado de facultar-nos os meios de realizar as suas exigências”<sup>32</sup>.

Carlos Chagas é novamente alvo da crítica de Lima Barreto numa crônica em que o médico e um certo Sebastião, tornam-se personagens de uma situação fictícia. Ambos encontram-se num cenário de guerra, onde se vêem na contingência de só dispor de água podre para o consumo. Do diálogo que travam nestas circunstâncias, nota-se obviamente que o escritor procura forçar o médico a sentar os pés na realidade. Do mesmo modo que um soldado em meio a guerra pode ver-se na situação de não dispor de água limpa, a maioria da população brasileira também não dispõe das mínimas condições essenciais à sobrevivência:

“Atiramo-nos à água podre, para bebê-la. Nisto, aproxima-se o médico que era o doutor Carlos Chagas.  
“Ele se dirigiu a mim.  
“- Não bebas essa água, Sebastião ...  
“- Porque, Doutor? fiz eu , parando.  
“- Porque ela tem bacilos do tifo, da disenteria, da ...  
“- O doutor me dá uma mais pura? perguntei.  
“- Não, porque não posso.  
“- Pois então, meu caro doutor, bebo dela mesmo.  
“Daí em diante, ficamos zangados, com grande pesar meu”<sup>33</sup>.

O conteúdo ideológico da “ciência” que professam os médicos e higienistas é facilmente percebido por Lima Barreto, que rejeita a idéia de ver o país submetido ao governo tirânico destes “cientistas”:

---

<sup>32</sup> *ibid.*, p. 142-3.

<sup>33</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “O motivo da zanga” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 110. (05.03.1921).

“A medicina é importante atividade intelectual, mas não é a única importante e não chegou a tal ponto de perfeição que os médicos tenham na cabeça ou nos livros as leis que regem as moléstias e a sua cura e a organização do Universo.

“Se eles fossem verdadeiramente cientistas haviam de ter dúvidas e nunca tentariam estabelecer na Terra a ditadura dos médicos, porque esta só seria válida se a medicina fosse uma verdade perfeitamente e completamente estabelecida.

“(…) Demais, essas odiosas medidas, consignadas no tal Código Negro, que a Saúde Pública ultimamente expediu, só visam os pobres, os desgraçados e os sem proteção ...

“Esse código é bem uma demonstração da limitação intelectual e sentimental do geral dos nossos médicos. Posto em prática, com todo o rigor e honestidade, ele poria o presidente da república, os congressistas e os juizes sob o guante do mais modesto funcionário da Saúde Pública. Ele cria em teoria a medicocracia ou que outro nome tenha.

“(…) Os médicos (...) se arrogam ou se quiseram arrogar o direito de dirigir os engenheiros encarregados de obras de saneamento, de dirigir os políticos no governo dos povos, de substituir as mães no acalentar os filhos, de vetar o amor dos sexos com o auxílio da duvidosa reação de Wasserman, etc., etc.”<sup>34</sup>

Portanto, ainda que não venhamos a discutir o regulamento de saúde pública a que o escritor se refere, fica evidenciada a interpretação que Lima Barreto faz da atuação dos médicos. A seu ver, ela está orientada no sentido de ocupar um espaço de poder e de intervenção sobre a vida das classes pobres em nome de um ideal “científico” de salubridade e de civilização, que só pode se realizar na medida em que mantém o quadro de exclusão política e social a que está submetida a maior parte da população. A sensibilidade do articulista leva-o a denunciar a pretensão dos “medicocratas” de ditar à gente comum, aos indivíduos que muitas vezes sobrevivem sob condições

---

<sup>34</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “Os médicos e o espírita” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 56-7. (A.B.C., 19.03.1921). August Von Wasserman foi um médico judeu alemão que notabilizou-se por uma descoberta útil ao diagnóstico da sífilis. Faleceu em 1925, em Berlim.

miseráveis, regras de comportamento para que se enquadrem num modo de vida “higienicamente correto” - desprezando completamente o dever que o Estado tem de facultar a estes mesmos indivíduos os meios dignos e adequados para que possam se manter e exercer sua cidadania.

E o que afirma sobre a atuação dos “cientistas” da medicina, aplica-se de certa forma aos bacharéis em Direito. Assim como os médicos não podem gerir ditatorialmente a vida das pessoas, pois o “pergaminho” e a “ciência” que oficiam não lhes garante esta prerrogativa, o escritor também não aceita que o júri popular venha a ser elitizado. Nesse sentido, o escritor reage contra a possibilidade de se vir a fazer do júri uma instituição anti-democrática, da qual só possam participar os portadores de diploma. Lima Barreto acredita que quando um crime vai a júri popular é para ser julgado pela sociedade ali - de alguma forma - representada, e não por um júri exclusivamente composto de “doutores”.

“Só um tribunal como o júri, sem peias de praxistas, de autoridades jurídicas, etc., pode julgar com o critério muito racional e concreto da vida que nós vivemos todos os dias, desprezando o rigor abstrato da lei e os preconceitos dos juristas.

“A massa dos jurados é de uma mediocridade intelectual pasmosa, mas isto não depõe contra o júri, pois nós sabemos de que força mental são a maioria dos nossos juizes togados.

“A burrice nacional julga que deviam ser os formados a compor unicamente o júri. Há nisso somente burrice, e às toneladas. Nas muitas vezes em que servi no tribunal popular, tive como companheiros doutores de todos os matizes. Com raras exceções, todos eles eram excepcionalmente idiotas e os mais perfeitos eram os formados em direito.

“O júri porém não é negócio de inteligência. O que se exige de inteligência é muito pouco, está ao alcance de qualquer.



O que se exige lá é força de sentimento e firmeza de caráter, e isto não há lata doutoral, que dê”<sup>35</sup>.

Quanto aos engenheiros e ao Clube de Engenharia, Lima Barreto também não vê surgir neste grupo um único nobre ideal que seja. O que os move, segundo o escritor, são os interesses econômicos e políticos. Na sua opinião, o citado Clube

“É uma instituição ainda pior do que a Associação Comercial. É nela que se fazem, se ultimam, se homologam as maiores vergonhas administrativas do Brasil.

“(…) Conheço bem esse pessoal de engenheiros. (...) Eles todos, graças à Cabala crematística do clube, vão adquirindo fortuna, posições, sem que entendam nada daquilo que dirigem ou fingem presidir.

“(…) A nossa época não é das grandes e fortes iniciativas individuais; a nossa época é das associações, dos clubes, dos títulos, das subscrições entre médiocres para se valorizarem.

“Ninguém quer se fazer por si, ninguém quer se bater em pessoa; todos querem um ... Clube de Engenharia”<sup>36</sup>.

Como se vê, o escritor não aceita a dominação que os próceres da ciência - seja ela qual for - tentam impor à sociedade, armados do argumento da gestão científica da administração pública. Então a ninguém caberia o direito e a qualificação necessária para interferir na condução dos negócios públicos, senão aos detentores do saber técnico e científico adequado para o desempenho dessas tarefas?<sup>37</sup> Lima Barreto sabe que “em nome da religião têm-se

---

<sup>35</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “Lavar a honra, matando?” in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 129-30. (*Lanterna*, 28.01.1918). Sobre o mesmo assunto ver: “Casos do júri” in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 190-5. (*O Estado*, 25.10.1919).

<sup>36</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “O Clube de Engenharia” in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 145-6. (*Brás Cubas*, 11.07.1918).

<sup>37</sup> CHALHOUB, referindo-se aos higienistas, teceu consideração nesse sentido que tomo a liberdade de empregar aqui. *Op. cit.*, p. 49-50.

praticado muitos crimes; em nome da arte têm-se justificado muitas sem-vergonhices; mas, atualmente, é a ciência que justifica crimes e também assaltos aos minguados orçamentos do país”<sup>38</sup>.

Por isso, quando se fala em reformar o ensino público, o escritor logo se insurge contra essa ordem excludente que progressivamente ganha corpo:

“No Brasil, o doutor (e olhem que eu escapei de ser doutor) é um flagelo, porque se transformou em nobreza e aos poucos foi açambarcando posições, fazendo criar coisas novas para eles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências.

“(…) A tendência vai se firmando, de constituir-se, entre nós uma espécie de teocracia doutoral”<sup>39</sup>.

E como não se deixa envolver por essa estratégia política de dominação empreendida pelos homens de ciência, insiste então em desafia-los e provocá-los, cobrando-lhes as tais soluções técnicas e científicas para os grandes problemas nacionais - soluções que certamente deveriam ter guardadas nas mangas dos paletós, como cartas de um baralho.

Afirmando que o Brasil é o país das “encrencas” - expressão que utiliza para referir-se a grandes problemas -, Lima Barreto enumera algumas das mais conhecidas, como o déficit público, as secas que afligem o norte e nordeste, o caso da companhia de navegação Lloyd que não consegue dar lucro, as valorizações do café e a qualidade do carvão. E diante disso observa: “Não sei para que há tantos sábios e doutores, no

---

<sup>38</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “Feiras e Mafuás” in *Feiras e Mafuás*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 22. (s.d.).

<sup>39</sup> BARRETO, A. H. de Lima. “A Instrução Pública” in *Vida Urbana*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 91. (*Correio da Noite*, 11.03.1915).

Brasil, se eles não dão solução a tais 'encrencas!'. Como é que os homens de finanças que temos não acabam com o déficit? "É uma pergunta muito natural que um leigo como eu, em matéria de finanças, faz logo e os entendidos deviam responder cabalmente". No caso das secas, por exemplo, tem o Brasil "celebridades em engenharia hidráulica e (...) até hoje não deram cabo do flagelo que continua a dizimar milhares de pessoas de tempos em tempos". No Lloyd os administradores se sucedem e ele continua a ser um sorvedouro de recursos públicos. "Porque será que não se encontra um doutor que lhe dê remédio? É incrível que não haja!"<sup>40</sup>

Ainda quanto ao problema das secas, temos considerações mais detalhadas do escritor, pois mesmo depois de tantos anos de existência de uma certa Inspetoria contras as Secas, "instalada aqui com o luxo digno da alta conta ducal em que se têm os nossos sublimados e pantafaçudos doutores"<sup>41</sup>, os efeitos do fenômeno

"continuam a devastar o desgraçado Nordeste de modo impiedoso. O arcebispo ou bispo do Ceará disse em São Paulo que elas [as secas], nestes próximos anos passados, mataram setenta mil pessoas e dous milhões de cabeças de gado. E elas não cessam e continuam a matar; e os açudes da inspetoria, onde estão?

"No congresso, nos jornais, nas nossas divertidas sociedades sábias discute-se a grande açudagem, a remoção da população das regiões flageladas para as que não foram, com auxílio de estradas de ferro e de rodagem - tudo muito bonito, com algarismos, esquemas gráficos, diagramas, e alguma retórica, e nada se faz de útil.

"(...) Não serei capaz de negar que haja entre os homens que têm estudado o problema das secas, capacidades respeitáveis.

---

<sup>40</sup> Todas as citações desse parágrafo encontram-se em BARRETO, A. H. de Lima. "Encrencas nacionais" in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 29-30. (*Careta*, 04.12.1920).

<sup>41</sup> BARRETO, A. H. de Lima. "A nossa situação" in *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 297. (s.d.).

“Mas a doutoromania que, em última análise, desanda num pedantismo livresco, impede os nossos técnicos de observar diretamente o fenômeno e, conseqüentemente de descobrir um adequado e próprio remédio.

“Sabem o que em matéria de irrigação, barragem, açudagem, fizeram os árabes, na Espanha, os ingleses, no Egito, os franceses, na Tunísia, os americanos, no Colorado, etc., etc.; e com autores e relatórios estrangeiros fazem os nossos sábios brilhantes; mas, é caso de perguntar, algum deles observou as condições da nossa zona de seca e o porquê das diferenças entre ela e aqueles países?

“A nossa ciência é assim uma espécie de escolástica, em que a dialética é tudo”<sup>42</sup>.

Neste quarto e último capítulo procuramos concluir o perfil das idéias políticas de Lima Barreto, abordando uma certa reflexão por ele engendrada, a respeito da ciência e do papel desempenhado pelos “doutores” numa sociedade cada vez mais assediada por princípios supostamente científicos, que esses “doutores” tentam aplicar à administração pública. Nossa intenção foi mostrar como o escritor reage a essa pretensão de transformar o ato de governar numa tarefa de competência exclusiva de técnicos e cientistas, ou seja, mostrar como ele rejeita os pressupostos da “neutralidade” e da “cientificidade”, na medida em que identifica neste gesto um grave problema político. Qual seja, a negação da cidadania à maioria leiga que constitui a população brasileira do início do século, caso venha a se concretizar o governo subordinado aos ditames dos detentores da “verdade científica”. Ou, como afirma Chalhoub:

“O mais grave em toda essa história é que a alegação de ‘cientificidade’, de neutralidade nas decisões administrativas,

---

<sup>42</sup> *ibid.*, p. 297-8. Para evitar confusões, convém deixar claro que o termo dialética foi aqui empregado pelo escritor com o significado de arte do diálogo ou da discussão - muitas vezes inútil e estéril -, não havendo indícios de que tenha qualquer relação com o hegelianismo ou o marxismo.

traz sempre em seu cerne a violência contra a cidadania. Se os administradores, os governantes, são eles próprios governados por imperativos ditos 'científicos' - sejam esses imperativos uma criação das mentes férteis de higienistas, naquela época, ou de economistas, mais recentemente -, não há o que negociar com os cidadãos, essa massa de ignorantes portadores de todos os vícios ou inoculados pelo vírus da 'cultura inflacionária'"<sup>43</sup>.

Na luta cotidiana que trava pelos jornais, Lima Barreto empunha a pena e escreve artigos e crônicas, sem abrir mão de sua cidadania, exercendo o direito à negociação que julga inalienável e o impondo às classes dominantes - ainda que elas se neguem a ouvi-lo (ou lê-lo) e a negociar. É notório também que ao negociar, muitas vezes, o faz em nome daqueles que sequer dominam as artes do alfabeto e sofrem calados o sequestro de seus direitos políticos mais essenciais.

Deste modo, o perfil político que vimos construindo ao longo dessas páginas, pondo em relevo aspectos biográficos reveladores das posições políticas que Lima Barreto viria a tomar ao longo da vida, sua postura diante de algumas questões relevantes das primeiras décadas do regime republicano, sua análise dos acontecimentos mais pungentes registrados no âmbito externo - a grande guerra, a revolução russa e outros - e sua reflexão sobre a ciência, resultam numa modesta contribuição para o conhecimento histórico que vem sendo produzido sobre o tempo em que viveu Lima Barreto. O testemunho de seus escritos e de sua vida são também um testemunho da luta de classes vigente no período. Uma luta de classes, é bom dizer, reelaborada pelo autor no seu mundo das letras.

---

<sup>43</sup> CHALHOUB, S. *op. cit.*, p. 68.

# Epílogo

Tendo sido contemporâneo de Lima Barreto e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro em 1922, Astrojildo Pereira pôde acompanhar a repercussão gerada pelo seu “manifesto maximalista” e tinha uma opinião formada sobre o escritor, expressa num artigo sobre suas posições políticas:

“Lima Barreto não era um marxista, longe disto, e nem se pode vislumbrar nos seus escritos nenhum pendor para trabalhos e estudos teóricos que o levassem a uma adesão plena às concepções filosóficas do marxismo. Desde jovem se afizera ao trato dos livros, mas sua formação sofria do mal muito comum do ecletismo, uma certa mistura de materialismo positivista, de liberalismo spenceriano, de anarquismo kropkiniano e de outros ingredientes semelhantes”<sup>1</sup>.

Arnoni Prado considera que esse ecletismo verificado por Astrojildo Pereira resulta da natureza voluntarista do ideário político de Lima Barreto, que mesmo quando prega a eliminação do Estado, “alterna o moralismo reformista dos anarquistas a combatividade panfletária do libelo”<sup>2</sup>.

Já Maurício Silva, ao analisar a penetração das idéias socialistas no Brasil da Primeira República, afirma com segurança que “não há exagero em afirmar que Lima Barreto foi talvez o mais

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Astrojildo. “Prefácio” in BARRETO, A. H. de Lima. *Bagatelas*. São Paulo, Brasiliense, 1956. p. 14. Este prefácio foi inicialmente publicado em PEREIRA, Astrojildo. “Posições políticas de Lima Barreto”. *Crítica impura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. p. 34-54.

<sup>2</sup> PRADO, A. A. *op. cit.*, p. 71.

renhido defensor do maximalismo no país, a partir de 1918”<sup>3</sup> e justifica sua opinião com a publicação de “No ajuste de contas”, naquele mesmo ano.

Ao selecionar três breves e distintas impressões sobre o perfil político do escritor, minha intenção é apenas reafirmar que não há um consenso em relação ao assunto. Lima Barreto sempre cultivou a independência de espírito e recusou os rótulos e tentativas de classificação.

Astrojildo Pereira não está enganado quando observa que Lima Barreto não foi rigorosamente um marxista, Prado não se equivoca ao detectar o voluntarismo de suas idéias e nem Silva está errado em atribuir ao escritor a defesa renhida do maximalismo. O autor de *Recordações de Isaías Caminha* foi de fato tudo isso e algo mais.

Quanto a esse algo mais é que temos a esperança de ter conseguido pelo menos identificá-lo e de ter sobre ele principiado uma análise e uma interpretação. Muito ainda resta ser feito, mas um primeiro passo foi dado, procurando utilizar sobejamente as próprias palavras do escritor e sublinhar algumas das perspectivas que a leitura e análise desses artigos e crônicas abrem “para os que fazem da história sua profissão - um grupo certamente restrito - ou para os que fazem história porque a vivem e não abdicam de exercer sobre o vivido uma função crítica - todos nós”<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> SILVA, Maurício. “Primeira República e maximalismo no Brasil”. *Leitura*, São Paulo, 12(142), março de 1994. p. 4.

<sup>4</sup> NEVES, Margarida de Souza. “História da crônica. Crônica da história” in RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro, José Olympio/Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 1995. p. 18

O testemunho histórico de Lima Barreto é, em certa medida, o testemunho de alguém que busca um caminho a ser seguido em meio à transição entre uma sociedade caracterizada pela ideologia paternalista e pelas relações de dependência pessoal, vigentes no século XIX, e a sociedade republicana em plena reestruturação das ideologias de dominação e em que se encontram em disputa a ocupação dos novos espaços de poder. Mas ao mesmo tempo, o testemunho de um indivíduo perplexo e inconformado com a permanência de uma lógica excludente do ponto de vista político, social e econômico.

“A superação das práticas de rotina da dominação senhorial foi vivida com ambiguidade pela população pobre do Rio: o desmoronar da escravidão e da política de produção de dependentes foi em grande parte obra deles, escravos e homens livres pobres; mas à vitória se seguiu a experiência histórica da derrota de qualquer perspectiva de mudança na lógica perversa de uma sociedade cujo sentido essencial continuava a ser a naturalização das diferenças e a reprodução das relações sociais desiguais. Ao contrário, dos amos e senhores às diligências policiais, dos escravos às ‘classes perigosas’, do domínio senhorial da coisa pública à coisa pública dominada pelo racismo científico, o que se via era a construção da nova arena da luta de classes, a invenção dos novos significados sociais gerais que iriam instituir o lugar dos conflitos numa sociedade sem mudança”<sup>5</sup>.

Ao encerrar este trabalho, espero não ter decepcionado o leitor que sobre ele tenha se debruçado numa busca ávida por saber afinal em qual ou quais correntes ideológicas Lima Barreto melhor se insere: era então um anarquista, um socialista ou o que? Já o leitor apressado, que no corre-corre dos dias de hoje,

---

<sup>5</sup> CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de História da UNICAMP. Campinas, 1994.



frequentemente salta da introdução à conclusão, a fim de cientificar-se logo de onde partiu e aonde chegou este trabalho acadêmico, lamento informá-lo de que não há outra alternativa senão ir ao “recheio” situado entre o início e o fim dessa dissertação. Até porque aqui se faz apenas um epílogo, um remate, uma fala final.

E ao fazê-lo, recorro mais uma vez à fecunda reflexão de Margarida Neves sobre as relações entre a natureza da história e da crônica. Num dado momento, a historiadora formula uma sugestiva questão: “o que aprende a história da crônica?”<sup>6</sup> Tendo em vista que a matéria-prima a partir da qual esse perfil político de Lima Barreto foi construído, foram exatamente seus artigos e crônicas, vejamos como a resposta de Neves é significativa para nós. A crônica pode ser para o historiador

“em primeiro lugar, a ocasião de aprender, na evidência da seleção operada pelo cronista sobre a matéria do cotidiano que interpreta para si mesmo e para seus leitores, algo essencial em seu próprio ofício: a construção que faz sobre qualquer dimensão ou duração da temporalidade - seja ela o cotidiano ou um longo processo histórico - é sempre igualmente uma leitura do real e não o real redivivo (...). É sempre seleção e é sempre, essencialmente, interpretação.

“(…) Pode ser também o laboratório em que descobre que, a despeito do tempo narrado, ele, como o cronista, sempre enfoca ou condiciona a narrativa na ótica do seu tempo vivido (...). Por isso o historiador encontra na crônica não apenas a personalíssima escrita do cronista, mas o espírito do tempo, num sentido quase hegeliano.

“(…) A crônica pode, por fim, ensinar ao historiador - tantas vezes miope diante do que pode parecer pequeno e carecer de sentido se contrastado com o movimento maior das sociedades, ou do que se perde na voragem dos dias para quem se acostumou a medir o tempo

---

<sup>6</sup> *ibid.*, p. 22.

por séculos - a lição daquele que se reconhece como 'historiador das coisas miúdas'<sup>7</sup>.

Não tenho dúvidas de que este perfil político de Lima Barreto resulta de um processo de seleção e interpretação, e de que sua elaboração de alguma forma resgata um pouco do espírito do tempo em que viveu o escritor, visto que a narrativa é sempre condicionada pelo período em que vivemos.

Eis o que consegui aprender com as crônicas e artigos daquele escritor.

---

<sup>7</sup> ibid., p. 22-4.

## Bibliografia:

- ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Zahar, 1987.
- AIEX, Anoar. As idéias sócio-literárias de Lima Barreto. São Paulo: Vértice / Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- AMADO, Gilberto. Aparências e realidades. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1922.
- ANTÔNIO, João. Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 90 p.
- BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento; o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BARBOSA, FUNDAÇÃO CASA DE RUI. O governo presidencial do Brasil. 1889-1930. Brasília: Senado Federal/FCRB/ Pró-Memória, 1985.
- BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: : A. H. L. BARRETO. Recordações do Escrivão Isaías Caminhas. São Paulo: Brasiliense, 1956. Pp.
- BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988a. 317 p.
- BARBOSA, Marialva Carlos. As representações do "Correio da Manhã" na pena de escrivão Lima Barreto; a introdução do jornalismo em moldes empresariais no Rio de Janeiro da Belle Époque no discurso ficcional. Niterói: 1988b. (mimeo.) p.
- BARRETO, A. H. de Lima. Bagatelas. São Paulo: Brasiliense, 1956a. 324 p.
- BARRETO, A. H. de Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Brasiliense, 1956b. 155 p.
- BARRETO, A. H. de Lima. Coisas do Reino do Jambon. São Paulo: Brasiliense, 1956c. 320 p.
- BARRETO, A.H. de Lima. Correspondência ativa e passiva. São Paulo: Brasiliense, 1956d. 2 v.
- BARRETO, A. H. de Lima. Diário íntimo. São Paulo: Brasiliense, 1956e. 308 p.
- BARRETO, A. H. de Lima. Feiras e Mafuás. São Paulo: Brasiliense, 1956f.
- BARRETO, a. H. de Lima. Histórias e sonhos. São Paulo: Brasiliense, 1956g.
- BARRETO, A. H. DE Lima. Impressões de leitura. São Paulo: Brasiliense, 1956h.
- BARRETO, A. H. de Lima. Marginália. São Paulo: Brasiliense, 1956i. 326 p.
- BARRETO, A. H.de Lima. Numa e a Ninfa. São Paulo: Brasiliense, 1956j.
- BARRETO, A. H. de Lima. Os Bruzundangas. São Paulo: Brasiliense, 1956k. 308 p.
- BARRETO, A. H. de Lima. Recordações do escrivão Isaías Caminha. São Paulo: Brasiliense, 1956l. 232 p.
- BARRETO, A. H. de Lima. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Brasiliense, 1956m. 251 p.
- BARRETO, A. H. de Lima. Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá. São Paulo: Brasiliense, 1956n.
- BARRETO, A. H. de Lima. Vida Urbana. São Paulo: Brasiliense, 1956o.
- BARRETO, A. H. de Lima. Diário do hospício; o cemitério dos vivos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1988.
- BARRETO, Paulo ( João do Rio). O momento literário. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.
- BEIGUELMAN, Paula. Por que Lima Barreto? São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOMENY, Helena. Encontro suspeito: História e Ficção. Dados. Revista de Ciências Sociais., v. nº
- BOSI, Alfredo. História concisa da Literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BOTELHO, Denilson. A fábrica de loucos da República Velha: loucura, cidadania e exclusão no Rio de Janeiro de Lima Barreto. 1993. Monografia de Bacharelado. - Universidade Federal Fluminense.

- BRAYNER, Sônia. Lima Barreto: mostrar ou significar? *In: : Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Pp.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. *In: : P. BURKE. A escrita da história; novas perspectivas*. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1992. Pp. 354.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do picapau amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- CAMPOS, Humberto de. *Mealheiro de Agripa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- CÂNDIDO, Antonio. A passagem do dois ao três; contribuição para o estudo das mediações na análise literária. *Revista de História*, v. nº 100: 787-800, out.-dez., pp.
- CÂNDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CÂNDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. *In: : A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. Pp.
- CARONE, Edgar. *A República Velha; instituições e classes sociais*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. Aspectos históricos do pré-modernismo brasileiro. *In: : Sobre o modernismo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas. Setor de Filologia. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Pp.
- CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CAVALHEIRO, Edgar. Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto. *Folha da Manhã*, São Paulo, 21 set. 1947. P. C.
- CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1901.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: vida cotidiana e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque. 1984. Dissertação de Mestrado. - Universidade Federal Fluminense.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986. 249 p.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena. *Primeira Versão*, v. nº 33, pp.
- CHALHOUB, Sidney. *CIDADE FEBRIL: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. 1994. Tese de Livre-Docência. - Universidade Estadual de Campinas.
- CHARTIER, Roger. *Le temps des doutes*. 18/03/1993.
- CHARTIER, Roger. *Le monde comme représentation*. *Annales; Économies, Sociétés, Civilisations*, v. nº 6, pp. 1505-1520, novembre-décembre 1989.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural; entre práticas e representações*. Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990. 244 p.
- CHARTIER, Roger. *Le temps des doutes*. *Le Monde*, Paris, 18/03/1993. P. C.
- COELHO NETO, Henrique Maximiano. *O meu dia*. Porto: Chardron, 1922.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COUTINHO, Carlos Néilson. O significado de Lima Barreto em nossa Literatura. *In: : Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 1991. Pp.
- COUTINHO, Carlos Néilson. Cultura e democracia no Brasil. *Encontros com a civilização brasileira*, v. nº 17, pp. 19-48,
- CUNHA, Tristão da. *Obras de Tristão da Cunha*. Rio de Janeiro/Brasília: Agir/ INL, 1979.
- D' INCAO, Maria Angela (org.). *História e ideal; ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Editora Unesp, Editora Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

- pp.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette; mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 188 p.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *Narrativa e História*. Campinas: 1994 (texto preliminar). 10 p.
- DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- DUBY, Georges. *História social e ideologia das sociedades*. In: J. e. N. LE GOFF Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. Pp. pp. 130-145.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo*. 2ª ed.. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1987. 211 p.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FANTINATTI, C. E. *O profeta e o escrivão. Estudo sobre Lima Barreto*. São Paulo: ILPHA- HUCITEC, 1978.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fundo do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *O fim do sonho republicano: o lugar da ironia em Lima Barreto*. 1990. Dissertação de Mestrado. - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Souza, s.d.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. de Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Provas e possibilidades à margem de <<O retorno de Martin Guerre>>*, de Natalie Zemon Davis. In: C. GINZBURG. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989. Pp.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais; morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GINZBURG, Carlo. *Apontar e citar: a verdade da História*. *Revista de História*, v. nº 2/3, pp. pp. 91-106, Primavera 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HALL, Michael M. e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho*. In: A. A. PRADO. *Libertários no Brasil. Memórias. Lutas. Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Pp.
- HAYDEN, White. *A questão da narrativa na teoria contemporânea da História*. *Revista de História*, v. nº 2/3, pp. 47-89, Primavera de 1991.
- HOBBSBAWN, ERIC J. *O ressurgimento da narrativa: alguns comentários*. *Revista de História*, v. nº 2/3, pp. 39-46, Primavera de 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Em torno de Lima Barreto*. In: *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva Secretaria de Cultura e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978a. Pp.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Em torno de Lima Barreto*. In: *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1978b. Pp.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político; a narrativa como ato socialmente simbólico*. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992. 317 p.
- KAZUMI, Munakata. *A Legislação Brasileira no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica. O desafio literário de Hayden White e Dominique Lacapra. *In*: L. (. ). HUNT. A nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pp. pp. 131-173.
- KURY, Adriano da Gama. A linguagem dos pré-modernistas. Alguns problemas na fixação de textos. *In*: Sobre o modernismo. Rio de Janeiro: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. SETOR DE FILOLOGIA., 1988. Pp. pp. 205-215.
- LACAPRA, Dominique. História e Romance. Revista de História, v. nº 2/3, pp. 107-124, Primavera de 1991.
- LAJOLO, Marisa. O que é Literatura. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LESSA, Renato. A ordem oligárquica brasileira: esboço de uma reflexão alternativa. Rio de Janeiro: CPDOC, 1978.
- LESSA, Renato. A invenção republicana; Campos Sales, as bases e a decadência da primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: P. BURKE. A escrita da história; novas perspectivas. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1992. Pp. 354.
- LOBATO, Monteiro. O problema vital. São Paulo: s.e., 1919.
- LOBATO, Monteiro. Urupês. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- LOVE, Joseph. Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937. *In*: B. (. ). FAUSTO. História Geral da Civilização Brasileira; O Brasil republicano - Estrutura de poder e economia. São Paulo: Difel, 1977. Pp. pp. 53-76.
- MARTINS, Wilson. Lima Barreto. *In*: História da inteligência brasileira: 1897-1914. São Paulo: Cultrix, 1978. Pp.
- MENDES JUNIOR, Antonio e MARANHÃO, Ricardo. Implantação do sistema de poder oligárquico. *In*: Brasil. História, texto e consulta; República Velha. São Paulo: HUCITEC, 1991. Pp. pp. 195-203.
- MORAIS, Regis de. Lima Barreto. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. *In*: A. e. O. CANDIDO. A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas/ Rio de Janeiro: Editora da Unicamp/FCRB, 1992. Pp.
- NEVES, Margarida de Souza. História da crônica. Crônica da História. *In*: B. (. ). RESENDE. Cronistas do Rio. Rio de Janeiro: José Olympio/ Centro Cultural do Banco do Brasil-CCBB, 1995. Pp.
- NEVES, Margarida de Souza. O bordado do tempo (A história na estória de Esaú e Jacó). Tempo brasileiro, v. nº 81, pp.
- NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux. *In*: P. (. ). NORA. Les lieux des memoires - La République. Paris: Gallimard, 1984. Pp.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Romance e o Pensamento Político nos anos 30. *In*: E. e. O. PORTELLA. O Romance de 30 no Nordeste. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará - PROED, 1983. Pp. 133-147.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Literatura e sociedade: teoria literária e análise sociológica. *In*: S. S. (. ). KHEDE. Contrapontos da Literatura. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. Pp.
- PEREIRA, Astrojildo. Confissões de Lima Barreto. *In*: Interpretações. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1944. Pp. pp. 114-132.
- PEREIRA, Astrojildo. Prefácio. *In*: A. H. d. L. BARRETO. Bagatelas. São Paulo: Brasiliense, 1956. Pp.
- PEREIRA, Astrojildo. Lição de Lima Barreto. *In*: A. PEREIRA. Crítica impura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963a. Pp. pp. 263-265.
- PEREIRA, Astrojildo. Posições políticas de Lima Barreto. *In*: A. PEREIRA. Crítica Impura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963b. Pp. pp. 34-54.
- PRADO, Antonio Arnoni. Lima Barreto, o crítico e a crise. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.
- PRADO, Eduardo. A ilusão americana. 1ª edição de 1893 ed.. São Paulo: IBRASA, 1980.

- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* ( Brasil: 1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RANCIERE, Jacques. *As palavras da História*. *Novos Estudos* : CEBRAP, v. nº 30, pp. 131-148, Julho 1991.
- RESENDE, Beatriz. *Em caso de desespero, não trabalhem*. A política nas crônicas de Machado de Assis. *In*: A. e. O. CANDIDO. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da Unicamp/ FCRB, 1992. Pp.
- RESENDE, Beatriz. *Um cronista da cidade das Letras*. *Revista Tempo Brasileiro*, v. 85, nº 89-100, abril/junho 1986.
- RESENDE, Beatriz Vieira de. *Lima Barreto, crítico da modernidade*. 1979. Dissertação de Mestrado. - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RESENDE, Beatriz Vieira de. *Lima Barreto: a opção pela marginália*. *In*: R. ( . ). SHWARZ. *Os pobres na Literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Pp.
- RESENDE, Beatriz Vieira de. *A representação do Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto*. *In*: *Sobre o pré-modernismo*. Rio de Janeiro: CENTRO DE PESQUISAS. SETOR DE FILOLOGIA. FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA., 1988. Pp. pp. 107-114.
- RESENDE, Beatriz Vieira de. *Dentes negros, cabelos azuis*. *Lima Barreto e a cidadania em fragmentos*. 1989. Tese de Doutorado. - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RESENDE, Beatriz Vieira de. *Lima Barreto e a República*. *Revista da USP*, v. nº 3, pp. 89-94, set./nov. 1989.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos; os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990. 68 p.
- RIBEIRO, Luis Filipe. *Mulheres de papel*. 1994. Tese de Doutorado. - Universidade Federal Fluminense.
- RUY, José Carlos. "A pátria que quisera ter era um mito". *Leia*, v. nº 120, pp. pp. 41-42, ano X.
- SANTOS, Affonso C. Marques (org.). *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Rioarte, 1983. 2 v.
- SEVCENKO, Nicolau. *O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano*. *Revista de Cultura Vozes*, v. nº 9, pp. 66-69, nov. 1980.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina; mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. *In*: P. BURKE. *A escrita da história; novas perspectivas*. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista - UNESP, 1992. Pp. 354.
- SILVA, Maurício. *Primeira República e o maximalismo no Brasil*. *Leitura*, v. nº 12 (142), pp. março de 1994.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência; mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOUZA, Paulo Renato. *Entrevista*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13/01/1996. P. C.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *O processo político-partidário na Primeira República*. *In*: C. G. ( . ). MOTTA. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977. Pp. pp. 162-226.

- STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha História. *Revista de História*, v. nº 2/3, pp. 13-37, pp.
- TODOROV, Tzvetzan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- TODOROV, Tzvetzan. *Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. 1. de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- VASCONCELLOS, Eliane. Lima Barreto: misógino ou feminista? *In*: A. e. o. CANDIDO. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/FCRB, 1992. Pp.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *As tradições populares da Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical; história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VENTURA, Zuenir. *A cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.



## Anexos

## Listagem dos artigos e crônicas por ordem cronológica:

A listagem abaixo contém os artigos e crônicas que foram selecionados e utilizados nesta dissertação. Optou-se pela apresentação dessas referências na seguinte ordem: título do artigo entre aspas, data de publicação do artigo, título do periódico em itálico, título do livro em negrito, seguido do número das páginas onde se encontra o artigo. No caso da ausência de informações sobre o título do periódico, deduz-se que não foi possível obter esta informação.

### 1904

"Casos de bovarismo", 1904, *Bagatelas*, p. 56-60.

### 1907

"Apresentação da Revista Floreal", 25/10/1907, *Floreal*, nº 1, *Impressões de Leitura*, p. 180-184.

"Literatura e arredores", 12/11/1907, *Floreal*, nº 3, *Impressões de Leitura*, p. 184-188.

### 1911

"A mulher brasileira", 27/04/1911, *Gazeta da Tarde*, *Vida urbana*, p. 49-52.

"Os nossos jornais", 20/10/1911, *Gazeta da Tarde*, *Vida Urbana*, p.53-57.

"O caso do mendigo", 1911, *Bagatelas*, p. 67-71.

"Que fim levou", 07/1911, *Bagatelas*, p. 78-82.

"O convento", 07/1911, *Bagatelas*, p. 83-87.

"Pintores, desenhistas, etc.", 10/06/1911, *A Estação Teatral*, *Feiras e Mafuás*, p. 135-140.

"Maio", 04/05/1911, *Gazeta da Tarde*, *Feiras e Mafuás*, p. 255-258.

"Qualquer coisa", 24/06/1911, *A Estação Teatral*, *Impressões de Leitura*, p. 259-262.

"Uma coisa puxa a outra ...", 08/04/1911, *A Estação Teatral*, *Impressões de Leitura*, p. 262-266.

"Uma coisa puxa a outra ...", 22/04/1911, *A Estação Teatral*, *Impressões de Leitura*, p. 266-269.

"Uma coisa puxa a outra ...", 06/05/1911, *A Estação Teatral*, *Impressões de Leitura*, p. 269-273.

"Uma coisa puxa a outra ...", 20/05/1911, *A Estação Teatral*, *Impressões de Leitura*, p. 273-276.

"Alguns reparos", 15/07/1911, *A Estação Teatral*, *Impressões de Leitura*, p. 276-279.

"Esta minha letra ...", 28 / 06 / 1911, *Gazeta da Tarde*, *Feiras e Mafuás*, p. 293-298.

"O Garnier morreu", 07/08/1911, *Gazeta da Tarde*, *Impressões de Leitura*, p. 280-284.

### 1913

"Palavras de um snob anarquista", 15/05/1913, *A Voz do Trabalhador*, *Feiras e Mafuás*, p. 213-218.

"Semana Artística - I", 15/04/1913, *Correio da Noite*, *Impressões de Leitura*, p. 285-288.

"Semana Artística - II", 24/04/1913, *Correio da Noite*, Impressões de Leitura, p. 288-290.

"Semana Artística - III", 28/06/1913, *Correio da Noite*, Impressões de Leitura, p. 290-293.

#### 1914

"Quantos?", 18/12/1914, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p.59-60.

"A Polícia Suburbana", 28 / 12 / 1914, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 61-62.

"Não se Zanguem", 26/12/1914, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 60-61.

"A Música", 30/12/1914, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 62-63.

"Os 'Cortes'", 14/12/1914, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 57-58.

"Sobre a Guerra", 19/12/1914, *Correio da Noite*, *Marginália*, p. 45-46.

"A Derrubada", 31/12/1914, *Correio da Noite*, *Marginália*, p. 87-88.

"O Oráculo", 17/12/1914, *Marginália*, p. 208-209.

"O patriotismo", 21/12/1914, *Correio da Noite*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 75-76.

"Reflexões", 22/12/1914, *Correio da Noite*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 76-78.

#### 1915

"A Propósito", 12/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 64-65.

"O Morcego", 02/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 65-66.

"Pólvora e Cocaína", 05/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, 66-67.

"Um Exemplo", 06/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 67-68.

"A Lei", 07/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 69-70.

"As Esquinas", 09/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 70-71.

"Com o 'Binóculo'", 11/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 71-72.

"Conhecem?", 15/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 72-74.

"O Novo Manifesto", 16/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, 74-75.

"O Nosso Secretário", 18/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 75-76.

"As Enchentes", 19/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 77.

"E o Tal Balázio", 21/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, 78-79.

"Ao Senhor Lucas de Prado", 22/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 79-80.

"Os Próprios Nacionais", 23/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 80-82.

"A Volta", 26/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p.82-83.

"Não as Matem", 27/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 83-85.

"Não é Possível", 28/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p.85-86.

"Um Conselho", 29/01/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 86-87.

"As Manguinhas de Fora ...", 11/02/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 87-89.

"Os Exames", 06/03/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 89-90.

"Um Fato", 09/03/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 90-91.

"A Instrução Pública", 11/03/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p.91-92.

"Continuo...", 13/03/1915, *Correio da Noite*, *Vida Urbana*, p. 93-94.

"A Filomena", 10/04/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p.94-95.

"Carta de um Pai de Família ao Doutor Chefe de Polícia", 24/04/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p.95-97.

"Quase Doutor", 08/05/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p.97-99.

"Um Entendido", 15/05/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 99-100.

"Ontem e Hoje", 26 / 06 / 1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 101-102.

"História Macabra", 17/07/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p.102-103.

- "País Rico", 31/07/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 104-105.
- "Um Jantar no Júri", 21/08/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 105-106.
- "A Gratidão do Assírio", 11/09/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 106-107.
- "Ex-Homem", 25/09/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 108-109.
- "Futura Notícia", 25/09/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 109-110.
- "Exemplo a Imitar", 09/10/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 110-111.
- "Uma Lembrança", 16/10/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 111-112.
- "De Forma Que ...", 06/11/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 113-114.
- "Os Outros", 11/12/1915, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 114-116.
- "A Biblioteca", 13/01/1915, *Correio da Noite*, *Marginália*, p. 37-38.
- "O 'Moambeiro'", 07 / 08 / 1915, *Careta*, *Marginália*, p. 90-91.
- "A Chegada", 27/03/1915, *Marginália*, p. 210-211.
- "Um Candidato", 03/04/1915, *Marginália*, p. 212-213.
- "Um Bom Diretor", 03/04/1915, *Marginália*, p. 214-215.
- "Os Quatro Filhos d'Aymon", 17/04/1915, *Marginália*, p. 216-218.
- "A Consulta", 17/04/1915, *Marginália*, p. 219-220.
- "Que Rua é Esta?", 24/04/1915, *Marginália*, p. 221-222.
- "Abertura do Congresso", 08/05/1915, *Marginália*, p. 223-225.
- "Medidas de Sua Excelência", 08/05/1915, *Marginália*, p. 226-228.
- "Uma Anedota", 29/05/1915, *Marginália*, p. 229-230.
- "A Nova Glória", 26/06/1915, *Marginália*, p.231-232.
- "Era Preciso ...", 03/07/1915, *Marginália*, p. 233-234.
- "Faustino I", 03/07/1915, *Marginália*, p. 235-236.
- "O Rico Mendigo", 24/07/1915, *Marginália*, p. 237-238.
- "Projeto de Lei", 04/09/1915, *Marginália*, p. 239-240.
- "Firmeza Política", 11/09 /1915, *Marginália*, p. 241-242.
- "Cincinato, o Romano", 18/09/1915, *Marginália*, p. 243-244.
- "O Ideal", 02/10/1915, *Marginália*, p. 245-246.
- "A Fraude Eleitoral", 30/10/1915, *Marginália*, p. 247-248.
- "As Teorias do Doutor Caruru", 30/10/1915, *Marginália*, p. 249-251.
- "O Congraçamento", 18/12/1915, *Marginália*, p. 252-253.
- "Defesa da Pátria", 21/08/1915, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 31-32.
- "A Amazônia", 08/01/1915, *Correio da Noite*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 78-79.
- "O momento", 03/03/1915, *Correio da Noite*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 79-80.
- "Os pintores", 05/03/1915, *Correio da Noite*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 80-81.
- "Oposição jornalística", 18/09/1915, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 82-83.
- "O serviço das eleições", 28/08/1915, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 83-84.
- "Escola de deputados", 22/05/1915, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 88-89.
- "O café", 26/06/1915, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 93-94.
- "Depois de velho ...", 02/10/1915, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 99-100.
- "Os jornais dos Estados", 14/01/1915, *Correio da Noite*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 100-101.
- "A pecuária", 10/03/1915, *Correio da Noite*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 102-103.
- "Novas reformas", 07/08/1915, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 103-104.

"Colônia carioca", 09/10/1915, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 104-105.  
"Um romancista", 01/03/1915, *Correio da Noite*, Impressões de Leitura, p. 174-175.

### 1916

"O ideal do Bel-Ami", 25/11/1916, *A.B.C.*, Feiras e Mafuás, p. 178-181.

### 1917

"Mais Uma", 31/03/1917, *A.B.C.*, *Vida Urbana*, p.116-118.  
"Carta Fechada - Meu Maravilhoso Senhor Zé Rufino", 12/05/1917, *A.B.C.*, *Vida Urbana*, p. 118-120.  
"Sobre o Desastre", 20/07/1917, *Revista da Época*, *Vida Urbana*, p. 121-123.  
"O Que o 'Gigante' viu e me disse", 19/07/1917, *O Debate*, *Marginália*, p. 179-183.  
"Sobre a Carestia", 15/09/1917, *O Debate*, *Marginália*, p. 191-194.  
"Coisas Americanas - I", 06/10/1917, *O Debate*, *Marginália*, 195-196.  
"Coisas Americanas - II", 27/10/1917, *O Debate*, *Marginália*, p. 197-198.  
"Ao Caio M. de Barros", 09/08/1917, *O Debate*, *Marginália*, p. 199-200.  
"Carta Aberta", 08/09/1917, *O Debate*, *Marginália*, p. 201-203.  
"São Paulo e os Estrangeiros", 13/10/1917, *O Debate*, *Marginália*, p. 204-207.  
"São Paulo e os Estrangeiros", 1917, *Bagatelas*, p. 52-55.  
"A defesa do Senhor Café (Uma subscrição)", 01/08/1917, *Dom Quixote*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 94-96.

### 1918

"A Vaga da Academia", 17/01/1918, *Lanterna*, *Vida Urbana*, 123-124.  
"O Que é, Então?", 22/01/1918, *Lanterna*, *Vida Urbana*, p. 125-127.  
"Estudos Brasileiros", 26/01/1918, *Lanterna*, *Vida Urbana*, p.127-128.  
"Lavar a Honra, Matando?", 28/01/1918, *Lanterna*, *Vida Urbana*, p. 129-131.  
"No Campo de Agramante", 29/01/1918, *Lanterna*, *Vida Urbana*, p.131-132.  
"Até Que Afinal!...", 02/02/1918, *A.B.C.*, *Vida Urbana*, p.133-134.  
"Cada Raça Tem Um Calino", 23/02/1918, *A.B.C.*, *Vida Urbana*, p. 134-138.  
"Os Matadores de Mulheres", 18/03/1918, *Lanterna*, *Vida Urbana*, p. 139-140.  
"Padres e Frades", 23/03/1918, *Lanterna*, *Vida Urbana*, p. 140-141.  
"As Formigas e o Prefeito", 04 /05/1918, *Lanterna*, *Vida Urbana*, p. 141-143.  
"O Franco ...", 04/07/1918, *Brás Cubas*, *Vida Urbana*, p. 143-144.  
"O Clube de Engenharia", 11/07/1918, *Brás Cubas*, *Vida Urbana*, p. 145-147.  
"Sobre o Football", 15/08/1918, *Brás Cubas*, *Vida Urbana*, p.147-150.  
"Velhos 'Apedidos' e Velhos Anúncios", 22/08/1918, *Brás Cubas*, *Vida Urbana*, p. 150-155.  
"Como Budistas ...", 31/08/1918, *A.B.C.*, *Vida Urbana*, p.156-157.  
"O Anel dos Musicistas", 25/01/1918, *Lanterna*, *Marginália*, p. 39-41.  
"Elogio da Morte", 19/10/1918, *A.B.C.*, *Marginália*, p. 42-43.  
"A Política Republicana", 19/10/1918, *A.B.C.*, *Marginália*, p. 78-80.  
"A superstição do doutor", 05/1918, *Bagatelas*, p. 39-51.  
"Tenho esperança que ...", 03/05/1918, *Bagatelas*, p. 61-66.  
"Vera Zassúlitch", 14/07/1918, *Bagatelas*, p. 72-77.  
"No ajuste de contas", 11/05/1918, *Bagatelas*, p. 88-96.  
"Da minha cela", 25/11/1918, *A.B.C.*, *Bagatelas*, p. 97-106.  
"Carta aberta", 02/12/1918, *Bagatelas*, p. 107-114.  
"Um ofício da A.P.S.A.", 28/12/1918, *Bagatelas*, p. 122-129.  
"Problema vital", 22/02/1918, *Bagatelas*, p. 130-133.  
"A matemática não falha", 07/12/1918, *Bagatelas*, p. 177-184.

"A Corte do Itamarati", 02/11/1918, *A.B.C.*, Feiras e Mafuás, p. 29-33.  
 "A mudança do Senado", 26/09/1918, Feiras e Mafuás, p. 219-223.  
 "Não há remédio...", 20/07/1918, Feiras e Mafuás, p. 247-250.  
 "A nossa filantropia", 24/08/1918, *A.B.C.*, Feiras e Mafuás, p. 264-266.  
 "A Amanuensa", 05/10/1918, *A.B.C.*, Coisas do Reino do Jambon, p. 51-53.  
 "Literatura militante", 07/09/1918, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 71-74.  
 "Literatura e política", 8/01/1918, *Lanterna*, Impressões de Leitura, p. 74-77.  
 "O Triunfo", 28/09/1918, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 126-129.  
 "O secular problema do nordeste", 21/09/1918, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 129-133.  
 "Anita e Plomark, Aventureiros", 16/02/1918, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 133-138.  
 "Volto ao Camões", 27/04/1918, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 163-167.  
 "Histrião ou literato?", 15/02/1918, *Revista Contemporânea*, Impressões de Leitura, p. 188-191.

### 1919

"O Chefe Político e o seu Eleitor", 01/04/1919, *O Malho*, Vida Urbana, 158-161.  
 "Quereis encontrar marido? - Aprende!...", 26/06/1919, *Hoje*, Vida Urbana, p.161-164.  
 "A Causa Única", 28/06/1919, *O Malho*, Vida Urbana, p. 164-167.  
 "O Edifício da Cruz Vermelha", 10/07/1919, *Hoje*, Vida Urbana, p. 168-171.  
 "No Primor da Elegância", 19/07/1919, *O Malho*, Vida Urbana, p. 172-175.  
 "Modas Femininas e Outras", 13/09/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 176-177.  
 "A Tal História da Aniagaem", 27/09/1919, *A.B.C.*, Vida Urbana, p.177-180.  
 "Os Correspondentes", 27/09/1919, *Careta*, Vida Urbana, p.180-181.  
 "Atribuições de um Vendedor", 27/09/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 181-182.  
 "Uma Partida de Football", 04/10/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 183-184.  
 "As Vaporosas", 04/10/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 184-185.  
 "Cuidado!!", 04/10/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 185-186.  
 "No 'Mafuá' dos Padres", 11/10/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 186-187.  
 "Um 'Desafio' Histórico", 15 / 10 / 1919, *Dom Quixote*, Vida Urbana, p.188-190.  
 "Casos do Júri", 25/10/1919, *O Estado* (Niterói), Vida Urbana, p. 190-195.  
 "Liga de Defesa Nacional", 25/10/1919, *Careta*, Vida Urbana, p.196-197.  
 "Linhas de Tiro", 01/11/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 197-198.  
 "Verdadeiro Expoente", 01/11/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 199-200.  
 "Coerência", 01/11/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 200-202.  
 "Histórias de Niterói", 01/11/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 203-204.  
 "Efeitos da Lei Valetudinária", 15/11/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 205-206.  
 "Concurso para a Cozinha", 22/11/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 206-207.  
 "Novidades", 22/11/1919, *Careta*, Vida Urbana, p.207-208.  
 "Podem Fazer?", 22/11/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 209-210.  
 "Limites entre Estados e Municípios", 06/12/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 210-212.  
 "Academia de Letras", 13/12/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 212-3.  
 "O Saldo", 20/12/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 213-214.  
 "Qualquer Serve", 27/12/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 214-215.  
 "Política do Distrito", 27/12/1919, *Careta*, Vida Urbana, p. 216-217.  
 "O Nosso Caboclisto", 11/10/1919, *Careta*, Marginália, p. 69-70.  
 "A Carroça dos Cachorros", 20/09/1919, *Careta*, Marginália, p. 85-86.  
 "O Jardim Botânico e as suas Palmeiras", 26/06/1919, *Tudo*, Marginália, p. 92-94.

- "Falta de Numerário", 25/10/1919, *Careta*, *Marginália*, p. 95-96.
- "Providências Policiais", 18/10/1919, *Careta*, *Marginália*, p. 97-98.
- "É Pequena!", 25/10/1919, *Careta*, *Marginália*, p. 99-101.
- "Eu Também!", 05/07/1919, *Comédia*, *Marginália*, p. 163-165.
- "Nós! Hein?", 13/09/1919, *Marginália*, p. 254-256.
- "Quem será, afinal?", 25/01/1919, *Bagatelas*, p. 134-140.
- "Procurem a sua Josefina!", 04/01/1919, *Bagatelas*, p. 141-150.
- "São capazes de *Tudo ...*", 06/01/1919, *Bagatelas*, p. 151-156.
- "Sobre o maximalismo", 01/03/1919, *Bagatelas*, p. 157-165.
- "Os uxoricidas e a sociedade brasileira", 02/03/ 919, *Bagatelas*, p. 166-176.
- "O nosso 'ianquismo' ", 19/03/1919, *Bagatelas*, p. 184-191.
- "Edificantes notas ao Southey", 1919, *Bagatelas*, p. 192-194.
- "Henrique Rocha", 22/06/1919, *Bagatelas*, p. 195-204.
- "Sobre o nosso teatro", 12/03/1919, *Bagatelas*, p. 221-227.
- "Pela 'secção livre' ", 26/03/1919, *Bagatelas*, p. 228-233.
- "A circular do Reverendo Vigário Geral", 08/04/1919, *Bagatelas*, p. 238-244.
- "A missão dos utopistas", 06/07/1919, *Bagatelas*, p. 249-254.
- "Meia página de Renan", 1919, *Revista Contemporânea*, *Bagatelas*, p. 255-259.
- "As lições da grande guerra", 03/07/1919, *Bagatelas*, p. 260-266.
- "Coisas eleitorais", 14/04/1919, *Bagatelas*, p. 280-284.
- "Após a guerra", 1919, *Bagatelas*, p. 285-288.
- "Uma Fita Acadêmica", 02/08/1919, *A.B.C.*, *Feiras e Mafuás*, p. 34-42.
- "A Academia Nacional de Medicina; O Poeta Avrúncio Aurora da Estrela - A Sua Candidatura - Várias Opiniões - Parte I", 12/07/1919, *Feiras e Mafuás*, p. 69-74.
- "A Academia Nacional de Medicina; O Poeta Avrúncio Aurora da Estrela - A Sua Candidatura - Várias Opiniões - Parte II", 26/07/1919, *Feiras e Mafuás*, p. 74-82.
- "Variações sobre um artigo", 25/10/1919, *A.B.C.*, *Feiras e Mafuás*, p. 131-134.
- "A guerra faliu", 19/04/1919, *Feiras e Mafuás*, p. 141-144.
- "As pequenas revistas", 26/04/1919, *Feiras e Mafuás*, p. 156-163.
- "Considerações oportunas", 16/08/1919, *A.B.C.*, *Feiras e Mafuás*, p. 187-195.
- "Um domingo de discursos", 15/11/1919, *A.B.C.*, *Feiras e Mafuás*, p. 196-201.
- "Festas nacionais", 29/11/1919, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 32-34.
- "A Casa dos Espantos", 20/07/1919, *Atualidade*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 39-43.
- "Negócio de maximalismo", 20/09/1919, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 119-120.
- "Cousas parlamentares", 25/10/1919, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 120-121.
- "Um debate acadêmico", 25/10/1919, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 122-123.
- "O repórter e o júri", 18/10/1919, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 127-129.
- "Recordações da Gazeta Literária", 20/03/1919, *Hoje*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 241-246.
- "Sonhei com isto: o que é", 17/07/ 919, *Hoje*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 247-251.
- "Histórias de macaco", 16/04/1919, *Hoje*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 252-256.
- "Um domingo de Páscoa", 21/04/1919, *Hoje*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 257-261.
- "O príncipe Tat", 08/05/1919, *Hoje*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 262-265.

- "Contos e histórias de animais", 17/04/1919, *Hoje*, Coisas do Reino do Jambon, p. 266-271.
- "História de um soldado velho", 10/04/1919, *Hoje*, Coisas do Reino do Jambon, p. 272-278.
- "Superstições domésticas", 27/03/1919, *Hoje*, Coisas do Reino do Jambon, p. 279-282.
- "Rezas e orações", 03/04/1919, *Hoje*, Coisas do Reino do Jambon, p. 283-288.
- "Restos do 'tabu' ancestral", 10/08/1919, *Atualidade*, Coisas do Reino do Jambon, p. 289-293.
- "Coisas do jogo do 'bicho' ", 04 / 1919, *Livros Novos - nº 2*, Coisas do Reino do Jambon, p. 294-297.
- "Um romance sociológico", 26/04/1919, *Revista Contemporânea*, Impressões de Leitura, p. 140-147.
- "Levanta-te e caminha", 10/1919 - 11 / 1919, *Argos - nº 9-10*, Impressões de Leitura, p. 152-155.
- "Canais e lagoas", 12/1919, *Argos - nº 11*, Impressões de Leitura, p. 155-159.
- "A crítica de ontem", 10/05/1919, *Revista Contemporânea*, Impressões de Leitura, p. 244-251.
- "Um poeta e uma poetisa", 31/03/1919, *Impressões de Leitura*, p. 251-259.

## 1920

- "O Pai da Idéia", 14/02/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 217-218.
- "Uma Outra", 06/03/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 218-220.
- "Queixa de Defunto", 20/03/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 221-223.
- "Os Cachorros da ' Barra' ", 27/03/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 223-225.
- "Fala o Corvo", 01/05/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 225-226.
- "Cavendish, na Guanabara", 05/06/1920, *Careta*, Vida Urbana, p.227-228.
- "Mina de Ferro e Aço", 12/06/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 228-230.
- "Vantagens do Football", 19/06/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 230-232.
- "O Conselho Municipal e a Arte", 08/07/1920, *Hoje*, Vida Urbana, p. 232-234.
- "Chapéus, etc.", 24/07/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 235-236.
- "O Tal ' Dia' ", 04/09/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 236.
- "Papel-moeda", 18/09/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 237-238.
- "Uma Anekdota", 16/10/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 238-239.
- "Sobre a Arte Culinária", 23/10/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 239-241.
- "Carta Aberta, ao Jeito dos Bilhetes de João do Ri", 13/11/1920, *Careta*, Vida Urbana, p. 241-242.
- "O Doutor Gandola", 08/05/1920, *Careta*, Marginália, p. 102-103.
- "Greve Inútil", 25/05/1920, *Careta*, Marginália, p. 104-105.
- "Vocações", 10/07/1920, *Careta*, Marginália, p. 106-107.
- "Recitais", 14/08/1920, *Careta*, Marginália, p. 108-109.
- "Reis Moderno", 04/09/1920, *Careta*, Marginália, p. 110-111.
- "A Frequência Escolar", 30/10/1920, *Careta*, Marginália, p. 112.
- "O Haroldo", 04/12/1920, *Careta*, Marginália, p. 113-114.
- "Divertimento", 04/12/1920, *Careta*, Marginália, p. 115-116.
- "Um Problema", 13/03/1920, *Careta*, Marginália, p. 137-139.
- "País Rico", 08/05/1920, *Careta*, Marginália, p. 140-141.
- "Livros de viagens", 16/04/1920, *Bagatelas*, p. 205-210.
- "Duas relíquias", 28/02/1920, *Bagatelas*, p. 211-216.
- "O 'negócio' da Bahia", 06/03/1920, *Bagatelas*, p. 267-271.
- "O cedro de Teresópolis", 27/02/1920, *Bagatelas*, p. 276-279.
- "Habeas-Corpus Curioso", 14 /02/1920, *A.B.C.*, Feiras e Mafuás, p. 51-54.



"Fabricantes de países", 24/04/1920, *Feiras e Mafuás*, p. 114-117.

"A Universidade", 13/03/1920, *Feiras e Mafuás*, p. 118-121.

"Simples reparo", 21/02/1920, *A.B.C.*, *Feiras e Mafuás*, p. 122-126.

"Extravagâncias Oficiais", 17/01/1920, *A.B.C.*, *Feiras e Mafuás*, p. 127-130.

"Memórias da guerra", 17/04/1920, *Feiras e Mafuás*, p. 182-186.

"O caso da A Folha", 14/02/1920, *Feiras e Mafuás*, p. 251-254.

"Otávio Carneiro", 09/03/1920, *Feiras e Mafuás*, p. 259-263.

"O meu almoço", 03/06/1920, *Feiras e Mafuás*, p. 280-286.

"'Encencas' nacionais, 04 /12/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 29-30.

"Coisas administrativas", 17/01/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 34-36.

"Arte de Vatel", 30/10/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 49-50.

"O Doutor Frontin e o feminismo", 14/02/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 55-57.

"Legião da Mulher Brasileira", 27/03/1920, *A.B.C.*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 66-69.

"Fato inédito", 04/12/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 89-91.

"Amor, cinema e telefone", 24/01/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 105-107.

"A moda feminina", 31/01/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 107-109.

"Tribunal Histórico Republicano", 24/01/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p.109-110.

"O Rei e a galeota", 23/10/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 111-112.

"Megalomania", 28/08/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 123-124.

"Assunto sério", 13/03/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 125-127.

"Amazonas do Assírio", 22/05/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 129-130.

"Uma idéia", 29/05/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 130-131.

"Alta cultura", 10/07/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 132-133.

"Um sociólogo", 21/08/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 133-134.

"Acumulações e comendas", 11/09/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 134-135.

"Os grandes tapeceiros", 25/09/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 135-137.

"A Universidade", 25/09/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 137-138.

"Banquetes", 25/09/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 138-140.

"Macaquitos", 23/10/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 140-141.

"Arte culinária", 13/11/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 141-142.

"Os tais higienistas ..", 04/12/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 142-143.

"Sabedoria esverdeada", 11/12/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 144-146.

"O destino do Chaves", 15/12/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 146-148.

"A Sociedade de Agricultura", 10/01/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 205-206.

"Como extinguir os gafanhotos", 17/01/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 206-208.

"Criação de gado", 24/01/1920, *Careta*, *Coisas do Reino de Jambon*, p. 208-210.

- "A lagarta rosada", 31/01/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 210-212.
- "A cultura da cana e a indústria do açúcar", 07/02/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 212-214.
- "Maravilhas da Amazônia", 21/02/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 214-215.
- "Algodão e feijão", 06/03/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 216-218.
- "Cogumelos", 13/03/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 218-221.
- "A couve anã", 17/04/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 221-222.
- "Leite e seus derivados", 01/05/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 222-223.
- "A propósito de aves", 29/05/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 224-225.
- "Galos de briga", 03/07/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 225-226.
- "Instrumentos agrícolas", 24/07/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 226-227.
- "Animais domésticos", 14/08/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 227-228.
- "Insectos nocivos", 21/08/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 229-230.
- "Plumagem para chapéus", 04/09/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 230-231.
- "Madeiras de lei", 11/09/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 231-232.
- "Animais de tiro", 08/09/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 232-233.
- "Cercas", 25/09/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 233-234.
- "A jaca", 16/10/1920, *Careta*, Coisas do Reino de Jambon, p. 234-235.
- "Vários autores e várias obras", 06/12/1920, *Gazeta de Notícias*, Impressões de leitura, p. 96-103.
- "Mme Pommery", 02/06/1920, *Gazeta de Notícias*, Impressões de leitura, p. 111-117.
- "Estudos", 26/10/1920, *Gazeta de Notícias*, Impressões de leitura, p. 117-122.
- "Limites e protocolo", 02/05/1920, *A.B.C.*, Impressões de leitura, p. 147-152.
- "Dois meninos", 01/06/1920, *A Folha*, Impressões de leitura, p. 159-163.
- "O Professor Jeremias", 3/02/1920, *O Estado*, Impressões de leitura, p. 170-174.
- "Um romance pernambucano", 09/08/1920, Impressões de leitura, p. 176-180.
- "Uma idéia", 28/02/1920, *Careta*, Impressões de leitura, p. 195-198.

### 1921

- " 'Mansão Olímpica' e os ' Apedidos' ", 08/01/1921, *Careta*, Vida Urbana, p. 242-245.
- "A Questão dos Telefones", 09/04/1921, *Careta*, Vida Urbana, p. 245-246.
- "Mas... Esses Americanos...", 16/04/1921, *Careta*, Vida Urbana, p. 246-247.
- "Feiras Livres", 16/07/1921, *Careta*, Vida Urbana, p. 248-249.
- "Alto Comércio", 09/07/1921, *Careta*, Vida Urbana, p. 249-250.
- "Com o Liró", 23/07/1921, *Careta*, Vida Urbana, p. 251-253.
- "A Revolta do Mar", 23/07/1921, *Careta*, Vida Urbana, p.253-254.
- "Medidas de Emergência", 30/07/1921, *Careta*, Vida Urbana, p.255-256.
- "O Conde e o Visconde; Dois Generosos", 06/08/1921, *Careta*, Vida Urbana, p. 256-259.

- "Botafogo e os Pró-Homens", 06/08/1921, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 259-261.
- "A Pescaria", 13/08/1921, *Careta*, *Vida Urbana*, p.261-262.
- "Vejam Só", 20/08/1921, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 262-263.
- "Declaração Necessária (O CASO DOS 250 CONTOS)", 01/10/1921, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 263 - 264.
- "Estupendo Melhoramento", 01/10/1921, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 265-266.
- "A Lógica do Maluco", 08/10/1921, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 266-268.
- "O Fabricante de Diamantes", 26/11/1921, *A.B.C*, *Vida Urbana*, p. 269-271.
- "A Questão dos 'Poveiros' ", 02/01/1921, *Gazeta de Notícias* , *Marginália*, p. 25-32.
- "15 de Novembro", 26/11/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 35-36.
- "A Minha Candidatura", 13/08/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 44.
- "Até Mirassol (Notas de viagem) - I", 23/04/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 47-49.
- "Até Mirassol (Notas de viagem) - II", 30/04/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 50-52.
- "Até Mirassol (Notas de viagem) - III", 07/05/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 52-54.
- "Dias de Roça (Carta)", 14/05/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 55-57.
- "Generosidade", 25/06/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 76-77.
- "O Prefeito e o Povo", 15/01/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 117-119.
- "Coisas de ' Mafuá' ", 22/01/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 120-122.
- "Uma Entrevista", 26/03/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 123-124.
- "A Prenda", 30/04/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 125-127.
- "Uma Nota", 27/08/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 128-129.
- "Caridades ...", 20/08/1921, *Careta*, *n Marginália*, p. 130-131.
- "Academia dos Moços", 29/10/1921, *Careta*, *Marginália*, p. 135-136.
- "Falar Inglês", 01/10/1921, *Marginália*, p. 257-260.
- "Os Médicos e o Espírita", 19/03/1921, *A.B.C.*, *Feiras e Mafuás*, p. 55-60.
- "O Estrela", 1921, *Almanaque d' A Noite*, *Feiras e Mafuás*, p. 61-66.
- "A origem do homem", 25/06/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 87-89.
- "Pobre Euclides!", 16/07/1921, *Careta*, *Feiras e Mafuás*, p. 90-92.
- "Bendito Football", 01/10/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 93-97.
- "Método Confuso (Crítica Teológica, Metafísica e Positiva)", 08/10/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 98-102.
- "Leitura de jornais", 19/03/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 103-106.
- "O motivo da zanga", 05/03/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 107-110.
- "Educação Física", 09/04/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 111-113.
- "O meu conselho", 01/10/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 169-177.
- "D'Annunzio e Lênine", 08/01/1921, *A.B.C*, *Feiras e Mafuás*, p. 202-207.
- "As reformas e os ' Doutores' ", 16/01/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 229-240.
- "O trêm de subúrbios", 21/12/1921, *Feiras e Mafuás*, p. 241-246.
- "Coisas do Jambon", 30/07/1921, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 27-29.
- "O Império de Petrópolis", 22 / 01 / 1921, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 36-38.
- "Importância da dança do intercâmbio comercial", 08/10/1921, *A.B.C.*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 43-48.
- "O nosso feminismo", 16/04/1921, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 53-55.
- "Voto feminino", 09/07/1921, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 57-60.
- "A poliantéia das burocratas", 26/09/1921 - 27/09/1921, *Rio-Jornal*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 60-65.
- "Eleições", 26/02/1921, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 84-86.
- "O reconhecimento", 09/04/1921, *Careta*, *Coisas do Reino do Jambon*, p. 86-88.

"Atribuições de um autor", 10/09/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 113-114.

"Uma conferência esportiva", 01/01/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 148-153.

"Seria o 'suco' ", 08/01/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 153-155.

"As mulheres na Academia", 19/02/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 156-157.

"Coisas jurídicas", 19/02/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. "Uma opinião de peso", 22/01/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 159-161.

"O poderoso Doutor Matamorros", 05/02/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 161-164.

"A greve da Cantareira", 19/02/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 164-165.

"Automóveis oficiais", 26/02/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 166-167.

"Os Doutores Militares da Polícia", 12/03/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 168-170.

"Fábricas e arsenais bélicos", 12/03/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 170-172.

" ' Prensas' e 'Guitarras' " 27/08/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 173-174.

"Um fiscal de jogo", 10/09/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 174-175.

"Graças a Deus!", 17/09/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 175-177.

"Doux Pays", 24/09/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 177-179.

"Manifestações políticas", 29/10/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 179-181.

"Em Petrópolis", 17/12/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 181-182.

"Egresso de Petrópolis", 31/12/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 182-184.

"Plantação de galinhas", 05/11/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 235-236.

"Galinhas poedeiras", 26/11/1921, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 236-237.

"O destino da literatura", 1921- 11/1921, *Revista Sousa Cruz* - nº 58-59, *Impressões de Leitura*, p. 51-69.

"Reflexões e contradições à margem de um livro", 23/04/1921, *A.B.C.*, *Impressões de Leitura*, p. 77-86.

"À margem do Coivara, de Gastão Cruls", 23/07/1921, *A.B.C.*, *Impressões de Leitura*, p. 86-91.

"Urbanismo e roceirismo", 10/09/1921, *A.B.C.*, *Impressões de Leitura*, 103-106.

"A obra do criador de Jeca-Tatu", 11/05/1921, *Gazeta de Notícias*, *Impressões de Leitura*, p. 107-111.

"A obra de um ideólogo", 05/02/1921, *A.B.C.*, *Impressões de Leitura*, p. 123-126.

"O Senhor Diabo", 31/12/1921, *Careta*, *Impressões de Leitura*, p. 191-194.

"Um livro desabusado", 24/12/1921, *A.B.C.*, *Impressões de Leitura*, p. 198-203.

"A lógica da vida", 31/12/1921, *A.B.C.*, *Impressões de Leitura*, p. 204-210.

"Poesia e poetas", 05/03/1921, *A.B.C.*, *Impressões de Leitura*, p. 215-220.

"Aos poetas", 17/12/1921, *A.B.C.*, *Impressões de Leitura*, p. 221-224.

" *Tudo junto*", 26/12/1921, *Rio-Jornal*, *Impressões de Leitura*, p. 224-228"

"Um romance de Botafogo", 24/09/1921, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 229-236.  
"Sobre uma obra de sociologia", 07/05/1921, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 236-244.

## 1922

"O Pré-Carnaval", 14/01/1922, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 271-273.  
"Carnaval e a Eleição do ' Bambã' ", 04/03/1922, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 273-275.  
"Paulino e o ' Mafuá' ", 11/03/1922, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 275-276.  
"Bilhete", 08/07/1922, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 276-277.  
"Transatlantismo", 08/07/1922, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 278.  
"O Nosso Feminismo", 12/08/1922, *A.B.C.*, *Vida Urbana*, p. 279 -280.  
"O Nosso Esporte", 26/08/ 922, *A.B.C.*, *Vida Urbana*, p. 281-283.  
"Este Sujeito", 09/09/1922, *Careta*, *Vida Urbana*, p. 283.  
"Hotel Sete de Setembro", 05/08/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 33-34.  
"Palavras dum Simple", 22/07/1922, *Hoje*, *Marginália*, p. 58-60.  
"Bailes e Divertimentos Suburbanos", 07/02/1922, *Gazeta de Notícias*, *Marginália*, p. 61-68.  
"Como Resposta", 08/04/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 71-73.  
"A Maçã e a Polícia", 11/03/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 74-75.  
"Bilhete", 17/06/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 81-82.  
"De Cascadura ao Garnier", 29/07/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 83-84.  
"Vestidos Modernos", 22/07/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 89.  
"Teias de Aranha", 01/04/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 142-143.  
"Comédia Nacional", 27/05/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 144-145.  
"Melhoramentos", 27/05/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 146.  
"Feminismo Internacional", 03/06/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 147.  
"Ainda e Sempre", 06/05/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 148.  
"Iaiá das Marimbas", 03/06/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 149.  
"Não queria, mas ...", 03/06/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 150.  
"No Próximo Centenário", 24/06/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 151-152.  
"O Football", 01/07/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 153.  
"A comédia brasileira", 02/09/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 154-155.  
"O Telefone e seu Inventor", 26/08/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 156-157.  
"O 'Estácio' Atual", 22/07/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 158-159.  
"Uma Iniciativa", 30/09/1922, *Careta*, *Marginália*, p. 160.  
"Pedro I e José Bonifácio", 07/10/1922, *Careta*, *Marginália*, 161-162.  
"Bônus da Independência", 1922, *Careta*, *Marginália*, p. 166-167.  
"Será Sempre Assim?", 07/01/1922, *A.B.C.*, *Marginália*, p. 170-172.  
"Variações ...", 14/01/1922, *A.B.C.*, *Marginália*, p. 184-187.  
"Rocha, o Guerreiro", 19/08/1922, *Marginália*, p. 261.  
"Um do Povo", 19/08/1922, *Marginália*, p. 262-263.  
"O Futurismo", 22/07/1922, *Careta*, *Feiras e Mafuás*, p. 67-68.  
"Relíquias, Ossos e Colchões" 28/01/1922, *Feiras e Mafuás*, p. 83-86.  
"Feminismo e voto feminino (*Estudo* de Ciência Social)", 07/01 /1922, *Feiras e Mafuás*, p. 267-269.  
"As glórias do Brasil", 07/01/1922, *Feiras e Mafuás*, p. 270-272.  
"O encerramento do Congresso", 14/01/1922, *Feiras e Mafuás*, p. 273-275.  
"Enfermeiras louras e mosquitos zumbidores", 28/01/1922, *Careta*, *Feiras e Mafuás*, p. 276-279.  
"Os enterros de Inhaúma", 26/08/1922, *Careta*, *Feiras e Mafuás*, p. 287-292.

- "Lei de Imprensa", 05/08/ 922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 48-49.
- "O feminismo invasor ..." 21/01/1922, *A.B.C.*, Coisas do Reino do Jambon, p. 70-73.
- "O feminismo em ação", 08/04/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 73-74.
- "Escola de enfermeiras", 25/03/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 92-93.
- "O que se dirá ' Deies' ", 18/02/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 96-99.
- "O centenário", 30/09/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 114-116.
- "Congressos", 07/10/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 116-117.
- "O carnaval e a morte", 11/03/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 184-185.
- "Na Avenida", 15/04/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 185-186.
- "Uma atuação da Dona Berta", 06/05/ 922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 187-188.
- "Na segunda classe", 02/09/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 188-189.
- "Exportação de frutas", 11/11/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 189-190.
- "Médicos e Gramáticos", 11/11/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 190-192.
- "Uma surpresa da Exposição", 11/11/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 192-193.
- "Novos Ministérios", 14/10/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 194-196.
- "Herói!", 18/11/1922, *Careta*, Coisas do Reino do Jambon, p. 196-197.
- "Livros", 12/08/1922, *Careta*, Impressões de Leitura, p. 69-70.
- "História de um mulato", 17/04/1922, *O País*, Impressões de Leitura, p. 92-95.
- "Elogio do amigo", 05/08/1922, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 139-140.
- "Tabaréus e tabaroas", 24/06/1922, *Careta*, Impressões de Leitura, p. 167-169.
- "Fetiches e fantoches", 02/09/1922, *Careta*, Impressões de Leitura, p. 169-170.
- "Poetas", 29/07/1922, *Careta*, Impressões de Leitura, p. 194-195.
- "Um livro luxuriante", 08 / 04 / 1922, *A.B.C.*, Impressões de Leitura, p. 211-215.

#### Sem data

- "Carta Aberta", s.d., *Marginália*, p. 132-134.
- "O Cultivo do ' Jerimum' ", s.d,*Careta*, *Marginália*, p. 168-169.
- "A Liga do Coração", s.d., *Careta*, *Marginália*, p. 173-175.
- "Os Precalços do Budismo", s.d., *Careta*, *Marginália*, p. 176-178.
- "Como é?", s.d., *Careta*, *Marginália*, p. 188.
- "Não valia a pena", s.d, *Bagatelas*, p. 115-121.
- "Dous livros", s.d, *Bagatelas*, p. 217-220.
- "Sestros brasileiros", s.d, *Bagatelas*, p. 234-237.
- "Uma simples nota", s.d., *Bagatelas*, p. 245 - 248.
- "Homem ou boi de canga?", s.d., *Bagatelas*, p. 272-275.
- "Mais uma vez", s.d, *Bagatelas*, p. 289-292.
- "A nossa situação", s.d, *Bagatelas*, p. 293-299.
- "Feiras e Mafuás", s.d, *Feiras e Mafuás*, p. 21-28.

- "Anúncios... Anúncios...", s.d., Feiras e Mafuás, p. 43-47.  
"As Escoras Sabichonas", s.d., Feiras e Mafuás, p. 48-50.  
"A Estação", s.d., Feiras e Mafuás, p. 145-155.  
"Alvarás, cartas régias, etc.", s.d., Feiras e Mafuás, p. 164-168  
"Sobre o Carnaval", s.d., Feiras e Mafuás, p. 208-212.  
"Manuel de Oliveira", s.d., Feiras e Mafuás, p. 224-228.  
"Estética do 'Ferro' ", s.d., *Careta*, Impressões de Leitura, p. 220-221.

Total de artigos e crônicas publicados por ano, entre 1904 e 1922

Publicados em	Artigos
1904	1
1905	0
1906	0
1907	2
1908	0
1909	0
1910	0
1911	15
1912	0
1913	4
1914	10
1915	74
1916	1
1917	12
1918	39
1919	82
1920	91
1921	87
1922	65
1924*	4
s.d.	21
Total	508

\* Publicados após a morte do escritor.



Artigos de Lima Barreto (Periódicos/Livros)

Periódicos/Livros	Vida Urb.	Marginalia	Bagatelas	Feiras e Mafuás	C. do R. do Jambon	Impr. de Leit.	Total
1 - Careta	71	55		4	101	7	238
2 - O Malho	3						3
3 - Gazeta da Tarde	2			2		1	5
4 - Correio da Noite	28	3			7	4	42
5 - A.B.C.	9	4		12	4	18	47
6 - Revista da Época	1						1
7 - A Lanterna	8	1				1	10
8 - Brás Cubas	4						4
9 - Hoje	3	1					13
10 - Dom Quixote	1				9		2
11 - O Estado	1				1		2
12 - Gazeta de Notícias		2				1	2
13 - Comédia		1				4	6
14 - Tudo		1					1
15 - O Debate		7					1
16 - Almanaque d'A Noite				1			7
17 - A Estação Teatral				1			1
18 - A Voz do Trabalhador				1		6	7
19 - Livros Novos							1
20 - Revista Sousa Cruz					1		1
21 - Rio-Jornal						1	1
22 - Atualidade					1	1	2
23 - O País					2		2
24 - Revista Contemporânea						1	1
25 - Argos						3	4
26 - A Folha						2	2
27 - Floreal						1	1
Não Consta Publicação		27	40	32		2	2
Total:	131	102	40	53	126	55	508